

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL
(MESTRADO)

CLÁUDIA VICENTINI RODRIGUES DE ALMEIDA

***“MANDA QUEM PODE, OBEDECE QUEM (NÃO) TEM JUÍZO” –
CORPO, ADOECIMENTO MENTAL E INTERSUBJETIVIDADE NA
POLÍCIA MILITAR GOIANA***

GOIÂNIA
2012

CLÁUDIA VICENTINI RODRIGUES DE ALMEIDA

***“MANDA QUEM PODE, OBEDECE QUEM (NÃO) TEM JUÍZO” –
CORPO, ADOECIMENTO MENTAL E INTERSUBJETIVIDADE NA
POLÍCIA MILITAR GOIANA***

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (Mestrado) da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás como requisito final à obtenção do título de Mestre em Antropologia Social.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª. Telma Camargo da Silva

GOIÂNIA
2012

CLÁUDIA VICENTINI RODRIGUES DE ALMEIDA

**“MANDA QUEM PODE, OBEDECE QUEM (NÃO) TEM JUÍZO” –
CORPO, ADOECIMENTO MENTAL E INTERSUBJETIVIDADE NA
POLÍCIA MILITAR GOIANA**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (Mestrado) da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás como requisito final à obtenção do título de Mestre em Antropologia Social.

Aprovado pela Banca Examinadora em _____ de 2012.

BANCA EXAMINADORA

Dr^a. Telma Camargo da Silva – FCS/PPGAS/UFG
ORIENTADORA

Dr. Camilo Albuquerque de Braz – FCS/PPGAS/UFG

Dr^a. Ceres Gomes Víctora –PPGAS/UFRGS

À minha mãe Albertina,
meu porto seguro:
‘justo a você, coube sê-lo...’
Minha gratidão, amor e admiração.

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente o voto de confiança de todos os cabos e soldados da Polícia Militar do Estado de Goiás (PMGO) que, a despeito de todos os ‘imponderáveis’, participaram desta pesquisa e fizeram-na possível.

Agradeço, em especial, ao Cabo Marcos e sua mulher Paula (nomes fictícios), pela abertura e disposição para o diálogo e pela receptividade e carinho com que me acolheram em sua casa. Sem eles, esta pesquisa não seria o que é.

Ao Comando Geral da Polícia Militar do Estado de Goiás e aos profissionais do Hospital da Polícia Militar (HPM), que tornaram a realização desta pesquisa possível.

À Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), pelo suporte financeiro.

À amiga e professora Telma Camargo da Silva, pela dedicação, cuidado e paciência e pelas valiosas lições aprendidas ao longo dos meses de orientação e na disciplina “Antropologia da Saúde e da Doença”.

Aos docentes e à coordenação do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Goiás (PPGAS/UFG), sempre abertos ao diálogo e solícitos às minhas (nossas) reivindicações.

Ao Prof^o Camilo Albuquerque em especial, pela delicadeza com que conduziu as atividades do estágio-docência e pelas contribuições a esta pesquisa no Exame de Qualificação.

À Prof^a Dalva Borges, pelas contribuições no Exame de Qualificação e, antes disso, como a professora querida e inesquecível que foi.

Aos colegas de turma, pelas contribuições acadêmicas, pelo suporte emocional e pelos imprescindíveis momentos de descontração. Em especial, Márcia Pimenta e Arthur Pires, amigos e colegas de orientação, pela troca de experiência, pelo aprendizado compartilhado e pela amizade construída; também Nilauder Guimarães, Rafael Santana, Ariel Nunes, Olivia Bini e Reigler Pedrosa, pela seriedade de nossas “risadas” nos bastidores das disciplinas, na vivência compartilhada das angústias que acompanharam nossas produções acadêmicas e pela amizade construída.

À amiga e Prof^a Selma Sena do Amaral, cujas aulas e orientações de monografia me fizeram “cair de amores” pela antropologia.

À amiga e Prof^a Anita Cristina Azevedo Resende, que me iniciou na pesquisa científica e me incitou à reflexão crítica dos fenômenos sócio-históricos e psicológicos.

Ao amigo e colega de trabalho Rui Carlos Gomes, com quem aprendi a ser uma pesquisadora e a “enxergar” além do manifesto.

À amiga e Prof^a Leilyane Masson, que me abriu as portas, literais e críticas, dos fenômenos do adoecimento mental.

Ao amigo Marcelo Batalha, por fazer possível a aquisição de inúmeras referências bibliográficas utilizadas neste trabalho.

À amiga Raquel Roriz, que gentilmente “trabalhou” as imagens utilizadas nesta pesquisa.

Às amigas de toda a vida, Isabel Roriz, Isadora Campêlo, Anna Maria Dias e aos amigos e amigas mais recentes, mas não menos importantes, (Letícia) Badan, Laiury Maiara, Jefferson Dias, Marco Aurélio Cardoso, Daniel Marrul e Marcelo Brice, que sempre encheram minha vida de felicidade e me apoiaram e “suportaram” nos meses conturbados de escrita.

E, por fim, à minha mãe Albertina, ao meu pai Hélio, ao meu irmão Henrique, à minha tia Rosarita e à minha prima Raquel, amores da minha vida, por tudo (e mais um pouco).

*Roncou, roncou
Roncou de raiva a cuíca
Roncou de fome
Alguém mandou
Mandou parar a cuíca
É coisa ‘dos home’
A raiva dá pra parar
Pra interromper
A fome não dá
Pra interromper
A raiva e a fome
É coisas ‘dos home’
A fome tem que ter raiva
Pra interromper
A raiva é a fome de interromper
A fome e a raiva
É coisa ‘dos home’,
É coisa ‘dos home’,
É coisa ‘dos home’,
A raiva e a fome,
Mexendo a cuíca,
Vai tem que roncar.*

(“Ronco da Cuíca”, João Bosco)

RESUMO

Este trabalho trata da relação entre *adoecimento mental* e *polícia militar* por meio da análise de narrativas. O seu referencial teórico apoia-se nas formulações teórico-metodológicas do campo da antropologia da saúde empreendidas por B. Good (1994), A. Kleinman (1980;1988;1995) e outros, como Das *et al* (1997), Csordas (1994;1999;2008) e também Bourdieu (1980), que procuram articular as dimensões individuais e socioculturais ao privilegiar noções como as de experiência, sofrimento social, intersubjetividade, agenciamento e corpo. Seu recorte empírico é composto por *cabos* e *soldados* da Polícia Militar do Estado de Goiás (PMGO), do sexo masculino, na ativa, atendidos pelo serviço de psiquiatria oferecido pela instituição militar. As observações de campo e as entrevistas semiestruturadas e abertas aconteceram no Hospital da Polícia Militar da PMGO (HPM), onde são realizados consultas psiquiátricas *periciais* e atendimentos psicológicos ao efetivo da PMGO. Fundamentalmente, esta pesquisa busca responder dois questionamentos mutuamente implicados: de que maneira a ordem militar se apresenta nos significados atribuídos por policiais militares às suas experiências de adoecimento mental, vez que os seus corpos construídos constituem terreno de identidade e masculinidade; e, do contrário, o que os significados atribuídos às experiências de adoecimento mental têm a dizer sobre os indivíduos inseridos na ordem militar e sobre as relações sociais nela dramatizadas.

Palavras-chave: polícia militar, adoecimento mental, sofrimento social, corpo e violência.

ABSTRACT

This thesis studies the relationship between *mental illness* and *military police* through the analysis of oral narratives. The theoretical bases for this study are the theoretical-methodological formulations in the field of medical anthropology as studied by Good (1994), Kleinman (1980; 1988; 1995) and others, such as Das *et al* (1997), Csordas (1994; 1999; 2008), and also Bourdieu (1980) who tried to articulate the individual and socio-cultural dimensions when privileging such notions as experience, social suffering, inter-subjectivity, agency and body. The empirical narrowing of the research privileged corporal and police officers from the Military Police of the State of Goiás (PMGO), males only and in active duty, under psychiatric care by the military institution. The field observations and semi-structured opened interviews took place at the Military Police Hospital of PMGO (HPM), where forensic psychiatric appointments take place as well as psychological care for those who work for the PMGO. Above all this research tries to answer two mutually implied questions: how a military order appears in the meaning attributed by military policemen to their experience of mental illness since their trained bodies signify identity and masculinity; and, on the other hand, what do the meaning attributed to their experience of illness have to say about individuals inscribed in the military order and about the social relationships dramatized in it.

Key words: military police, mental illness, social suffering, body and violence.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AMAN	Academia Militar das Agulhas Negras
APM	Academia de Polícia Militar
CoEP/UFG	Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Goiás
Cris	Centro de Reabilitação e Inserção Social
CSIPM	Centro de Saúde Integral do Policial Militar
DEP	Departamento de Ensino e Pesquisa do Exército
FT	Fundação Tiradentes
HPM	Hospital da Polícia Militar
IPASGO	Instituto de Assistência aos Servidores Públicos do Estado de Goiás
PFem	Polícia Militar Feminina
PM	Polícia Militar
PMGO	Polícia Militar do Estado de Goiás
POP	Policimento Operacional Padrão
PPGAS	Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social
PRONASCI	Plano Nacional de Segurança Pública e Cidadania
SUS	Sistema Único de Saúde
TAP	Teste de Avaliação Profissional
UFG	Universidade Federal de Goiás

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa dos locais das observações de campo.....	18
Figura 2 – Farda do grupo operacional da PMGO	78
Figura 3 – O poder ideológico e político da militarização das polícias.....	80
Figura 4 – Hospital da Polícia Militar (HPM) – vista frontal	84
Figura 5 – Os corpos-fardados de praças e oficiais da PMGO	100
Figura 6 – Insígnias distintivas de Classe, Postos e Graduações.....	101

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – A hierarquia da Polícia Militar brasileira.....	61
Tabela 2 – Efetivo da PMGO – 2012	65

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 PROBLEMATIZANDO A EXPERIÊNCIA DE CAMPO	22
1.1 Do sujeito ao objeto	23
1.2 As portas do campo: trabalhos etnográficos em instituições militares	27
1.3 Às portas do campo: negociando a entrada em campo	30
1.4 A porta da frente: inserindo-me em campo	31
1.5 A porta dos fundos: outros caminhos possíveis	37
1.6 “Não mexa nas gavetas”: guardando os limites	40
1.7 Etnografias em grupos <i>up</i> ’s: limites e tensões	44
2 POLICIAIS MILITARES OU MILITARES POLICIAIS?	48
2.1 Polícia Militar e instituições militares	48
2.2 A ordem militar em seus princípios fundamentais	50
2.3 Fronteiras identitárias	58
2.4 A hierarquia na Polícia Militar brasileira	60
2.5 A relação entre praças e oficiais	65
2.6 Violência e Polícia Militar: o caso brasileiro	74
3 NARRATIVAS CORPORIFICADAS: CORPO, SOFRIMENTO SOCIAL E MASCULINIDADE NA POLÍCIA MILITAR GOIANA	83
3.1 O sistema de saúde da PMGO	83
3.2 <i>Ethos</i> policial-militar, adoecimento mental e sofrimento social	88
3.3 O corpo-fardado	91
3.4 Uma relação entre homens: oficiais e praças	102
3.5 Adoecimento mental, masculinidade e violência	107
CONSIDERAÇÕES FINAIS	120
REFERÊNCIAS	124
ANEXO	131

INTRODUÇÃO

Há cerca de uma década, os trabalhos que tratavam do tema da polícia militar no meio acadêmico eram, em sua maioria, de caráter sociológico. O tema era abordado a partir da ótica institucional e por meio de discussões a respeito da violência, da segurança pública, dos direitos humanos e da reforma da polícia¹. Os processos formativos dos policiais, a lógica interna da instituição e os indivíduos que a compõem, até recentemente, eram pouco discutidos por ambas as literaturas, sociológica ou antropológica, que só indiretamente esbarravam na estrutura institucional interna e nos seus integrantes.

A incipiência de estudos institucionais de caráter mais etnográfico, mais próximos aos sujeitos que os compõem, pode ser atribuída tanto à tendência ao fechamento de instituições de caráter totalizante, como as militares (GOFFMAN, 1974) – o que dificulta sobremaneira a realização deste tipo de trabalho –, quanto à tendência da antropologia brasileira ao estudo das minorias em detrimento do estudo dos grupos dominantes (DURHAM, 1988). Essas tendências estão profundamente atreladas ao contexto político autoritário anterior à década de 90, o qual, ao mesmo tempo em que impossibilitava a realização de pesquisas em instituições dominantes, também as direcionava politicamente ao estudo das visões de mundo, práticas sociais e de resistência dos grupos subalternos (SCHUCH, 2010).

O número cada vez mais crescente de estudos antropológicos realizados em instituições hegemônicas² – os chamados grupos *up's* –, entre elas as instituições militares, é indissociável do processo de redemocratização da sociedade brasileira e da mudança nas agendas de pesquisa reelaboradas como parte do processo de pensar a sociedade brasileira *por meio e a partir* da herança deixada pelas duas décadas de Ditadura Militar. Na década de 90, as pesquisas davam maior ênfase às relações de poder e aos seus efeitos nos grupos subalternos do que às relações de sentido construídas entre as instituições hegemônicas e os grupos sociais ditos “marginalizados”. Foi somente na última década que os grupos dominantes passaram a ser estudados em sua lógica interna de sentido (SCHUCH, *idem*).

¹ Cf. Bretas (1997), Cerqueira & Dornelles (1998), Lima (1995; 1997; 2003) e Paixão (1995;1982).

² Entre eles, destacam-se os trabalhos reunidos na coletânea *Experiências, dilemas e desafios éticos do fazer etnográfico contemporâneo* (2010), organizada por Patrice Schuch, Miriam Steffen Vieira e Roberta Peters.

Em relação aos trabalhos da década de 90 que estudam a polícia, Bretas (1997) salienta que o tema era tratado como “um apêndice à história das classes populares e do movimento operário, sobre o qual a polícia estendia sua implacável repressão” (*idem*, p.23). As fontes utilizadas eram e ainda são quase sempre regulamentos, relatórios e leis produzidos pela alta hierarquia policial ou pelas instâncias superiores políticas. Poucos eram e são os trabalhos históricos que se ocupam do cotidiano das atividades policiais ou das interações cotidianas no espaço da “rua”. Em geral, as abordagens não vêm se mostrando capazes de pensar os policiais como sujeitos de suas ações, como atores capazes de interpretação e decisão sobre suas atribuições formalizadas nas leis e regulamentos. Os indivíduos-policiais aparecem, dessa maneira, “apassivados”, como meros executores. Como salienta Muniz (1999), “as leituras tradicionais tendem a apresentar a polícia como ocupando um papel intermediário, e seus integrantes como seres desprovidos de um saber próprio, de uma visão singular sobre o seu lugar no mundo” (*idem*, p.45).

Desse modo, esta pesquisa busca contrapor-se a essa tendência a partir de um enfoque “próximo” aos sujeitos-policiais, enfatizando as relações intersubjetivas e os microcontextos e centrando sua preocupação na interpretação do que está “em jogo” em situações particulares para participantes particulares, sem perder de vista os contextos macropolíticos e ideológicos mais amplos nos quais essas relações são dramatizadas.

Em termos teóricos, este trabalho trata da relação entre *adoecimento mental* e *polícia militar* por meio do uso de narrativas. O referencial teórico que norteou a pesquisa e as reflexões propostas apoia-se nas formulações teórico-metodológicas do campo da antropologia da saúde empreendidas por B. Good (1994), A. Kleinman (1980;1988;1995) e outros teóricos, como Das *et al* (1997), Csordas (1994;1999;2008) e também Bourdieu (1980), que procuram articular as dimensões individuais e socioculturais ao privilegiar noções como as de experiência, sofrimento social, intersubjetividade, agenciamento e corpo. Para esses autores, o processo de *adoecimento* e o *sofrimento* que o acompanha, porque atravessam aquilo que temos de mais fundamental, a possibilidade mesma de qualquer experiência, *o corpo*, configura-se como meio de acesso privilegiado a dimensões impensadas dos contextos locais e morais dos indivíduos-sujeitos que o vivenciam.

O conceito de *sofrimento social* proposto por Das *et al* (1997) e A. Kleinman (1995,1998) compreende o sofrimento como uma condição em que as dimensões individuais e sociais da experiência humana acham-se indissociáveis. Para eles, o

sofrimento enquanto categoria da experiência pertence tanto ao domínio psicofisiológico quanto ao domínio moral, sociocultural e político, sendo que processos psicossomáticos são transmissores e receptores de códigos culturais. A ideia de sofrimento aparece como resultado da atuação do poder político, econômico e institucional sobre as pessoas e de como essas formas de poder influenciam as respostas aos problemas sociais. Seu conceito permite tratar a saúde como uma questão social e intersubjetiva, indissociável das relações humanas travadas no meio social, e desconstruir os discursos alienantes (médico, político, etc.) que atribuem ao indivíduo sofredor a responsabilidade por problemas decorrentes de processos eminentemente sociais.

Nesse mesmo terreno de discussão³, a proposta de Csordas (1994; 1999; 2008) procura ir além da busca por significados culturais ao intentar uma reflexão “do que significa ser humano” enquanto “um corpo no mundo”. O essencial de sua abordagem é sua concepção de corpo como lócus da cultura. O seu chamado “paradigma da corporeidade” (*embodiment*) procura entender a maneira como os indivíduos experienciam no terreno existencial, experimental, fenomênico do corpo os sistemas objetivos de símbolos e significados (STEIL e MURILLO, 2008). O que distingue a proposta de *embodiment* defendida por Csordas de outras propostas da antropologia do corpo é a problematização metodológica e epistemológica de dualidades clássicas do pensamento antropológico, entre as quais se destacam a discussão fenomenológica entre

³ Cabe mencionar que as reflexões propostas por Csordas, embora se situem no mesmo campo de discussão das propostas de Kleinman, Good e Das *et al*, se diferenciam na estreita relação que estabelece com o campo da fenomenologia. Kleinman (1995, p.276) pontua que a abordagem fenomenológica, muito por sua linguagem inacessível a não-iniciados, muitas vezes obscurece mais do que ilumina as qualidades vividas do fluxo da experiência. Kleinman se distancia de Csordas pelo lugar central que reserva aos microcontextos do cotidiano das pessoas. É possível afirmar que, a despeito das diferenças, os autores trabalhados se situam, cada um a seu modo, num terreno comum de reflexão em que a experiência de adoecimento e o agenciamento individual são o foco da compreensão dos fenômenos de doença e cura. Longe de se subtraírem, a perspectiva desses autores, acredita-se, enriquece a discussão e incita à reflexão. Os trabalhos de caráter etnográfico de Csordas perpassam o campo de estudos da antropologia médica. Partindo do conceito de “sistema de saúde”, Kleinman (1980) analisa as diferentes respostas culturais ao fenômeno das enfermidades dadas por diferentes grupos. Csordas (2008) enfatiza não o corpo individual, biológico, mas o corpo fenomênico, que comporta maneiras diversas de engajamento no mundo e de formulações acerca das enfermidades/doenças e dos procedimentos de cura. De seu lado, as formulações do sofrimento que acompanham os episódios de doença lidos sob a marca do social e que culminam na noção de *sofrimento social* (Kleinman, Good e Das) seguem por um caminho semelhante ao percorrido por Csordas e buscam dissolver dicotomias clássicas do pensamento social, como aquelas que separam o indivíduo dos níveis sociais de análise, a saúde dos problemas sociais, a representação da experiência e outras. Embora se diferenciem com relação à ênfase dada à fenomenologia, como já mencionado, a perspectiva defendida por esses autores, cada uma a seu modo, acredita que essas dicotomias erguem barreiras que impedem o entendimento do sofrimento humano em suas dimensões ao mesmo tempo coletiva e individual, local e global.

pré-objetivo e objetivo e a clássica distinção entre corpo e mente. Outras distinções podem ser derivadas dessas duas: cultura e biologia, mental e material, cultura e razão prática, gênero e sexo. A reflexão de Csordas procura dissolver essas dicotomias por meio da frutífera combinação da perspectiva fenomenológica de Merleau-Ponty e dos trabalhos de Bourdieu sobre *habitus*⁴.

A relação da doença e do corpo com a dimensão cultural e social é, por assim dizer, a pedra de toque de uma antropologia que procura dar conta dos processos de adoecimento (seja ela denominada antropologia médica ou da saúde e da doença). A ênfase irrefletida em uma das dimensões entrelaçadas nos processos de adoecimento e cura – biológica (somática), sociocultural (simbólica) ou individual (biográfica) – pode implicar ora num menosprezo das sensações vivenciadas pelos indivíduos e do papel da agência individual nos processos sociais, ora num empobrecimento da percepção acerca da multiplicidade e ambiguidade dos significados atribuídos aos episódios de doença e das negociações implicadas no processo de produção desses significados.

Ademais, esse referencial teórico tem o mérito de contornar as dificuldades de realizar trabalhos etnográficos a respeito de instituições de caráter totalizante, que tendem ao fechamento, como as instituições militares. Ao privilegiar a dimensão do corpo e o uso das narrativas como meio de acesso ao contexto social e às relações sociais, essa abordagem, acredita-se, permite revelar os interstícios da relação entre indivíduo e sociedade sem deslegitimar a experiência vivida.

Seu recorte empírico é composto por *cabos* e *soldados* da Polícia Militar do Estado de Goiás (PMGO), do sexo masculino, na ativa, atendidos pelo serviço de psiquiatria oferecido pela instituição militar. As observações de campo e as entrevistas semiestruturadas e abertas foram realizadas entre os meses de novembro de 2011 e maio de 2012, no Hospital da Polícia Militar (HPM)⁵, onde são realizados consultas psiquiátricas *periciais* e atendimentos psicológicos ao efetivo da PMGO. Embora o

⁴ Segundo Csordas (2008), em sua teoria da prática, Bourdieu tem como objetivo metodológico delinear uma terceira ordem de conhecimento, para além da fenomenologia (Schutz) e de uma ciência objetiva da vida social. Seu conceito de *habitus* se refere a um sistema de disposições duráveis, inconscientes, que, apesar de estruturantes da maneira de pensar e agir dos indivíduos, abre frestas à resposta criativa aos constrangimentos sociais. *Habitus* é uma noção mediadora e se investe de dupla função: “Na sua relação com estruturas objetivas, é o princípio gerador de práticas, enquanto na sua relação com um repertório total de práticas sociais, é o princípio unificador” (CSORDAS, 2008, p. 110). O caráter mediador da noção de *habitus* ajuda, assim, na discussão da dicotomia indivíduo e sociedade, à medida que oferece uma análise da prática social em termos de necessidade transformadora (*idem. ibidem*).






⁵ O Hospital da Polícia Militar está localizado na Avenida. Eng. Atílio Correia Lima s/nº, Cidade Jardim, Goiânia-Goiás.

HPM tenha sido o lócus privilegiado de pesquisa, o campo se estendeu a outros locais, como a Academia de Polícia Militar (APM)⁶, o Batalhão Anhanguera da Polícia Militar⁷ e o prédio da Diretoria de Apoio-Logístico⁸.

Figura 1 – Mapa dos locais das observações de campo.



Fonte: Construído através das ferramentas disponíveis no site <<http://maps.google.com.br/>>

-  Hospital da Polícia Militar (HPM)
-  Academia de Polícia Militar (APM)
-  Clínica Isabela
-  Diretoria de Apoio Logístico
-  Batalhão Anhanguera - PMGO

As entrevistas, em sua maioria, foram realizadas com cabos e soldados atendidos pelo serviço psiquiátrico do HPM. Contudo, foram entrevistados também oficiais na ativa e na reserva, profissionais da saúde do HPM e policiais civis. Buscou-se com isso um campo discursivo multivocal que permitisse mapear as tensões que permeiam o fenômeno do adoecimento dos praças no contexto social mais amplo em que se inserem.

⁶ A APM é localizada na Rua 252, nº 21, Setor Universitário, Goiânia – Goiás.

⁷ Av. Americano Brasil Q, 254, Setor Marista, Goiânia – GO.

⁸ A Diretoria de Apoio-Logístico localiza-se na Rua 115 Q, Área 45, Setor Sul - Goiânia – GO.

Foram entrevistados 18 (dezoito) cabos e soldados, dois oficiais na ativa, dois profissionais militares de saúde, dois oficiais da reserva e dois policiais civis. Ao longo do texto, por questões éticas, as falas dos cabos e soldados são identificadas somente pela patente e pela quantidade de anos de trabalho na PMGO.

A decisão de privilegiar os cabos e soldados deveu-se ao fato de serem eles os elementos de execução da polícia, de modo que suas atribuições, porque envolvem o contato direto com a comunidade civil e a posição hierárquica desprivilegiada que ocupam, os “situa”, social, cotidiana e institucionalmente, numa espécie de lugar fronteiro. Isto é, no ponto de intersecção em que relações sociais assimétricas entre diversos segmentos sociais, entre eles o próprio Estado, são travadas, e em que sistemas simbólicos e ideológicos distintos se encontram. Por outro lado, o recorte de gênero foi motivado pela possibilidade de problematizar e tornar visível a construção da masculinidade ou o caráter construído da masculinidade (KIMMEL, 1998; GREIG, 2001; COCCHETTO, 2004; ALMEIDA, 1995) e sua relação com o fenômeno da violência, numa ordem marcadamente masculinizada⁹.

O recorte adotado sugere, já de saída, uma situação paradoxal: os sujeitos pesquisados, apesar de inseridos em uma instituição incontestavelmente hegemônica, formam um grupo hierarquicamente posicionado num lugar desprivilegiado dum campo institucional *formalmente* estruturado por relações desiguais de poder. Além disso, são ainda pacientes psiquiátricos, o que os posiciona num lugar ainda mais desprivilegiado, não somente pelo estigma que acompanha os processos de adoecimento mental, mas também porque estão sujeitos às relações de poder e de produção de sentido inerentes ao campo médico-psiquiátrico.

Como será visto, nos processos de adoecimento mental, as duas instâncias, militar e psiquiátrica, ao tempo em que influenciam os sentidos atribuídos pelo sujeito ao seu adoecimento também atuam na *produção da realidade* mesma do fenômeno, vez que estabelecem a referência dos comportamentos “normais” ou inadequados. Os princípios organizadores da hierarquia e da disciplina que norteiam as relações de poder e de sentido travadas em seu contexto e os corpos disciplinados que produz implicam determinadas construções discursivas que dão sentido à enfermidade. Os indivíduos constroem seus discursos sobre o adoecimento *a partir* ou *através* das relações que

⁹ Embora o ingresso de mulheres na PMGO seja permitido desde 1986, quando foi criada a Companhia de Polícia Militar Feminina (PFem), apenas 10% das vagas abertas lhes são destinadas. (GOIÁS, 1995).

estabelecem com os outros e da forma como estes interpretam e se posicionam perante a situação de ruptura que necessariamente acompanha os episódios de doença.

A categoria nativa *estresse* acionada pelos sujeitos na explicação das causas que os levaram à Junta de Saúde do HPM (Hospital da Polícia Militar), como será discutido no cap.3, é, nesse sentido, esclarecedora, uma vez que se conforma ao ideal de masculinidade, de *pessoa*, nesse contexto e os salvaguarda de algum modo do caráter estigmatizante de outras classificações, como “doido” ou “depressivo”.

Como será visto no cap.2, a identidade militar guarda estreita relação com a forma de construção e apresentação dos corpos dos indivíduos que a ostentam. A uniformidade dos comportamentos e posturas, obtida por meio de um intenso e brutal processo de socialização secundária, assegura a obediência à hierarquia e aos preceitos disciplinares e é fundamental ao sentimento de pertencimento à identidade militar. Ademais, enquanto princípios norteadores da conduta militar, a hierarquia e a disciplina possuem caráter totalizante e são extensivas à vida pessoal e moral desses indivíduos.

Uma vez que o corpo adquire posição fundamental na socialização, na construção identitária e no trabalho desenvolvido por esses profissionais, e considerando as especificidades da atuação policial na sociedade brasileira, o referencial teórico desta pesquisa sustenta que o estudo dos significados que policiais militares atribuem às suas experiências de adoecimento mental se demonstra capaz de descortinar aspectos insuspeitos de sua subjetividade e de seu contexto moral e profissional, os quais, de outra maneira, seriam dificilmente acessados, dada a tendência ao fechamento de instituições como as militares.

Assim, esta pesquisa buscou fundamentalmente responder dois questionamentos mutuamente implicados: de que maneira a ordem militar se apresenta nos significados atribuídos por policiais militares às suas experiências de adoecimento mental, uma vez que os corpos por ela construídos constituem terreno de identidade e masculinidade; e, do contrário, o que os significados atribuídos às experiências de adoecimento mental têm a dizer sobre os indivíduos inseridos na ordem militar e sobre as relações sociais nela dramatizadas.

O primeiro capítulo apresenta uma narrativa em primeira pessoa sobre a construção do objeto, as negociações com a instituição militar e com os sujeitos pesquisados e as distintas fases da trajetória em campo. A partir desse relato, problematizam-se as tensões e dilemas éticos e políticos surgidos na pesquisa de campo

e a maneira como esse contexto de interação em campo influenciou as narrativas dos sujeitos pesquisados e o modo de análise adotado.

O capítulo seguinte (cap.2) busca situar o grupo de soldados em relação ao contexto institucional mais amplo da Polícia Militar e apontar os princípios estruturantes da ordem militar e da atuação policial no contexto brasileiro. Os dados de campo são discutidos por meio e em relação às etnografias antropológicas e os trabalhos sociológicos sobre as instituições militares e as instituições policiais militares. A primeira parte deste capítulo (“Polícia Militar e instituições militares”) discute as peculiaridades da instituição Polícia Militar em relação à instituição do Exército. A segunda e a terceira parte (respectivamente, “A ordem militar em seus princípios fundamentais” e “Fronteiras identitárias”) discutem o caráter totalizador da identidade militar e os princípios norteadores da hierarquia e da disciplina. A quarta e a quinta (“A hierarquia na Polícia Militar brasileira” e “A relação entre praças e oficiais”) busca especificar a hierarquia da PM em relação à do Exército e desenhar o caráter violento da relação que oficiais e praças estabelecem entre si e sua influência nos processos de adoecimento mental. Por fim, a última parte (“Violência e Polícia Militar: o caso brasileiro”) discute as peculiaridades sócio-históricas implicadas na atuação da Polícia Militar brasileira.

Sob o pano de fundo das discussões do segundo capítulo, o terceiro capítulo intenta uma análise dos fatores envolvidos no adoecimento mental dos cabos e soldados. A primeira parte (“O sistema de saúde da PMGO”) apresenta o Hospital da Polícia Militar (HPM) e descreve e analisa o caráter pericial das consultas psiquiátricas e o modo como se dão os encaminhamentos à área militar *psi*. Em seguida, na segunda parte (“*Ethos* policial-militar, adoecimento mental e sofrimento social”), discutem-se os princípios norteadores da ordem militar (a hierarquia e a disciplina) e a construção dos corpos militares a partir da abordagem teórica sobre o adoecimento e o sofrimento social que apoia esta pesquisa. A terceira e quarta parte (“O corpo-fardado” e “Uma relação entre homens: oficiais e praças”) analisa, a partir das narrativas dos sujeitos, o caráter totalizador da ordem militar e a maneira como os seus corpos construídos atuam nos relacionamentos mantidos entre praças e oficiais e com os civis e nas situações de adoecimento mental. Por fim, na última parte (“Adoecimento mental, masculinidade e violência”), são analisadas as categorias nativas evocadas na significação dos processos de adoecimento e o papel desempenhado pela instância militar *psi* nessas situações.

1 PROBLEMATIZANDO A EXPERIÊNCIA DE CAMPO

Os autores que discutem as implicações políticas e metodológicas das etnografias realizadas nos chamados grupos e instituições *up's* (VÍCTORA *et al.*, 2005; SCHUCH *et al.*, 2010) ressaltam que a posição dominante ocupada por esses grupos e instituições impõe limites à prática antropológica e ao exercício da antropologia, colocando sob suspeita certezas e pressupostos que tradicionalmente informam os trabalhos etnográficos de grupos classicamente estudados pela antropologia.

O exame dessas implicações abrange tanto questões pontuais, como a necessidade de revisão de pressupostos éticos que tradicionalmente informam os trabalhos antropológicos, quanto questões mais amplas sobre o lugar de poder-saber ocupado pelo antropólogo nas relações com outros grupos de saber e a politização da contribuição da antropologia no estudo de sua própria sociedade (JARDIM, 2010).

Como resalta Jardim,

os antropólogos é que caíram de algo *up* e descobriram que não têm o monopólio da palavra escrita (...) e nos vejamos desconfortavelmente disputando a pertinência de nosso modo de interpretação com outros interlocutores letrados, e que têm o gosto por interpretar e disputar interpretações (p.25).

A posição dominante ocupada por esses grupos e instituições *up* influencia decisivamente a forma como se dão as negociações em campo e o acesso aos dados e aos atores, ressaltando o lugar de poder (muitas vezes desprestigiado) que o saber antropológico ocupa no campo dos saberes ditos “científicos”. Os limites ao exercício do ofício antropológico colocados pela imposição de pressupostos éticos e de pesquisa comumente utilizados na área de saúde são exemplos desse lugar de desprestígio.

Ademais, para além de sua dimensão epistemológica, o exame das condições de realização das pesquisas e das tensões vivenciadas em campo, conforme sugere Schuch (2010), deve ser encarado como fonte analítica preciosa de conhecimento sobre os grupos e instituições estudados. O exame das situações de poder vivenciadas nas diferentes etapas do campo, da negociação à devolutiva do trabalho, é capaz de descortinar aspectos insuspeitos dos contextos investigados e ressaltar a influência das relações de poder na produção de sentidos.

Dessa maneira, este capítulo busca, a partir de uma narrativa em primeira pessoa sobre a construção do objeto e a trajetória em campo, problematizar as tensões e os dilemas éticos e políticos surgidos na pesquisa de campo que realizei com cabos e

soldados em tratamento psiquiátrico na instituição de saúde da Polícia Militar goiana e a maneira como esse contexto de interação influenciou o dito e o não-dito nas narrativas dos sujeitos pesquisados.

É possível afirmar que foi somente através da análise das *situações* vivenciadas em campo que os significados narrativamente atribuídos às experiências de adoecimento pelos sujeitos ganharam sentido pleno. Isso porque a análise das condições de pesquisa (das relações e das representações que os diversos atores construíram da figura da antropóloga) permitiu melhor contextualizar as relações de poder e de produção de sentido atuantes no contexto do serviço psiquiátrico oferecido pela instituição militar.

Nesse sentido, é pertinente a definição de *situação social* de Gluckman (1987[1940]), para quem a análise comparativa de comportamentos individuais em diferentes eventos interligados pela presença do antropólogo permite construir a estrutura social, seu funcionamento e as relações entre partes dessa estrutura. Apesar de seu caráter funcionalista, essa categoria abre caminho para a análise de campos de relação sociais (de poder e de sentido) a partir de situações cotidianas experienciadas por sujeitos singulares, ao mesmo tempo em que, heurísticamente, permite situar o antropólogo como parte (ativa) do campo social (de produção semântica) analisado.

Bruner (1986) defende que as etnografias são geradas a partir de uma estrutura narrativa implícita, cujo modelo é condicionado aos contextos históricos e ideológicos. Enquanto narrativa, a etnografia significa uma experiência a partir de uma estrutura discursiva (um roteiro dotado de começo, meio e fim); é contada por um autor; e pressupõe uma audiência. Para além de uma maneira de contar histórias, as narrativas são estruturas de significado e de poder, são representações que não necessariamente correspondem à experiência nativa. Na produção das etnografias, somos continuamente orientados para estruturas narrativas semelhantes, que servem como guias interpretativos na definição de dados e tópicos de estudo.

1.1 Do sujeito ao objeto

O problema de pesquisa deste texto foi resultado de um processo de elaboração teórico- empírica que se estendeu ao longo de alguns anos. É possível distinguir nesse processo dois momentos, separados entre si no tempo, nos quais ‘o acaso’ teve, se não papel decisivo, grande importância para os caminhos seguidos e para as decisões

tomadas. Nos bancos da universidade, aprendi que, nas situações de campo, como fundamento do ofício antropológico, a combinação entre sensibilidade e senso de oportunidade não é menos importante do que o olhar teoricamente informado pela disciplina. Aprendi também, ainda nas aulas introdutórias da graduação, que a escolha dos fenômenos estudados não é nunca arbitrária – embora assim se tenha acreditado por longo tempo –, ao contrário, tem implicações teóricas, subjetivas e, sobretudo, políticas. Além disso, é indissociável das circunstâncias pessoais do pesquisador e do lugar de onde fala.

Com o passar dos anos e de leituras mais maduras, atentei-me para o fato de que, se a antropologia brasileira quisesse se distanciar criticamente de suas raízes colonialistas, como as discussões contemporâneas parecem supor, e contribuir com o campo teórico-político do que comumente vem sendo chamado de pós-colonialismo, teria que se dedicar também, mais do que vem fazendo, ao estudo etnográfico das instituições, organizações e grupos hegemônicos da sociedade moderna. Foi esse pensamento que me levou a interpretar ‘o acaso’ da maneira como o fiz.

O acaso teve lugar em meados de 2007, numa tarde de sábado, em que esperava sozinha junto ao carro enguiçado de um amigo, que havia saído a pé em busca de ajuda. Seu carro havia parado próximo ao 1º Comando da Polícia Militar (Batalhão Anhanguera) e de Operações Especiais do Estado de Goiás, localizado no Setor Marista, bairro nobre de Goiânia, próximo ao Parque Areião. Estava sentada no meio-fio, próxima ao portão lateral de acesso aos carros, quando avistei um grupo de homens vestidos com bermudas e camisetas pretas, correndo em minha direção, ladeira acima, vindos do Parque. Os homens, meio dispersos, que corriam em ritmos diferentes, foram chegando pouco a pouco e se aglomeraram junto ao portão lateral, à frente do capitão. Parecia tratar-se, pelo negro das roupas, de um grupo de aspirantes a Agentes de Operações Especiais. Quando o grupo estava reunido, o capitão, à frente deles, com as costas voltadas para o portão lateral, em posição de comando, proferiu as seguintes palavras: “Vocês estão prestes a entrar pelas portas do inferno!”

Naquela situação, devo dizer, não sei ao certo por qual motivo, passei despercebida pelo grupo de corredores e pelo capitão. Tudo se passou diante de mim como se eu não estivesse lá. Confesso que fiquei espantada ao ouvir aquelas palavras, ditas com tanta naturalidade e seriedade pela autoridade responsável por treinar os homens que se tornariam o braço armado do Estado, executores legítimos da força

física. Não por acaso, esse ‘acaso’, tão emblemático, mostrou-se oportuno para minhas circunstâncias.

Passei a pesquisar livros e artigos sobre o tema e a estabelecer relações pessoais que pudessem me auxiliar na tarefa de construir um projeto de mestrado cuja proposta seria realizar um estudo etnográfico da formação dos policiais militares de Goiás. A princípio, tive sucesso: tinha em mãos um bom volume de material bibliográfico sobre Polícia Militar, meia dúzia de livros, algumas dissertações e uma pilha de artigos, e vislumbrava frestas institucionais que me permitiriam, pensava, realizar algum estudo de campo exploratório. Entretanto, as dificuldades não tardaram: não tinha respaldo acadêmico formal que pudesse servir como meio de negociação com a instituição militar, vez que não me encontrava, naquele momento, ligada à universidade; as alianças informais que havia angariado não se mostraram efetivas na abertura desses espaços; e ainda, como se não bastasse, esbarrava na dificuldade de ser uma mulher querendo realizar pesquisa de campo institucional numa ordem marcadamente masculinizada. Era o ano de 2007.

Por esses e outros motivos acabei adiando os planos de seleção para o mestrado. Acabei abandonando também, muito a contragosto, o projeto de estudar a formação do policial militar. Acreditava que dificilmente, pelos obstáculos próprios ao campo militar, conseguiria realizá-lo a contento. Em 2009, ingressei no recém-criado curso de Psicologia da Universidade Federal de Goiás e tive as primeiras aproximações com as discussões sobre saúde mental e reforma psiquiátrica, e com as obras foucaultianas sobre a loucura. Em 2010, em meio à mesma idéia da importância de realizar etnografias em instituições e grupos hegemônicos, ingressei no recém-criado Mestrado em Antropologia Social da UFG, com a proposta de estudar as instituições extra-hospitalares de assistência à saúde mental instituídas pela Reforma Psiquiátrica¹⁰.

Contudo, ao longo das orientações com a Prof^a Telma Camargo da Silva e das primeiras aproximações teóricas com o campo da Antropologia da Saúde e da Doença¹¹, a ênfase no aspecto institucional da doença mental daquele projeto inicial foi se deslocando para uma perspectiva teórica em que o contexto social mais amplo pudesse ser apreendido por meio das singularidades dos sujeitos e de suas experiências

¹⁰ O título desse pré-projeto apresentado à Banca de Seleção da turma de 2010 foi: “Antropologia da loucura: um estudo etnográfico da rede extra-hospitalar de assistência à Saúde Mental em Goiânia”.

¹¹ Também pela disciplina “Antropologia da Saúde e da Doença” ministrada pela Prof^a Dr^a Telma Camargo da Silva no PPGAS/UFG, no 1º semestre de 2011.

cotidianas. As leituras teóricas e etnográficas informadas pelas noções de *sofrimento social*, experiência de adoecimento e narrativas, formuladas especialmente por Arthur Kleinman, Byron Good, Veena Das, e a noção de *embodiment* de Thomas Csordas, foram, nesse sentido, esclarecedoras. Encontrei nessas perspectivas formulações teóricas que propunham discutir epistemologicamente as dicotomias que tanto me incomodavam – indivíduo e sociedade, mente e corpo, natureza e cultura, entre outras – e que procuravam generalizações sem prejuízo da experiência vivida e da capacidade de agenciamento dos sujeitos.

Em julho de 2010, já cursando o mestrado, enquanto realizava trabalho de campo na Clínica Isabela¹² para o texto final da disciplina “Rituais e Dramas Sociais”¹³ – cuja proposta era a análise de rituais a partir do campo empírico de nossos projetos de seleção –, fui surpreendida pelo segundo ‘acaso’ a que me referi ao início deste relato. Era domingo, dia de visita. Foi a primeira vez que estive lá no domingo e pude permanecer na Clínica sozinha, sem a presença do psicólogo que geralmente me acompanhava nas visitas. Estava num canto do pátio, conversando com alguns dos enfermeiros a respeito do dia-a-dia da Clínica e das impressões que tinham sobre o lugar e sobre os doentes mentais. Um deles me contava da longa experiência que tinha em Hospitais Psiquiátricos e como aquela Clínica era, em sua opinião, a pior de todas em estrutura e tratamento. Foi então que um deles me disse, displicentemente, que lá havia um grande número de policiais militares internados, em sua maioria diagnosticados como alcoolistas, embora houvesse também policiais internados com algum tipo de distúrbio mental. Foi assim que se deu.

Se esse segundo ‘acaso’, tal como o primeiro, direcionou-me novamente para as instituições militares, as leituras teóricas sob a orientação da Prof^a Telma Camargo da Silva e minhas inquietações intelectuais direcionaram-me para os indivíduos enquanto sujeitos dessa instituição e de suas narrativas sobre adoecimento mental como meio de acesso ao seu mundo local e moral. Retomei, então, a pesquisa que havia feito sobre a PM em meados de 2007 e, com o apoio pessoal e direcionamento de minha orientadora, cheguei ao projeto de pesquisa apresentado no início do ano de 2011 ao PPGAS, resultado de um processo em que trajetória pessoal, amadurecimento teórico, sensibilidade empírica e direcionamento político se combinaram não arbitrariamente.

¹² A Clínica Isabela está localizada na Av. 85, Qd F19/Lt 51, nº 165, Setor Sul, Goiânia-Goiás (ver mapa na Introdução deste trabalho, p.18.)

¹³ Ministrada pelo Prof^o Dr^o Gabriel O. Alvarez, no 1º semestre de 2010.

Ao contrário do que acontecera em 2007, quando procurava caminhos para pesquisar a formação do policial militar, desta vez, o fato de ser mulher e estudante de Psicologia de uma instituição pública me abriu as portas, ou não as fechou, das clínicas psiquiátricas – cuja tendência ao fechamento é bastante similar às organizações militares¹⁴ – que visitei durante esse breve período. Entretanto, embora esse trabalho de campo exploratório tenha podido ser realizado sem maiores dificuldades, uma vez que foram realizadas somente observações de campo e conversas informais, as negociações com a instituição militar foram cheias de percalços, os quais, desde o início, deixaram-me claro que a inserção em grupos “poderosos” não seguia o caminho tradicional de inserção em grupos dominados/minoritários.

1.2 As portas do campo: trabalhos etnográficos em instituições militares

Após diversas tentativas frustradas de entrar em contato com as autoridades militares responsáveis pelas seções de saúde da PM e percebendo que os policiais militares com quem cheguei a estabelecer algum contato informal não estavam muito dispostos a conversar sobre assuntos tão delicados – ainda mais sem autorização institucional – e dados os acontecimentos recentes envolvendo a PM goiana durante a Operação Sexto Mandamento da Polícia Federal¹⁵, resolvi adotar outra estratégia de entrada em campo que fosse mais institucionalizada e formalizada – como o próprio objeto.

A princípio, procurei construir contatos informais com policiais militares através de um amigo policial civil, acreditando que essa entrada pelas *portas do fundo* seria essencial para o tipo de relação que desejava construir. Entretanto, nos poucos contatos que pude estabelecer e ao longo das pesquisas sobre militarismo e polícia, fui paulatinamente percebendo que a própria “cosmologia” do grupo em questão me levava para caminhos mais formais. As leituras de pesquisas e etnografias realizadas no mundo

¹⁴ Cf. GOFFMAN, 1974.

¹⁵ A Operação Sexto Mandamento foi deflagrada pela Polícia Federal na manhã do dia 2 de fevereiro de 2011, com o objetivo de desarticular uma organização criminosa formada por policiais militares envolvidos em homicídio no Estado de Goiás. Os policiais envolvidos, de diversas patentes, apontados como um grupo de extermínio, foram acusados de cometer homicídios e simular que eram decorrentes de confronto com as vítimas. (“PF faz operações contra PMs envolvidos em homicídio em Goiás”. *Folha de S.Paulo*. São Paulo. 02 fev.2001. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/875808-pf-faz-operacao-contra-pms-envolvidos-em-homicidios-em-goias.shtml>>. Acesso em: 08 jun. 2011.

militar mostravam estratégias diversas de entrada em campo. Cabe aqui descrever algumas delas¹⁶.

No último capítulo de sua etnografia, *O espírito militar* (1990), realizada na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), Celso Castro fornece algumas informações sobre sua inserção em campo. Sendo filho de oficial Superior do Exército, escreveu uma carta ao general chefe do Departamento de Ensino e Pesquisa do Exército (DEP) expondo em linhas gerais a pesquisa que pretendia realizar na AMAN, pedindo autorização para tal. Seu pedido foi concedido. Castro frisa que enviara o pedido à pessoa certa, respeitando a estrutura hierárquica do grupo em questão. A decisão chegou à Academia como ordem. No despacho, foi solicitado que prestassem a ele “todo apoio, por tratar-se de assunto do interesse do Exército” (*idem*, p.164). O relato prossegue: apesar da autorização e de ser filho de oficial, a princípio era questionado sobre o *tipo* de pesquisa que pretendia realizar e confrontado com afirmações de desconfiança sobre suas intenções.

No primeiro capítulo de sua etnografia sobre o curso de formação de soldados da Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul, em que descreve sua trajetória de inserção e negociação com a instituição policial militar, Nummer (2005) aponta alguns aspectos desse processo que, guardadas as diferenças, pouco destoa da trajetória de Castro (*op.cit.*) em sua etnografia sobre o Exército. Assim como Castro, a autora narra que sua primeira aproximação ao campo iniciou-se através de um vínculo entre um familiar próximo dela e o comandante de uma unidade no interior do Estado e que, durante as negociações iniciais, as desconfianças em relação às suas intenções com a pesquisa exigiram maior ênfase num discurso *a favor da Corporação*. Houve ainda, durante as negociações para entrada no campo, tentativas de imposição, por parte dos oficiais, do grupo a ser pesquisado – ao invés do curso de formação de soldados, o curso de formação de oficiais –, e do recorte de uma realidade do grupo pautado em suas experiências como oficiais.

Já nas páginas introdutórias de sua etnografia, *Meia volta volver* (1997) –, cujo objetivo consistia em analisar o modo pelo qual a identidade militar relaciona suas faces públicas e privadas –, Leiner (1997) relata como as implicações da instituição militar na

¹⁶ Nesse sentido, as palavras de Geertz (1989) asseveram: “Os estudos constroem-se sobre outros estudos (...) no sentido de que, melhor informados e melhor conceitualizados, eles mergulham mais profundamente nas mesmas coisas (...) Fatos anteriormente descobertos são mobilizados, conceitos anteriormente desenvolvidos são usados, hipóteses formuladas anteriormente são testadas (...) (*idem*, p.18)”.

maneira como se deu sua entrada e permanência em campo lhe permitiram aprofundar a análise da organização militar e conduziram sua pesquisa aos mesmos objetivos, por caminhos inusitados que se revelaram frutíferos. A conduta da instituição face à presença de um pesquisador estrangeiro, conta ele, e a maneira como foi sendo, ao longo de seu trabalho de campo, posicionado dentro da instituição foram imprescindíveis não somente ao entendimento das condutas em relação à pesquisa como também da conduta militar em níveis mais gerais, em relação aos civis em geral.

Leiner (*idem.*) ressalta que o modo de aproximação deve ser considerado prioritário para quem deseja fazer uma pesquisa sobre a instituição militar. E Castro (*op.cit.*), por outro lado, afirma que *a hierarquia que estrutura o Exército não pode ser ignorada por quem nele deseja pesquisar*. Em suma, os princípios que norteiam o mundo militar, suas relações de poder e de interesse, os processos de inserção no campo e negociação da pesquisa não só interferem nas diferentes etapas de pesquisa – no recorte utilizado, nos objetivos buscados, nos dados aos quais permite-se ou não o acesso, na metodologia utilizada, na apresentação do resultado da pesquisa – como são também dados de campo, que permitem descortinar aspectos da dinâmica das relações de poder travadas dentro da instituição, fora dela e entre instituições, como a academia universitária.

Apesar das diferenças, os trabalhos citados tiveram como traço comum a linguagem da institucionalidade, com a entrada pelas portas da frente. Além disso, os resultados aos quais chegaram foram indissociáveis da maneira como foram posicionados em campo e de como se deram as negociações durante a pesquisa.

Embora no começo do processo de trabalho de campo, dado o caráter mais “subjetivo” do meu problema de pesquisa, intencionasse estabelecer contatos menos formais com meus sujeitos de pesquisa, já de início essa estratégia mostrou-se inviável, porque não haveria outro modo de localizar esses sujeitos que não dentro da própria instituição. Além disso, o Comitê de Ética em Pesquisa da UFG (CoEP/UFG) solicitou, como requisito para a aprovação do projeto, documentos de Autorização para Pesquisa tanto dos responsáveis pela instituição militar como da Junta de Saúde ao qual estavam submetidos os cabos e soldados em tratamento psiquiátrico¹⁷.

¹⁷ O projeto foi submetido ao CoEP em março de 2011 e autorizado em outubro do mesmo ano.

1.3 Às portas do campo: negociando à entrada em campo

De início, tentei marcar uma reunião com os responsáveis pela Junta de Saúde do HPM (Hospital da Polícia Militar) com o intuito de expor minhas intenções, entregar-lhes meu projeto de pesquisa e me informar dos caminhos institucionais necessários para obter a Autorização. Naquele momento, pelo fato de estar cursando também graduação em Psicologia e ter ouvido colegas comentando a respeito de um trabalho de Psicologia Social que realizaram com o grupo de apoio a alcoolistas da PM, acreditei que a área de Psicologia do HPM (Hospital da Polícia Militar) seria a porta de entrada mais viável para o campo. Mesmo porque, na ocasião do referido trabalho de Psicologia Social, houve uma negociação entre a instituição militar e a instituição acadêmica por meio do Departamento de Psicologia da UFG. Havia, portanto, uma fresta aberta. Tentei por diversas vezes marcar uma reunião com a psicóloga do HPM responsável pela realização do trabalho. Em todas as tentativas, por telefone ou pessoalmente, conversava com sua secretária sobre meus motivos e ressaltava que, além de mestranda em Antropologia, era também graduanda em Psicologia pela UFG. Não houve retorno. Tempos depois, quando entrei em contato com um dos colegas que realizara o trabalho de Psicologia Social para lhe pedir uma cópia do texto, acreditando ser uma fonte possível de dados, ele me revelou que a devolutiva do trabalho não foi vista com bons olhos pela psicóloga responsável, vez que, na análise do grupo de alcoolistas, os autores do texto ressaltaram que havia, nos termos da Psicologia Social, um “atravessamento transversal” de aspectos religiosos e da hierarquia militar na terapia de grupo propriamente psicológica. Esse episódio, além de apontar a possível razão do fracasso de minha estratégia inicial de negociação, revelava também outros aspectos das pesquisas realizadas nos chamados grupos *up*, que serão discutidos ao final deste capítulo (p.44-47).

No entremeio, entre a insistência e a descoberta da razão do fracasso, outra estratégia delineou-se. Durante uma conversa trivial sobre as dificuldades que vinha encontrando para me inserir em campo e sobre as intenções da minha pesquisa, uma amiga revelou-me que seu pai era tenente-coronel aposentado da PMGO e que, por várias ocasiões, por ser ela psicóloga, o ouvira se queixando da falta de estudos e intervenções efetivas com relação aos problemas psicológicos que afetavam os policiais militares, especialmente os praças. Diante disso, assegurou-me que seu pai iria me ajudar. No dia seguinte, recebo uma ligação sua dizendo que seu pai havia falado com o

Comandante de Saúde do HPM e que eu ligasse para a área de Psicologia do HPM e me identificasse como sendo sobrinha dele. Foi o que fiz. Em dois dias, tendo em mãos uma versão resumida e editada do meu projeto e uma Solicitação de Autorização para Pesquisa assinada por minha orientadora e pelo coordenador do PPGAS, dois documentos que me davam respaldo institucional, mais o parecer favorável do Comitê de Ética, encontrei-me com a mesma psicóloga com quem havia tentado inúmeros contatos.

De modo semelhante às etnografias discutidas (LEINER,1997; NUMMER, 2005; CASTRO, 1990), o apadrinhamento de um integrante do grupo, por meio da evocação de uma relação de parentesco (tio-sobrinha) em que o caráter socialmente construído de aliança se faz presente, foi o aporte legitimador que me transformou em *pessoa* (DUARTE, 1986; 2003) no contexto militar.

1.4 A porta da frente: inserindo-me em campo

No encontro com a psicóloga, apresentei-me como uma mestranda em Antropologia que também cursava Psicologia e expus minhas intenções de pesquisas, ressaltando que procurava delinear não os fatores subjetivos, mas o contexto social dos sujeitos adoecidos. Ela mostrou-se aberta e motivada a ajudar-me. Entreguei-lhe os documentos e a cópia do projeto resumido e, em poucos dias, retornei ao HPM, quando fui por ela apresentada a um dos psiquiatras militares da Junta de Saúde, para quem expus novamente minhas intenções de pesquisa.

Contrariamente à conversa amistosa e empática que tive com a psicóloga, o psiquiatra mostrou-se relutante em relação ao método de pesquisa que eu propunha. Indagava a respeito da minha amostra e se haveria um grupo de controle. Explicitei na linguagem mais “técnica” possível que o método da Antropologia era qualitativo e que os dados seriam colhidos através de entrevistas. Ele insistia em relação à amostra. Reiterei a ele que o método da Antropologia não “operava” em termos quantitativos, mas essencialmente qualitativos, que seria impossível prever de antemão quantas entrevistas seriam realizadas. Apesar de minhas tentativas e de lançar mão da experiência que tenho em institutos de pesquisa¹⁸, ele se mostrou cético quanto à

¹⁸ Desde 2006, presto serviços de pesquisadora para o instituto Observatório Pesquisa de Comportamento, localizado à Rua 84-A, nº 66, Setor Sul, Goiânia-Go. Neste instituto realizo pesquisas de mercado, de

consistência e cientificidade do meu projeto. Sugeri que ele lesse meu projeto completo, como foi apresentado ao PPGAS, e que nos encontrássemos em alguns dias. Ele concordou.

Modifiquei algumas coisas no projeto original: suprimi alguns adjetivos¹⁹, reformulei alguns períodos, acrescentei à metodologia certa sistemática. Tal qual havia feito no projeto apresentado ao Comitê de Ética, era preciso buscar linguisticamente um terreno comum que pudesse, de alguma maneira, conciliar as áreas da Saúde e da Antropologia sem descaracterizar as peculiaridades próprias ao olhar antropológico, e sem perder de vista as implicações políticas e sociais da pesquisa que propunha no e para o contexto policial militar.

Alguns dias depois de entregar ao psiquiatra esse projeto, encontrei-me novamente com ele. Dessa vez, ele mostrou-se menos cético quanto às minhas intenções. Disse que concordava com a realização da pesquisa, mas que, antes, meu projeto deveria ser encaminhado ao Comandante de Saúde do HPM e, dali, ao Comando Geral da Polícia Militar do Estado de Goiás, para que aprovassem sua realização. Qualquer ação estaria condicionada à aprovação dessas duas instâncias. Fui então apresentada à secretária interna da Junta de Saúde, que me orientou sobre como proceder para obter as autorizações e que ficaria responsável, a partir dali, em auxiliarme na condução da pesquisa, caso fosse autorizada pelos comandos superiores e nos termos determinados por essas duas instâncias.

A orientação da secretária foi de que eu conversasse novamente com a psicóloga, já que se tratava de um projeto “psicológico”, e que ela encaminharia e protocolaria o pedido junto aos comandos. Embora houvesse explicitado em todos os momentos da negociação que o projeto era da área de Antropologia, durante todo o processo de pesquisa fui tratada como uma profissional da área *psi*, tanto pelos profissionais do HPM quanto pelos sujeitos entrevistados. Era sempre tratada como a Dra. Cláudia.

Com a autorização em mãos²⁰, outra negociação precisava ser empreendida: como realizaria o trabalho de campo. Os atendimentos no HPM são pré-agendados, mas

opinião e eleitoral através da metodologia qualitativa de grupo focal (*focus group*) e da aplicação de questionários.

¹⁹ Alguns exemplos dos adjetivos suprimidos: brutal, dominação, opressão.

²⁰ O processo de negociação até a obtenção da Autorização para a pesquisa durou cerca de 4 (quatro) meses, de julho a outubro de 2011. A pesquisa de campo só pode ser iniciada efetivamente em novembro

seguem o sistema de ordem de chegada. Há uma recepção comum para todas as especialidades. Os atendimentos psiquiátricos são realizados somente às segundas, quartas e quintas pela manhã, embora atendimentos de outras especialidades se realizem também nesses dias. Os pacientes com hora marcada retiram uma senha e, ao serem chamados pela recepcionista, são listados por ordem de chegada. Aguardam seu atendimento nessa recepção. O atendimento psiquiátrico oferecidos pelo HPM é exclusivamente pericial, o que significa que o tratamento psiquiátrico em si não é realizado naquele espaço. O paciente deve procurar por conta própria um psiquiatra civil para realizar o tratamento²¹. As consultas são muito rápidas e, no caso da psiquiatria, são repetidas a cada três meses²². Após a consulta, os pacientes aguardam cerca de meia hora na recepção pelo laudo do psiquiatra, que decidirá sobre seu possível afastamento, realocação de função, proibição ou concessão do porte de arma etc. As implicações dessa função exclusivamente pericial serão discutidas no capítulo 3 (p.84 e 85).

A secretária interna da Junta que fora designada para me auxiliar na pesquisa sugeriu, num primeiro momento, que ligássemos para os pacientes agendados para o dia seguinte, explicássemos a eles da pesquisa e perguntássemos se concordariam ou não em participar. Concordei e perguntei se eu poderia falar com eles. Ela disse que não, que ela falaria. Embora essa dinâmica tenha se mostrado bastante dispendiosa e infrutífera e outros meios tenham sido adotados, revelou, já de saída, que a realização da minha pesquisa seria sempre balizada e cerceada pelo controle institucional. Nas ligações, a secretária se apresentava ao paciente, dizia vagamente que havia uma

de 2011. Por razões advindas do próprio “campo”, o tempo para a realização do mestrado teve de ser estendido para além dos 24 meses.

²¹ O convênio de saúde IPASGO (Instituto de Assistência dos Servidores Públicos do Estado de Goiás) é direito dos servidores públicos estaduais, mediante um pagamento mensal descontado na folha de salário. Contudo, a adesão a ele não é obrigatória. O policial pode optar por outro convênio de saúde ou pelo atendimento oferecido pelo SUS (Sistema Único de Saúde).

²² Esse espaço de três meses entre as consultas e o curto tempo disponível para a realização do trabalho de campo impossibilitaram que o aspecto temporal das narrativas fosse explorado. Como sugere Good (1994), a narrativa, tal como o ritual, deve ser pensada sempre a partir de seu caráter temporal. A temporalidade caracteriza tanto sua estrutura quanto sua *performance* (atuação). Ambos, narração e ritual, são processos intersubjetivos que pressupõem ao menos três elementos: uma forma textual, uma audiência e *performers*. Seu efeito é em si mesmo um evento dentro de uma experiência temporalmente vivida, possuindo, por isso mesmo, caráter performativo, tal como os diagnósticos atribuídos (médicos, religiosos etc.) às enfermidades (GOOD, *op.cit.*; AUSTIN, 1990). A elaboração de narrativas enquanto tentativas de ordenação de signos aparentemente sem sentido é, assim, dotada de eficácia simbólica (LÉVI-STRAUSS, 2003): é atuante no curso dos acontecimentos.

pesquisadora que queria entrevistá-lo e perguntava se concordava. Evidentemente, não houve quem se negasse - a ligação soava como uma ordem, um informe. Após a segunda ligação daquele dia, questionei se ela não poderia se apresentar e permitir que eu falasse com eles e lhes explicasse a respeito da pesquisa. Mais uma vez, ela se negou.

Percebendo que essa dinâmica tomaria muito tempo de seu trabalho, a secretária sugeriu que os pacientes fossem abordados logo após a consulta por um de seus auxiliares e que eu realizasse a entrevista em um dos consultórios vazios durante o tempo em que ficariam esperando pelo laudo médico. Concordei.

Embora essa forma de trabalho me parecesse um pouco melhor do que a anterior, não havia muita diferença. Nos dias da semana em que os atendimentos eram realizados, eu chegava ao HPM às 8h da manhã e prontamente o auxiliar designado pela secretária para abordar os pacientes me conduzia até a sala da secretaria, que era contígua aos consultórios médicos. Alguns minutos depois, ele abordava o primeiro paciente atendido e dizia, à semelhança dos telefonemas da secretária, que havia uma pesquisadora que queria entrevistá-lo. Mais uma vez, não houve quem se negasse.

A maneira como se dava essa dinâmica influenciava de forma decisiva na interação com os entrevistados. Por mais que dissesse que minha pesquisa não tinha qualquer ligação com a instituição militar e que a ética profissional que embasava meu trabalho assegurava sigilo sob tudo o que seria falado ali, era notório que as entrevistas²³ que realizei nesse período²⁴ seriam evasivas, desinteressadas e muito pouco espontâneas, como de fato o foram. Os entrevistados pareciam muito pouco à vontade, impacientes e sempre demonstravam um desejo latente de “acabar logo com aquilo”. Até porque o tempo utilizado para a realização das entrevistas era limitado: era o tempo de espera pelo laudo médico. Se o objetivo deles ali era a consulta, obrigatória, que visava à obtenção de um documento pontual, o laudo médico, que dava sentido a tudo aquilo, tudo o que mais queriam era sair dali. No meio do caminho, havia eu, minhas perguntas e aquele gravador.

Íamos para um consultório que ficava num outro pavimento do HPM. Como todo consultório médico, a mesa servia como separação simbólica entre médico e paciente, posicionando ambos em lados opostos. Quando ia entrevistá-los, puxava a cadeira destinada ao médico e a posicionava ao lado da cadeira do paciente, onde o

²³ As entrevistas realizadas foram semiestruturadas.

²⁴ Foram realizadas ao todo 12 (doze) entrevistas nessa primeira fase do campo, 8 (oito) gravadas e 4 (quatro) não-gravadas.

entrevistado espontaneamente se sentava, na tentativa de me dissociar da posição hierarquizada já criada pela própria situação da pesquisa da maneira como vinha sendo conduzida. Explicitava ao entrevistado o tema da minha investigação, ressaltando que buscava uma análise do contexto social do trabalho policial e da instituição militar, que não mantinha qualquer ligação com a instituição militar e que minha intenção era contribuir de maneira positiva com as condições de trabalho dos policiais.

Contudo, por mais que tentasse deixá-los à vontade e assegurar minha autonomia em relação à instituição, a situação, o próprio local em que as entrevistas eram realizadas e tudo o que dizia soava artificial e inverídico. De fato, havia sempre a mediação da instituição militar na relação entre mim e os entrevistados: a abordagem era feita por um militar de patente superior, cuja explicação a respeito da pesquisa era superficial, o que poderia facilmente ser interpretado como uma ordem, e as entrevistas eram realizadas nas dependências militares e num espaço destinado às consultas médicas. Além disso, o fato de ser sempre chamada a esperá-los na sala da secretaria fazia com que fosse situada por eles como alguém do lado de lá, como seus “outros”, oficiais e médicos, representante dos que ordenam, avaliam, punem, oprimem e, no caso específico dos pacientes que passam pela Junta de Saúde, dos têm o poder de decidir sobre seu futuro dentro da instituição. Além disso, o fato de minha pesquisa tratar de questões comumente relacionadas à área de saúde fazia, como mencionado, com que os entrevistados me representassem como uma profissional *psi*, algumas vezes psicóloga, outras psiquiatra, os quais, naquele contexto, têm em mãos o poder de decisão sobre suas vidas. Se, por um lado, essa “representação” me favorecia, uma vez que lidava com profissionais da área da saúde e realizava grande parte do meu trabalho de campo dentro do HPM, e por isso me equiparava a eles, por outro, no relacionamento com os sujeitos adoecidos, a ligação com a instância médica me colocava numa posição hierárquica superior.

É interessante notar que, a princípio, acreditava que o fato de ser representada como psicóloga iria me ajudar na relação com os sujeitos entrevistados, especialmente porque se tratava de um campo profundamente fechado e masculinizado. Acreditava que, por um lado, a circunstância de ser mulher seria condizente com o imaginário do que é ser psicóloga, já que somos maioria na profissão, e aos psicólogos, de maneira geral, são atribuídas características que facilitam a empatia, como confiança, calma, paciência; por outro, me posicionar como psicóloga, imaginava, era estratégia mais rentável do que como antropóloga, já que, diante dessa denominação, grande parte das

pessoas geralmente franze o rosto em desconfiança, especialmente devido ao desconhecimento das atribuições e funções de um antropólogo. Contudo, ao longo do processo de pesquisa, fui percebendo as peculiaridades da função que os profissionais de saúde mental desempenhavam na Junta de Saúde, bastante diversa da comumente atribuída a esses profissionais: grande parte dos pacientes era encaminhada à Junta Médica por terceiros e não procurava o serviço espontaneamente; e aqueles profissionais, além de serem também oficiais militares, eram os que detinham o poder de enquadrá-los em um lugar social estigmatizante, limitador, inferior naquele contexto social. Refiro-me não só às consequências práticas que a entrada na Junta acarreta (restrição ao porte de arma, realocação para funções administrativas, impedimento para concorrer a promoções etc.), mas também à maneira como os sujeitos passam a ser vistos pelos seus pares. Essas questões serão abordadas no cap.3 (p.107/8)

Por mais que admitissem que havia alguma coisa “errada” com eles, que as “coisas não iam bem”, não atribuíam àqueles profissionais do HPM, especialmente aos psiquiatras, o lugar de “aliados” seus. E, naquele momento, devido às circunstâncias, eu era identificada, em alguma medida, como sendo um daqueles. É claro que meu discurso tinha algum impacto, mas a desconfiança e a necessidade de autoproteção impediam qualquer comprometimento e entrega àquela situação.

Nesse contexto, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, ao invés de funcionar como documento que resguarda o entrevistado e assegura os direitos de esclarecimento, sigilo e desligamento da pesquisa, era encarado como uma maneira de identificá-los. Quando apresentava a eles o documento e dizia do que se tratava, era sempre confrontada com a mesma pergunta: “por que preciso colocar meu nome aqui?”. Respondia que aquele documento assegurava seus direitos e os informava a respeito da pesquisa, mas não os convencia. Ainda assim, sempre preenchiam seu nome e assinavam.

Durante os meses de novembro e dezembro de 2011, o trabalho de campo e as entrevistas foram realizados dessa maneira. Embora tenha realizado boa parte das entrevistas nesse período, esse material só pôde ser apropriadamente interpretado à luz das entrevistas que realizei num segundo momento do campo, em que passei a adotar outra forma de aproximação com os sujeitos pesquisados.

1.5 A porta dos fundos: outros caminhos possíveis

Em dezembro de 2011, fiz uma pausa no trabalho de campo e, ao meu retorno, em janeiro de 2012, descobri que a secretária designada como responsável por minha pesquisa entrara de licença por alguns meses. O auxiliar designado para abordar os pacientes havia assumido seu lugar. Ao contrário dela, esse auxiliar, de patente inferior, tinha uma personalidade mais descontraída e menos autoritária. Ao me deparar com aquela situação, resolvo que mudaria a dinâmica estabelecida. Disse a ele que acreditava estar atrapalhando demais o trabalho da secretaria, especialmente naquele momento em que ele estava assumindo outras funções. Por isso, a partir dali, ficaria na recepção e abordaria eu mesma os pacientes. Ele concordou. Se a própria secretária havia recebido a ordem do psiquiatra para me auxiliar sem saber de fato do que tratava a pesquisa, a esse auxiliar foi designada, sem maiores explicações, a tarefa de abordar os pacientes da psiquiatria e informá-los sobre uma pesquisadora que queria entrevistá-los. Embora tenha pedido uma cópia do projeto e da autorização do Comando Geral para a realização da pesquisa, concordou prontamente com minha proposta.

A partir desse momento, a estratégia era outra: eu abordaria o paciente ainda na recepção, conversaria com ele, entregaria a ele o Termo de Consentimento, em que constavam os objetivos da pesquisa, seus direitos e meu contato, perguntaria a ele se tinha interesse em participar, pegaria o seu telefone e realizaria as entrevistas em sua casa, no horário e dia que fossem mais convenientes. Afastada da vigilância e do cerceamento dos profissionais do HPM, era possível estabelecer uma relação um pouco menos mediada com os sujeitos da pesquisa, embora as resistências ainda fossem muitas.

Ao chegar à recepção, procurava um lugar vago, dando preferência aos lugares próximos a pessoas que conversavam. Eram comuns os diálogos a respeito das deficiências operacionais e de efetivos da PM, das conjunturas políticas da PM, da diferença entre a polícia de agora e a de antes e também estórias mirabolantes de pm's que "surtavam" em serviço. O aviso visível colado à parede de que "era terminantemente proibido policiais armados durante as consultas" e o local em que se encontravam talvez suscitasse os relatos desses surtos de policiais. Eram muitas vezes contados em tom jocoso, hiperbólico, beirando o inacreditável. Independentemente da sua veracidade ou não, a frequência com que os ouvi nessas conversas informais e desinteressadas e também durante as entrevistas atesta que o "descontrole" dos policiais

em algumas situações está presente no imaginário da corporação como algo possível, próximo, comum. No capítulo 3, essa questão será abordada.

Como a recepção era comum a outras especialidades, era preciso atentar para alguns comportamentos que distinguiam os pacientes da psiquiatria dos demais. Alguns deles eram óbvios, pelos efeitos colaterais visíveis de alguns psicotrópicos: sonolência, apatia, reflexos lentos e outros. Sujeitos com semblante esvaziado, intangível, como se a capacidade expressiva da face, dos olhos, do corpo ficasse em suspenso. O corpo inexpressivamente humano. Já havia me deparado com esse estado durante as visitas aos hospitais psiquiátricos. Havia decidido que não iria trabalhar com pacientes que não fossem capazes, pela gravidade de seu estado ou pela quantidade e qualidade dos medicamentos prescritos, de alguma ciência sobre seu discurso e suas decisões. Essa decisão apoiava-se no entendimento culturalmente informado de que muitos sujeitos que se submetem a um “tratamento psiquiátrico” buscam alívio para sofrimentos cotidianos, cuja intensidade de manifestação os torna passíveis de terem seu sofrimento socialmente classificado em termos de patologias ou transtornos médicos-psiquiátricos ou psicológicos, classificação que, nesses casos, exerce de modo bastante sutil a função normalizadora de comportamentos sociais.

O sofrimento subjetivamente vivenciado, nesses termos, é *social*, no sentido proposto por B. Good (1994), A. Kleinman (1980;1988;1995) e Das *et al.* (1997): o sofrimento vivenciado pelos sujeitos é indissociável de seu contexto sociocultural, das relações intersubjetivas que travam, das configurações desiguais do campo de poder em que essas relações se desenrolam e das classificações sociais que determinam tanto sua posição nesse campo quanto o caráter do sofrimento que vivenciam.

No entanto, embora o diagnóstico dos psiquiatras ou psicólogos tenha sido sempre analiticamente considerado enquanto um discurso social classificatório, que, apesar de dominante, não é o único possível, seus parâmetros classificatórios serviram de referência para a delimitação dos sujeitos entrevistados. O que não significa que a pesquisa tenha se guiado pelos diagnósticos como estabelecidos pelo campo *psi*, uma vez que sua intenção era justamente situar, em relação à instituição militar e psiquiátrica, os sujeitos singulares e os significados que atribuíam à situação comum que partilhavam: serem policiais militares submetidos à Junta Médica da área psiquiátrica. Utilizei a referência geral que distingue os indivíduos que, a despeito da singularidade de seu sofrimento subjetivo, seguem certa lógica compartilhada do que é tido como “real” e aqueles cujo discurso imprime um significado singular ou não

compartilhado da “realidade”. Seguindo a lógica das classificações do campo *psi*, decidi que não trabalharia com psicóticos²⁵. Comumente, os remédios usados no tratamento dos transtornos psicóticos funcionam como uma espécie de “camisa-de-força química”, capazes de conter as ações voluntárias dos indivíduos e, por isso, o seu estado de apatia, esvaziamento e a sensação de ausência, perceptíveis.

Contudo, não demorou muito para que conseguisse distinguir, de maneira relativamente segura, os pacientes da psiquiatria. Eles se diferenciavam dos outros pacientes de maneira discreta: quase nunca conversavam, quando o faziam, ficavam na defensiva, com uma postura acuada, pouco à vontade. Quando se mostravam mais soltos nas conversas era porque conversavam com outros pacientes da psiquiatria sobre questões da Junta, do tratamento, num terreno comum de experiência. Na maior parte das vezes, quando sozinhos, estavam com os braços cruzados, com a expressão fechada, entretidos em seus próprios pensamentos. Não se mostravam inteiramente atentos ao ambiente, às conversas que aconteciam, às pessoas que entravam e saíam da recepção.

Aquela situação, ao contrário do que parecia aos outros que estavam ali por outras razões, parecia torturante para aqueles sujeitos. Muitos vinham de cidades do interior²⁶ do Estado de Goiás, após longas e cansativas viagens, unicamente para uma consulta pericial, que se desdobraria num laudo médico cujo conteúdo teria o poder de decisão sobre seu “lugar” na instituição. Como tratamento e determinações burocráticas são separados no processo de adoecimento desses sujeitos e embora levados a cabo pela mesma instância médico-psiquiátrica, o momento da consulta pericial no HPM não é encarado como parte do processo de cura, de alívio para o sofrimento, mas como um segundo momento de sofrimento e expectativa, em que conteúdos propriamente médicos, muitas vezes conflitantes, são submetidos às determinações da instituição

²⁵ A definição de *psicose* para a psiquiatria comumente se refere a um conjunto de sintomas, como a perda do teste da realidade e o comprometimento do funcionamento mental, manifestando-se por delírios, alucinações, confusão e comprometimento da memória. De acordo com o glossário da Associação Norte-Americana de Psiquiatria (*American Psychiatric Association*), o termo psicótico refere-se a um amplo comprometimento do teste da realidade, em que o indivíduo avalia incorretamente a acuidade das suas percepções e pensamentos, realizando inferências incorretas da realidade externa, ainda que em face de evidências contrárias (KAPLAN, H.I. *at al*, 1997). As abordagens com viés psicanalítico analisam a “estrutura psicótica” não só em termos de alienação quanto ao conteúdo, expressa sintomaticamente pelas alucinações e delírios, mas, sobretudo, em termos de alienação quanto ao continente, i.e. a alienação incide primitivamente sobre a própria estruturação do fenômeno mental, sobre a elaboração do pensamento (DUBOR, P., 2006). Cf. FREUD, S., 1982a, 1982b.; LACAN, J., 1998, 1985; CALLIGARIS, 1989.

²⁶ Durante o campo, conversei com alguns policiais de Rio Verde (235 km de distância da Capital), São Simão (377 km), Mundo Novo (430 km), Anápolis (55 km), Jataí (322 km) e Catalão (249 Km).

militar. Esse caráter de sofrimento das consultas periciais foi constantemente reiterado nas conversas informais com os sujeitos na recepção do HPM e em algumas falas durante as entrevistas:

“Sei que eles são pagos para dizer não. Eles, realmente, se você pega 60 dias de atestado, aí eles só te dão 45, 30. 30, 45. São pagos para dizer não. Só pode! Não existe uma coisa daquela. Eles discordam de todos os outros médicos.”(Soldado, 19 anos de PM)

“O médico da polícia nunca me perguntou o porquê dessas coisas, só o médico externo. A psicóloga não me passou no teste lá, disse que tinha que continuar no administrativo, mas eu não tive um diálogo com ela.” (Soldado, 22 anos de PM)

Todos esses fatores, encarnados naqueles sujeitos, os diferenciavam dos pacientes com injúrias físicas, menos suscetíveis às indeterminações e possibilidades interpretativas inerentes ao campo psiquiátrico. A liminaridade comum aos processos de adoecimento, no caso desses pacientes psiquiátricos, adquire um caráter compulsório bastante diferente dos pacientes de outras especialidades. Isso porque tanto os encaminhamentos, a “entrada” na Junta Médica, quanto o processo percorrido até a “alta”, a “saída” formal da Junta, são quase sempre alheios à vontade do sujeito e à determinação subjetiva de que os sintomas ou sensações de sofrimento experienciados sejam ou não classificados enquanto “doenças” tratáveis pela medicina. Esse desacordo não descredencia a eficácia ou adesão ao tratamento psiquiátrico ou a realidade do sofrimento experienciado pelos sujeitos, mas atesta o funcionamento de outros mecanismos e dispositivos normalizadores presentes na instituição militar.

1.6 “Não mexa nas gavetas”²⁷: guardando os limites

Esse contexto de desconfiança esteve presente não somente em seus semblantes, mas também como pano de fundo das relações que estabeleci com eles durante o processo da pesquisa. Nesse segundo momento do campo, em que foi possível desligar-me das mediações da instituição militar que até então eram determinantes na

²⁷ Trecho do conto “A menina e o gerente”, de Carlos Drummond de Andrade. In: *DRUMMOND DE ANDRADE, Carlos et alii. “A menina e o gerente”*. 18 ed. São Paulo, Ática, 2000, v.3, p.54-6 (Col. Para Gostar de Ler).

representação que os pesquisados faziam de mim, essas tensões não desapareceram, mas permitiram certa abertura por parte deles.

Muitas vezes, a breve conversa que tinha com eles na recepção era o máximo que conseguia. Embora concordassem em participar da pesquisa e me dessem seu número de telefone, quando ligava para marcar o encontro, muitos diziam que estavam ocupados naquela semana, que ligasse na próxima. Quando ligava, usavam a mesma desculpa. Outros eram mais claros: diziam que achavam melhor não participar, pois poderiam se comprometer. Essa resistência e desconfiança estiveram presentes até mesmo naqueles que efetivamente foram entrevistados. O problema com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido persistia: era visto como uma forma de identificá-los. Por mais que assegurasse a idoneidade de minhas intenções e daquele documento, eles não me pareciam convencidos. Por fim, uma vez que o Termo de Consentimento parecia cumprir outra função naquele contexto, decidi usá-lo como forma de esclarecimento do que se tratava a pesquisa e dos direitos do entrevistado, assegurados pela minha assinatura na cópia que entregava a eles, e deixá-los optarem por assiná-lo ou não. De maneira que o consentimento da maioria deles só foi possível verbalmente. Alguns entrevistados não me permitiram sequer gravar as entrevistas e outros pediram que eu desligasse o gravador em certos momentos do relato.

Diferentemente do que acontecia com os pacientes da psiquiatria, os outros sujeitos que entrevistei – oficiais, policiais aposentados, policiais civis, o psiquiatra e a psicóloga do HPM – não se opuseram nem às gravações, nem ao Termo de Consentimento. Bastava dizer que tinha autorização do Comando Geral para a realização da pesquisa e que ela estudava praças adoecidos, categoria na qual eles não se inseriam, para que concordassem em falar comigo.

Dessa maneira, tanto as tensões institucionais quanto o estado delicado dos sujeitos de pesquisa balizaram a realização do trabalho de campo. Não insistia com aqueles que se esquivavam da entrevista, mesmo depois de me darem o número de seus telefones. Durante as entrevistas, procurei abordar as questões do adoecimento de maneira sutil e não como tema central da conversa. Fui percebendo, ao longo das entrevistas, que eles se sentiam pouco à vontade em falar sobre questões tão subjetivas, especialmente com alguém que mal conheciam. Por esse motivo, as entrevistas desse período foram mais abertas. A pouca adesão à psicoterapia, conforme foi relatado pela psicóloga, e o caráter compulsório dos tratamentos atestam a pouca abertura e a desconfortabilidade dos policiais militares à expressão verbal de sentimentos e sensações

subjetivas. Os relatos sobre os adoecimentos se enlaçavam de tal maneira com as questões institucionais e as atribuições policiais que era impossível abordá-los separadamente. Além disso, havia certos *tabus*: não falavam em detalhes de certas ocorrências vivenciadas durante os trabalhos policiais “de rua”. Embora mencionassem alguns episódios, os detalhes eram reprimidos explicitamente no próprio discurso dos sujeitos.

As conversas que tive com alguns pacientes na recepção do HPM, pelo caráter mais espontâneo e menos artificial oposto às entrevistas formais, foram situações muito valiosas para a pesquisa, especialmente as conversas que travavam entre si enquanto aguardavam o atendimento. Em algumas ocasiões, os próprios pacientes me indicavam outros pacientes para que conversasse. Ia com eles para o lado de fora da recepção, sob o pretexto de “fumar um cigarro”, e ali as conversas pareciam ter um caráter menos cerceado. Muitas vezes, outros pacientes ou policiais que estavam por ali se juntavam à conversa e uma espécie de grupo de discussão se formava. Embora não falassem especificamente de sua condição psiquiátrica, a situação de adoecimento comum partilhada por muitos deles permeava os comentários e as opiniões sobre a instituição militar. Ouvia estórias sobre as situações de rua que vivenciavam, impressões sobre a hierarquia e o militarismo, estórias sobre surtos de policiais, diferenças entre a polícia de antes e a de hoje etc. O fato de estarmos fisicamente fora das paredes do HPM parecia dar a eles maior liberdade para falar o que pensavam, embora estivessem sempre atentos a quem pudesse estar ouvindo o que diziam.

Era notório nessas conversas que eles tinham muito a dizer, mas se recusavam a um comprometimento formal com a pesquisa. Essas situações interativas não eram *tabus* na lógica militar: as conversas se davam com policiais de um mesmo círculo hierárquico, que partilhavam o estado comum de “estar passando” pela Junta Médica. Apesar disso, a presença de uma *civil* imprimia certo cerceamento ao que diziam, mas de outra ordem. O discurso deles oscilava sempre entre a crítica e a defesa do militarismo, entre a defesa do grupo do qual fazem parte e a crítica velada à sua estrutura. Penso que as desconfianças em relação a mim eram ambíguas nesse segundo momento do campo. Mesmo que não fosse representada como alguém ligada ao Comando, podendo até mesmo ser considerada uma “aliada”, ainda era uma *civil* e, como tal, uma *outsider*, para quem não se podia dizer tudo nem de qualquer maneira.

Foi numa dessas situações que conheci aquele que se tornaria meu principal interlocutor, o Cabo Marcos²⁸, que me foi apresentado por outro paciente. Ao contrário de seus colegas, falar era uma necessidade para ele, a despeito de toda a desconfiança que sentia. Depois de vários telefonemas, conseguimos marcar um fim-de-semana em que poderíamos nos encontrar. Viajei até a cidade onde morava, na região norte do Estado, e passei um dia e uma noite com ele e sua família, composta de sua mulher e dois filhos homens, de 14 e 11 anos. Apesar de sua maior abertura, sua narrativa seguiu o “modelo” das outras: mostrava-se desconfiado quanto à confidencialidade da entrevista e à idoneidade do Termo de Consentimento; falava pouco sobre as sensações subjetivas ligadas ao seu adoecimento; criticava e ao mesmo tempo defendia o militarismo; não deu detalhes sobre algumas “ocorrências” vividas no cotidiano do trabalho policial “de rua”. No final do dia, para minha surpresa, Marcos me perguntou se eu era psiquiatra.

A instituição militar, como toda instituição fechada, restringe e controla as informações que disponibiliza para o grande público. Tanto durante o trabalho de campo quanto nas pesquisas que fiz pela *internet* para acessar regulamentos internos e dados quantitativos sobre a PM, foi possível perceber que o “controle” da instituição sobre informações a seu respeito é generalizado, perpassando diferentes instâncias: do acesso aos prédios aos dados sobre seu funcionamento e ao que é permitido dizer e a quem.

Nas semanas finais do campo, quando entrevistei os profissionais da saúde do HPM, indaguei sobre dados secundários das patentes e do número de atendimentos na psiquiatria em relação ao número total de atendimentos de outras especialidades. Alegavam sempre que estavam trabalhando num sistema que facilitasse a obtenção desses dados, mas que, no momento, não era possível obtê-los. E mesmo que fosse possível, precisaria de uma nova autorização do Comando Geral para acessá-los. Quando era preciso, diziam, a secretária da Junta trabalhava “artesanalmente”, ficha por ficha, para obtê-los.

A cooperação para minha pesquisa era limitada e independente da intenção de seus sujeitos. Durante a pesquisa que realizei na Biblioteca da APM (Academia de Polícia Militar), me deparei com inúmeras monografias de oficiais que apresentavam, discutiam e analisavam esses dados. Nelas foi possível obter perfis socioeconômicos da

²⁸ Conforme disse na Introdução, ao longo do trabalho optei por usar nomes fictícios para preservar a identidade dos entrevistados e assegurar o sigilo das entrevistas.

PM da década de 90 e diagnósticos mais frequentes da área de psiquiatria do HPM, especialmente numa monografia datada de 2011 (BATISTA, J.F.,2011) , orientada pela psicóloga que havia aberto as portas da instituição para mim. Nesse momento, ficou ainda mais claro que a parceria com os profissionais de saúde do HPM estava sujeita a fatores de outra ordem. A despeito de suas possíveis intenções e de seus campos profissionais, eles cumpriam ordens, somente. Em última instância, assim como qualquer um de seus integrantes, estavam submetidos ao campo de poder da instituição militar.

1.7 Etnografias em grupos *up*'s: limites e tensões

As tensões vivenciadas em campo, conforme sugere Schuch (2010, p.36), devem ser encaradas como parte do trabalho antropológico em suas dimensões analíticas e epistemológicas. Analiticamente, são fontes preciosas de conhecimento sobre os grupos e instituições estudadas e, epistemologicamente, são instrumentos de conhecimento sobre o exercício e os limites do ofício antropológico.

Durante a realização da pesquisa, conforme relatado, a despeito de minhas intenções, tanto os profissionais de saúde e da administração quanto os entrevistados situaram-me como uma pesquisadora do campo da saúde. Afinal, realizava minha pesquisa no ambiente próprio à área da saúde, meu recorte tinha como ponto de partida definições próprias ao campo médico e minha legitimidade era assegurada pelo pronome de tratamento que acompanhava meu nome: era sempre a Dra. Cláudia.

A despeito de minha estratégia inicial de inserção em campo, em que fiz valer o fato de que *também* era graduanda em Psicologia, a razão para essa representação, em última instância, aponta para o lugar desprivilegiado ocupado pela Antropologia nos campos de atuação cujos domínios são comumente atribuídos aos saberes ligados à área da saúde. O desconhecimento acerca dos métodos e peculiaridades da Antropologia e de sua legitimidade enquanto área de conhecimento é facilmente detectado tanto na reação e “diagnóstico” do psiquiatra para quem apresentei meu projeto na fase de negociação quanto na postura dos entrevistados em relação a mim. Enquanto o primeiro colocou em xeque a validade “científica” do método proposto, os segundos me situaram num campo semântico cujos domínios lhes são familiares, i.e., são compartilhados pelo senso comum.

Num segundo momento, quando apresentei ao psiquiatra o projeto completo tal qual fora aprovado pelo PPGAS/UFG, o parecer favorável do Comitê de Ética e o documento solicitando Autorização para Pesquisa, timbrado e assinado por profissionais autorizados pela academia, sua reação foi outra. Afinal, tinha o respaldo institucional de uma instância legitimadora cujos pressupostos são orientados pelas definições da área de saúde e, além disso, compartilhava códigos e signos comuns às diversas áreas de conhecimento.

Nas semanas finais do campo (maio/2012), na ocasião em que entrevistei a psicóloga e o psiquiatra do HPM, outras questões implicadas no encontro entre as perspectivas de diferentes áreas do conhecimento vieram à tona. A situação de serem situados como “objetos” da pesquisa suscitou reações diferentes da parte deles. A psicóloga, com quem até então mantinha um diálogo franco e aberto, porque capaz de situar-se comigo num terreno minimamente comum de significados, mostrou-se, de algum modo, avessa àquela situação. Ao invés de uma interlocução, obtive uma declaração distanciada, “asséptica”, em conformidade com a posição defensiva e reguladora da instituição militar tal qual vivenciada no primeiro momento do campo. Sua reação negativa diante da devolutiva “crítica” do trabalho de Psicologia Social, como relatada pelos meus colegas, reafirma esse posicionamento e explicita a sobreposição de diferentes domínios de poder que concorrem na produção dos significados atribuídos às situações de “adoecimento” mental dos policiais militares.

O psiquiatra, por outro lado, procurou posicionar-se como um interlocutor cientificamente respaldado. Seu discurso procurou atribuir peso igual aos diferentes domínios (ou variáveis) não-subjetivos envolvidos nos processos de adoecimentos e, à semelhança do posicionamento da psicóloga, as “tendências de cada indivíduo” ou “a forma com que lidam individualmente com as emoções” foram apontadas como fator de maior peso nessas situações.

Se, por um lado, os direcionamentos impostos ao trabalho de campo pela cosmologia que orienta a instituição militar limitaram sua realização, por outro, a análise dessas limitações delineou aspectos importantes da instituição militar e das relações de poder atuantes por ocasião do adoecimento mental dos cabos e soldados. O exame dessas tensões permitiu melhor situar o lugar dos sujeitos entrevistados em relação às imposições do contexto e da ideologia militar e do campo psiquiátrico e a maneira como essas imposições atuam nos sentidos e causas atribuídas às situações de adoecimento, seja pelos cabos e soldados, seja pela instância militar de saúde. Os

equivocos sobre o papel do Termo de Consentimento são, nesse sentido, esclarecedores. Ao passo que a recusa dos cabos e soldados em identificar-se revela a distribuição hierárquica do poder da “palavra”, o temor à punição ressalta o caráter estigmatizante (e compulsório) das situações de adoecimento mental no contexto militar, e a não-recusa de outros atores (profissionais da saúde e oficiais) em assiná-lo revela sua posição privilegiada nesse contexto.

Ademais, é preciso ressaltar que a forma discursiva através da qual as experiências de adoecimento são narradas é indissociável da relação estabelecida em campo entre antropólogo e narradores e das condições em que foram realizadas as entrevistas. Conforme sugere Good (1994), no processo de escuta das narrativas de adoecimento, a tarefa interpretativa da(o) antropóloga(o) consiste em procurar estabelecer configurações possíveis (dos eventos, personagens, resultados etc.) sem perder de vista o caráter intersubjetivo e temporal de suas construções e os contextos concretos de sua produção. É indispensável, dessa maneira, que a relação entre narrador e antropóloga(o) bem como o processo de produção de significados sejam problematizados também em termos de experiência vivida.

Conforme relatado, num primeiro momento, a realização das entrevistas foi mediada ativamente pela instituição militar e, num segundo momento, foi possível certo distanciamento. Também é possível afirmar que as narrativas dos policiais, em ambos os momentos, seguiram um “modelo” semelhante. Contudo, as críticas ao militarismo e as queixas sobre a relação com os oficiais não apareceram nas entrevistas realizadas no primeiro momento do campo. E embora tenham surgido no segundo momento, o fizeram de maneira velada.

A comparação do conteúdo das entrevistas realizadas em contextos diferentes de alguma maneira permitiu vislumbrar como as relações de poder no contexto do HPM afetavam o dito e, sobretudo, o não-dito do discurso dos policiais sobre seu processo de adoecimento²⁹. De antemão, é possível afirmar que esse não-dito se relaciona com o próprio contexto pragmático de “estar passando pela Junta” e ao desejo do sujeito de retornar a uma situação de “normalidade” institucional. Qualquer coisa que se

²⁹ Essa constatação foi reforçada pela comparação com as entrevistas de outra pesquisa da área de Serviço Social, efetivada por Mascarenhas (2009), realizada com PM's, em sua maioria praças que já foram internados em hospitais psiquiátricos. A pesquisa de Mascarenhas (2009) foi realizada a partir dos dados de perfil socioeconômico e avaliação diagnóstica e do histórico de internação de policiais militares em hospitais psiquiátricos conveniados com o IPASGO. Os entrevistados selecionados foram contatados por telefone e as entrevistas foram realizadas no Centro de Estudo, Pesquisa e Prática Psicológica-CEPSI da Pontifícia Universidade Católica de Goiás- PUCGo.

“desviasse” do que era esperado de um policial militar “normal” e que fosse dita ali, no contexto do HPM, poderia pesar contra ele e estender a situação nada favorável de “estar passando pela Junta”. Quando foi possível distanciar-me da mediação institucional, esse ‘não-dito’ pôde ser vislumbrado, e as representações específicas aos cabos e soldados que passam pela Junta, acessadas.

Diante desse quadro, as questões éticas envolvendo o sigilo em relação à identidade dos entrevistados e à devolutiva do trabalho à instituição militar necessitam ser cuidadosamente examinadas. A necessidade salutar de preservar a identidade dos entrevistados impossibilitou a construção do capítulo de análise em termos de trajetórias individuais. Embora a abordagem teórica que sustenta as reflexões propostas sublinhe o papel das experiências e trajetórias individuais na interpretação das situações de adoecimento, a análise precisou ser construída a partir dos pontos comuns às diversas narrativas, sem, contudo, desvalidar o agenciamento dos sujeitos. Outra estratégia adotada foi não identificar, de nenhum modo, as falas transcritas no trabalho, à exceção das falas dos profissionais da saúde.

Quanto à devolutiva do trabalho à instituição militar, é necessário, num momento posterior à defesa da dissertação, e a partir das contribuições da Banca Examinadora, estabelecer os limites e direcionamentos políticos dessa devolutiva. Tendo em vista a reação negativa da psicóloga às críticas propostas pelo trabalho de Psicologia Social, conforme relatado, torna-se imprescindível problematizar as consequências práticas dessa devolutiva no tocante à abertura da instituição à pesquisa.

Conforme sublinha Duarte (2004), uma das principais contribuições da perspectiva antropológica no que diz respeito às tecnologias do humano, entre elas a biomedicina, consiste na compreensão da relatividade da experiência humana, no caráter simbólico e cultural dos sistemas de classificação. E, nesse sentido, cabe a ela a tarefa de resistir ao fisicalismo pragmático e redutor das ideologias médicas, especialmente em se tratando das perturbações físico-morais (as chamadas “doenças mentais”). Todavia, essa tarefa não pode ser levada a cabo de maneira irrefletida.

* * *

Neste capítulo, buscou-se explicitar e problematizar, epistemológica e analiticamente, as tensões do campo e as posições éticas adotadas. O próximo capítulo busca discutir o aspecto *social* do sofrimento vivenciado pelos cabos e soldados adoecidos.

2 POLICIAIS MILITARES OU MILITARES POLICIAIS?

O objetivo deste capítulo é situar teórico-empiricamente, a partir da literatura sociológica e antropológica e dos dados de campo, o grupo dos cabos e soldados em relação ao contexto institucional mais amplo da polícia militar e apontar os princípios estruturantes da ordem militar e da atuação policial no contexto brasileiro.

Essa caracterização é fundamental para o fenômeno do adoecimento mental dos cabos e soldados uma vez que sua posição hierárquica subalterna, o caráter totalizador da ordem militar, o relacionamento entre eles e seus superiores e sua função executora são apontados, em suas narrativas, como fatores críticos de sua vivência cotidiana e indissociáveis do sofrimento social que experienciam por ocasião de seus adoecimentos.

2.1 Polícia militar e instituições militares

É lugar-comum na literatura sociológica classificar instituições como as academias formativas da polícia militar a partir da caracterização de Goffman (1974) das *instituições totais*³⁰. No entanto, autores como Castro (1990) e Leiner (1997) apontam que, apesar de o próprio Goffman (1974) incluir as academias e instituições militares como exemplos de instituição total (*idem*, p. 25 e 55), sua caracterização é insuficiente ou inadequada para dar conta do caráter e dos princípios que as norteiam. Castro (1990) salienta que, ao contrário das instituições totais, as academias e instituições militares apresentam caráter não-compulsório e buscam mais alcançar uma “vitória cultural” sobre seus membros do que criar uma “tensão persistente”³¹, como na caracterização de Goffman. Essas instituições oferecem aos indivíduos que nelas ingressam *voluntariamente* uma socialização secundária, que busca sobrepor-se à anteriormente recebida, alcançando nisso a “vitória cultural”.

Entretanto, como será visto, embora a identidade social da instituição militar seja muito bem delimitada, o que aponta um caráter de “totalização” (Goffman) da vida social de seus membros, “essa vitória cultural” almejada pelas instituições militares

³⁰ Goffman (1974) define uma *instituição total* como “um local de residência e trabalho onde grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada.” (GOFFMAN, *op.cit.*, p.11).

³¹ Para Goffman (1974), as instituições totais não buscam uma “vitória cultural” sobre os internos, mas a manutenção de uma “tensão persistente” entre o mundo doméstico e o mundo institucional, usada como estratégia de controle. As academias militares formativas, ao contrário, são um lugar de passagem, um momento a ser superado, e, por isso, buscam alcançar uma “vitória cultural” sobre seus membros.

sugerida por Castro (*op.cit.*) e Leiner (*op. cit.*) em suas etnografias sobre o Exército Brasileiro não alcança os indivíduos da mesma maneira no caso das instituições policiais militares. Isso dado o caráter dual (SILVA, R. R. da, 2011), ao mesmo tempo militar e policial, da identidade da polícia militar.

A despeito de sua ligação sócio-histórica e de suas semelhanças estruturais inegáveis, a Polícia Militar se diferencia e se distancia da instituição do Exército, singularizando-se, devido às especificidades institucionais e às atribuições próprias ao exercício da função policial. Embora formalmente os princípios militares da hierarquia e da disciplina estruturam ambas as instituições e possam, num primeiro momento, ser discutidos de forma genérica, é preciso especificar e diferenciar sua atuação numa e noutra instituição.

Em sua etnografia sobre a formação de oficiais na Academia de Polícia Militar D. João VI do Estado do Rio de Janeiro, R.R. da Silva (2011) analisa a lógica da teoria nativa sobre a instituição policial militar representada pela/na metáfora “A PM é um pato”³², que, juntamente com a fábula do “patinho feio” acionada pelos nativos, formaria o que o autor chamou de *Mitologia Nativa do Pato*. Segundo o autor, esses dois domínios semânticos são acionados pelos nativos para explicar aspectos idiossincráticos da instituição policial militar. Por um lado, a metáfora do pato sugere que a PM pode ser analisada como uma instituição múltipla, que, à semelhança do pato, reúne diferentes lógicas e/ou paradigmas, o militar e o policial, na construção de seu saber prático. Por outro, a fábula do “patinho feio” leva a entender a PM como “uma estranha no ninho”, i.e., uma instituição híbrida organizada a partir do dilema identitário e institucional básico de ser ao mesmo tempo militar e policial.

Segundo o autor, embora polícia e exército tenham trajetórias históricas, objetivos e práticas distintas, a PM conjuga aspectos de ambas as instituições, formando uma terceira, cujo hibridismo seja talvez o maior responsável por sua ineficiência operacional e pelos altos índices de violência policial.³³ Nesse contexto, ao policial militar é relegada a tarefa nada fácil de conjugar dois mundos distintos, o de “dentro” e

³² Como afirma um dos interlocutores-oficiais de R.R. da Silva (2011) sobre o pato: “*bicho metido a eclético, mas que não nada como um tubarão, não voa como uma águia (...) e não corre como um guepardo. (...) a PM é esse pato que nada, corre e voa, mas nada mal, voa mal e corre pior ainda (...)*” (*op.cit.*, p.31).

³³ Esse modelo dual de polícia à brasileira, grosso modo, conjuga sincreticamente os aspectos dos modelos francês e britânico de polícia. O primeiro se baseia no controle e vigilância dos indivíduos em termos de segurança nacional e o segundo, de caráter mais local, busca atender à comunidade e assegurar a segurança e as liberdades individuais. (R.R. da SILVA, 2011, p. 35-6).

o de “fora”, ou o mundo da “caserna” e o da “rua”, numa oscilação entre afastamentos e aproximações entre essas duas lógicas distintas, como será visto ao longo deste capítulo.

2.2 A ordem militar em seus princípios fundamentais

A hierarquia e a disciplina são apontadas como princípios centrais das instituições de caráter militar e são indissociáveis entre si. A construção da identidade militar, que se inicia com o ingresso do indivíduo em academias formativas, está diretamente associada à internalização desses dois princípios e à tentativa de dissolução da identidade civil anterior. Enquanto a hierarquia possui caráter segmentador e organizador dos indivíduos, das condutas e das relações sociais no mundo militar, a disciplina garante o cumprimento daquela, o sentimento de pertencimento a uma totalidade maior – com a conseqüente redução da autonomia individual – e a transformação dos corpos. (LEINER, 1997; CASTRO, 1990; A. J. SILVA, 2002).

Nesse processo de *socialização secundária*, a internalização dos princípios da hierarquia e da disciplina é levada a cabo na relação que oficiais e alunos-soldados estabelecem durante os cursos de formação. É nos termos dessa relação primeira, baseada na obediência incondicional às ordens dos superiores, que toda a estrutura militar e o trabalho de “conversão” dos sujeitos efetivamente se realizam e se sustentam. A desigualdade e a intensidade dessa relação, que opõe verticalmente oficiais e alunos-soldados, acabam por estabelecer entre eles uma oposição *nós-eles*, que acompanhará o indivíduo ao longo de sua carreira.

Conforme aponta Castro (1990), ao contrário da hierarquia observada no sistema hindu de castas, a hierarquia militar do Exército é do tipo quantitativa, o que significa dizer que pressupõe aos seus membros a possibilidade de ascensão a partir de uma situação inicial de igualdade formal de condições. A distância entre as posições hierárquicas é uma questão de quantidade de tempo de serviço. No caso específico da polícia militar, contudo, a entrada na instituição é possível como Soldado ou como Oficial. Para inscrição no concurso de oficial, é necessário possuir diploma superior em Direito. É possível afirmar que essa dupla forma de ingresso já de início opera uma segmentação excludente dos indivíduos, desde que o requisito de diploma superior para os concursos de oficiais transplanta para o meio militar a estratificação socioeconômica da sociedade brasileira.

Leiner (*op.cit.*) defende a ideia de que o fenômeno da hierarquia é central no contexto militar. À medida que permeia todas as suas dimensões e permite entender a conexão entre o indivíduo e o grupo, a fala e a conduta, a hierarquia pode ser caracterizada, a partir da noção de Mauss (2003), como “um fato social total” da vida militar. Ela permite aos seus membros serem ao mesmo tempo situados enquanto *pessoas*, através do sistema de méritos (medalhas, elogios, condecorações), e enquanto indivíduos, pela igualdade de condições que pressupõe. Essa igualdade estrutural de condições e a uniformidade dada pela disciplina asseguram um espírito de totalidade ou unidade, i.e., um mesmo *espírito militar* partilhado por todos. Para o autor, “se, por um lado, a disciplina significa o controle coletivo sobre os indivíduos, a hierarquia é o próprio coletivo situado e situando os indivíduos.” (p.111).

Durante o período de formação, que funciona como rito de passagem³⁴ da ordem civil à ordem militar, tanto a oposição *civil-militar* quanto a *oficiais-alunos* intensificam a solidariedade grupal³⁵ e a reciprocidade, criando ou reforçando o sentimento de *pertencimento* a uma coletividade maior – os chamados “*espírito militar*” no Exército e “*espírito de corpo*” na Polícia Militar – fundamental no processo de “conversão” dos sujeitos à identidade militar. Durante o período de treinamento, segundo Nummer (2005, p.42), os soldados aprendem que ser *da* PM também significa ser *a* PM, de modo que qualquer atitude desonrosa do indivíduo é metonimicamente extensiva a todo o grupo. A metáfora “*espírito de corpo*” significa tomar parte de, pertencer a um *corpo* coletivo e, ao mesmo tempo, tornar-se individualmente representante desse coletivo para o exterior. Esse *espírito* de adesão a um grupo se expressa fundamentalmente no amor à farda, no assujeitamento ao simbolismo que ela condensa, e no respeito à corporação, à disciplina e à função policial de preservação da ordem. Segundo um dos entrevistados:

“Olha, teve uma vez, um cara aí, um cidadão honesto, que serve de exemplo para nós citar... cara, (?) polícia (?) por quê? Às vezes nós somos citados como exemplo, por quê? Nós não

³⁴ A partir do esquema básico dos ritos de passagem elaborado por Van Gennep (1978) e profundamente trabalhado por Victor Turner (1982), os ritos de passagem são divididos em três estágios principais: separação, transição e reagregação. Na primeira fase, o indivíduo é apartado de seu *status* social prévio, posto à parte dos comportamentos seculares; o espaço sagrado é demarcado e a qualidade do tempo muda. A segunda fase é período de marginalidade ou *límen*, marcado por ambiguidades; possui qualidades dos *status* anteriores e futuros. É, normalmente, marcada por uma separação física do resto da sociedade. A última fase refere-se à nova posição. (TURNER, 1982).

³⁵ Quer dizer, o sentimento de *communitas*, de solidariedade recíproca e indiferenciada que surge na fase liminal, antiestrutural dos ritos de passagem entre os participantes que tomam parte de um mesmo rito descrito por Turner. Cf. TURNER (1982; 2005; 2008).

bebe, não faz feiúra. Fica mais reservado, não é um cara que não aparece muito. É aquele cara que tem que ser honesto, tem que ser diferente. Quer dizer, já chegou a ser citado como uma referência policial. Por quê? Porque ele tem uma boa conduta. Já em outros lugares, tem uns que deixam a desejar e queimam o filme. Mas tem lugar que é referência.” (Cabo, 23 anos de PM)

Nas entrevistas realizadas, é possível perceber que, ao longo de suas carreiras, para além do período formativo, a introjeção desse *espírito de corpo* funciona como aporte emocional que, de algum modo, salvaguarda subjetivamente os policiais militares das mazelas e riscos da profissão policial. De certo modo, a vinculação efetiva ao mundo da polícia militar requer que a profissão policial seja internalizada também como uma honrosa “causa” a ser defendida, especialmente pelo seu desprestígio social e pelo estigma que muitas vezes carrega. “*Defender a camisa*” é frase comum no discurso dos cabos e soldados entrevistados, posicionados na linha de frente da PM, cara-a-cara com os civis. Os riscos que compartilham cotidianamente e o desprestígio/preconceito social que muitas vezes os limitam no exercício de sua sociabilidade extrainstitucional acabam por intensificar esse sentimento corporativo. Como assinala um dos entrevistados: “*não existe ex-policial militar*”. A vinculação formal à instituição necessariamente significa uma adesão total e perene a ela e a abdicação de certa possibilidade de autonomia individual.

A esse respeito, é necessário assinalar que, a despeito dos riscos diários, das dificuldades de ascensão na carreira, das tensões de suas relações com os oficiais, da falta de prestígio e estigma da profissão, fatores quase sempre implicados no adoecimento mental dos cabos e soldados, continuar na carreira, para os sujeitos entrevistados, é quase sempre a opção mais sensata, pelo tempo já percorrido. Todavia, essa resignação não necessariamente vem acompanhada de um desapeço pela profissão ou pela instituição. De algum modo, há uma contradição latente que permeia o discurso dos sujeitos, indissociável do caráter total e perene dessa vinculação identitária à PM: mostram profundo orgulho e apreço pela profissão policial, por “arriscar a vida” para salvar o próximo, admiram a eficiência organizacional da instituição militar, mas se queixam dos excessos cometidos nas relações com seus superiores, da falta de diálogo entre comandante e comandado, da falta de capacidade técnica (equipamentos, viaturas, etc.), das escalas irregulares como resposta à falta de efetivo etc. De algum modo, a

instituição em si é salvaguardada e a culpa transferida para os indivíduos que a põem em funcionamento, como será visto adiante (p.106-116).

“Porque o cara quando entra aqui, fica dois anos e não sai é porque ele realmente tem vocação. Então, ele abraça a causa. Mas o sistema, ele nunca vai ser a favor do sistema. Ele gosta de ser polícia, mas não da Polícia.” (Cabo, 28 anos de PM)

“O amor ao próximo do policial é muito grande. Ele aprende isto na profissão, e muitas das vezes ele não vê que está arriscando a própria vida. Mas tem um juramento aí. Não é por causa de juramento. Isto é balela. O negócio é do ser humano, quando ele é profissional, boa índole. E mesmo aqueles que são discriminados na polícia nessa hora, eles esquecem quem são e morrem também pela pessoa.” (Cabo, 23 anos de PM)

“Apesar do, você fala, do serviço – do estresse. A gente gosta porque, quando você fala, assim... “você gosta do que faz?” Gosto! Entendeu? Você fala assim, “mas não te faz mal?” Quando você faz uma coisa que você gosta, você sente bem. Aí, quando você vai fazer uma coisa que você não gosta, você se sente mal. “Não! você gosta?” Gosto! “Mas, não te causou isto, causou aquilo?” “Causou. Mas...” (Soldado, 21 anos de PM)

“Porque o policial, ele gosta de ser polícia. Ele não gosta do regime da Polícia.” (Cabo, 23 anos de PM)

“A instituição militar em si é uma instituição muito boa. Porque se não, eu já tinha pedido baixa.” (Soldado, 18 anos de PM)

“Olha, eu acho que as pessoas que têm um bom coração. E muitos por falta de opção. Mas aprende a gostar. E é o meu emprego, é o meu ganha-pão. Eu devo tudo que eu sou, e o que eu tenho pode não ser muito, mas com Deus é muito: é à Polícia. Eu tenho um emprego. Eu tenho um endereço. Mas pra aguentar o que a gente aguenta, pra até aposentar aqui..., você tinha que entrevistar quem já se aposentou, que você vai ficar horrorizada. O que a pessoa passa aqui para se aposentar. Olha, o meu próprio médico psiquiatra falou: “você não tem outra opção de vida que não seja polícia?” Falei: “doutor, tá faltando cinco anos e pouco para me aposentar, o senhor acha que eu vou fazer o quê. Vou jogar esses anos tudo fora?. É o mínimo que a Polícia pode fazer por mim, me deixar aposentar vivo. Não sei se vou chegar lá vivo. Mas, vamos ser justo”. Porque ele ficou preocupado. Ele falou então: “nesse caso, então, está difícil. Mas nós vamos te tratar”. É que se eu fosse mais jovem, talvez ele me convenceria. Porque, por duas vezes, quando eu era jovem, eu tive no papel pra pedir baixa, pra ser cobrador de ônibus, motorista. Essas coisas. Outra coisa.” (Cabo, 23 anos de PM)

Os intentos de “conversão” dos alunos-soldados a essa “nova” realidade são cumpridos pelo grupo de oficiais por meio de técnicas pedagógicas e disciplinares que buscam a redução da autonomia individual em favor de uma coletividade maior. Essas técnicas podem ser analisadas por meio da concepção goffmaniana de “técnicas de mortificação do eu.” (GOFFMAN, 1974).

Nummer (2005) aponta alguns exemplos das técnicas empregadas durante os cursos de formação de praças: 1. adoção de *nomes de guerra* representativos da nova identidade assumida pelo sujeito; 2. adoção de normas punitivo-prescritivas relativas à apresentação pessoal e cuidados com a higiene e o asseio (barba feita, cabelo e unha bem cortadas, etc.) e com o fardamento (bem- passado, sem machas, condizente com o modelo prescrito para cada ocasião, etc.), que visam à padronização e homogeneidade das posturas e formas de apresentação dos corpos; 3. *revista e chamadas de atenção*, que procuram, através do sistema elogio-punição e do constrangimento público, padronizar as posturas e os modos de organização do espaço; 4. *treinamentos físicos e psicológicos*, que asseguram a transformação dos corpos para o exercício próprio às funções policiais (NUMMER, 2005).

Em termos práticos, ao mesmo tempo em que a disciplina adentra e treina os corpos para o cumprimento de tarefas específicas às funções militares, ela implanta e assegura a obediência à hierarquia e à instituição tanto através de mecanismos punitivos informais e previstos nos Regulamentos Disciplinares e Códigos de Ética quanto através do sentimento de pertencimento a uma coletividade que é capaz de criar.

No processo de construção da identidade militar, a transformação física e psicológica intentada por essas técnicas pedagógicas e disciplinares buscam alcançar, através da apropriação dos corpos, do tempo, dos gestos, dos comportamentos (FOUCAULT, 2006; 2005), uma espécie de supressão das *individualidades* em detrimento de uma coletividade maior. É justamente nesse processo de apropriação e redução da autonomia individual em favor de uma coletividade, à qual o indivíduo passa a *pertencer* e conseqüentemente a *representar*, que reside o caráter *totalizador* de instituições como as militares.

Desse modo, a disciplinarização dos corpos nos moldes militares torna-se traço identitário permanente e passa a *definir e mediar* o sujeito nas relações com seus pares: “não é necessário fazer grande esforço para identificar um policial militar, mesmo

estando fora de serviço e sem nenhum tipo de fardamento. A sua fala, os seus gestos, o seu comportamento, tudo isso o denuncia como tal.” (A. J. SILVA, 2002, p.40).

Os princípios disciplinares formalmente prescritos pela legislação militar são extensivos às condutas *pessoais e privadas de seus membros*. Exemplo disso pode ser encontrado nos incisos XIII, XV, XVI do artigo 27, seção II, do Estatuto dos Policiais Militares do Estado de Goiás:

Art. 27 - O sentimento do dever, o decoro Policial-Militar e o decoro da classe impõem, a cada um dos integrantes da Polícia Militar, conduta moral e profissional irrepreensível, com observância dos seguintes preceitos da ética Policial-Militar.

(...)

XIII - proceder de maneira ilibada na vida pública e na particular;

(...)

XV - garantir assistência social moral e material ao seu lar e conduzir-se como chefe de família modelar;

XVI - conduzir-se, mesmo fora do serviço ou na inatividade, de modo que não sejam prejudicados os princípios da disciplina, do respeito e do decoro Policial-Militar; (...) (GOIÁS, 1974)

Inserir-se no contexto militar significa, destarte, assumir um lugar social em que a autonomia individual é cerceada por todos os lados: por um lado, em âmbito institucional, suas condutas, gestos, comportamentos e relações são rigidamente estruturados por códigos prescritivos formais e informais; por outro, as relações no contexto extrainstitucional serão sempre mediadas pela representação social construída em torno do papel desempenhado pela instituição policial militar.

A ressocialização que constrói o *ethos* policial imprime marcas simbólicas nos corpos-policiais, para além do uso da farda, que anunciam, de modo sensível, se não sua inserção na instituição militar ao menos o reconhecimento de um “outro”, de uma diferença. Esse jogo de diferença que se estabelece na relação entre civis e policiais militares são mediadas pelas representações que fazem um do outro. Como num jogo de espelhos, ao tempo que individualmente representam a diferença a partir dos valores e visões-de-mundo próprios ao *ethos* policial são também representados a partir das construções sociais sobre o papel da instituição policial militar e de seus atores.

Nas interações que estabelecem, essas representações se entrecruzam, influenciando os julgamentos e posturas nelas acionados. “*Você tem que ser policial 24 horas por dia*”, afirma um dos entrevistados. Mesmo fora do serviço, nas situações mais corriqueiras e banais do cotidiano, as representações muitas vezes negativas sobre a instituição e a atuação policial e as imposições pragmáticas do exercício profissional, que requerem vigilância e desconfiança a tudo e a todos e prontidão para a ação, acabam

interferindo decisivamente na maneira como os policiais experienciam outras dimensões da vida. “*Sua vida não te pertence!*”. A descontinuidade com o mundo civil reforçada por sua inserção *total* no mundo da “caserna” e o contato contínuo e cotidiano com o mundo e os perigos da rua, somados ao desprestígio da profissão, de certo modo instauram um conflito subjetivo traduzido por uma espécie de sentimento de “não-lugar” social, impedindo o livre exercício da sociabilidade. Como será desenvolvido no capítulo 3 (p.107-110), esse sentimento se complica nas situações de adoecimento mental, desde que transferem para o mundo seguro da “caserna” outros impeditivos à sociabilidade desses sujeitos.

“Não tem um amigo que eu falo assim: “ah, vou na casa do meu irmão, da minha mãe”... não tem. Então, não é que eu goste de visitar as pessoas. Mas, aqui não tem. E em interior geralmente tem muita fofoca. Esse povo do interior, por tradição, a polícia sempre é mal vista, sempre sendo bom é mal vista. A gente fica mais isolado da vida do povo.” (Cabo, 23 anos de PM)

“Que às vezes você tem o dinheiro, mas não tem aquela disposição. Você tem medo de sair. Eu não sei te explicar (...) Parece que você se sente um ET.” (Cabo, 28 anos de PM)

“Você tem que ser policial vinte e quatro horas por dia. De noite, na sua casa dormindo, você não tem sossego. Quando você sai da cidade, tem que falar para onde você vai. Dá o número do telefone. Para você ver, você tem que largar a sua família no lazer e atender a convocação.” (Soldado, 22 anos de PM)

“Sempre tem aquele engraçadinho, tem aquele que implica. Então, você fica... mesmo, pode ser coisa da cabeça da gente. Mas, para preservar a família, você acaba privando a família de ter uma vida social.” (Soldado, 18 anos de PM)

“No bairro que não sabe que você é policial. Você anda num bairro que ninguém te conhece, quando você vai num bairro que ninguém te conhece, quando eles te veem uniformizado, já te veem com uma cara ruim. Já está acontecendo em Goiânia. Igual nos grandes centros, tem policiais que não se fardam na rua; só nos batalhões. Anda de ônibus com a roupa na mochila, guarda na sua moto, no seu carro. Não estão andando mais fardado. É muito raro você ver policial fardado dentro de ônibus. Antigamente, os ônibus eram lotados de policiais. Agora você não vê mais.” (Soldado, 22 anos de PM)

Dessa maneira, as chamadas instituições *totais*, à maneira do fato social total maussiano, são assim denominadas porque seus princípios são extensivos às várias dimensões da experiência dos indivíduos nelas inseridos. A socialização secundária à qual são submetidos realiza uma espécie de “conversão” dos indivíduos a uma nova *persona* social. Nesse processo, a internalização dos princípios da hierarquia e da disciplina só se torna possível através do controle coletivo sobre os corpos individuais, acompanhado de uma espécie de *supressão* ou *repressão* das individualidades em favor de uma coletividade maior, a partir da qual o indivíduo, tornado *pessoa*, passa a se situar e ser situado.

Como aponta Duarte (2003, p.174-175), na teoria antropológica clássica (Durkheim, Mauss e Radcliffe-Brown), a noção de *pessoa* sublinha o caráter socialmente investido de significação, eminentemente relacional, do indivíduo enquanto “condição de instância infrassocial”, “como mero substrato concreto para a imposição do estatuto social”. O ser humano seria ao mesmo tempo corporalidade imediata e efetivação de ideais morais atribuídos por determinada cultura.

A partir dos anos 60, essa noção é complementada pelas contribuições das teorias de Dumont sobre o individualismo e a hierarquia, particularmente interessantes para as discussões sobre o militarismo. Segundo Duarte (*idem*), Dumont dedica-se a esclarecer os equívocos sociológicos da suposta oposição entre as ordens tradicionais de pessoa (relacionais e socialmente determinadas) e o modelo moderno de “indivíduo” (livre, igual, autônomo, singular). Embora a teoria da hierarquia de Dumont se refira a sistemas sociais em que prevalecem representações de “pessoa”, ela não deve ser tratada nos termos da oposição entre tradição e modernidade.

Para ele [Dumont], embora os sistemas ditos “tradicionais” sejam efetivamente caracterizados pela preeminência do holismo e da hierarquia, e o sistema dito “moderno” pela hegemonia do “individualismo”, *a proposta de uma conceptualização analítica mais rigorosa permite perceber tensões internas a cada sistema concreto decorrente da dinâmica complexa do princípio da hierarquia em confronto com tendências ou forças individuantes ou individualizantes*. Isso é tanto mais verdadeiro nas sociedades ditas “modernas”, em que a vigência do princípio da hierarquia – apesar de sofrer uma contínua desqualificação e oposição – não se interrompe, ensejando uma série de efeitos ideológicos e históricos fundamentais. As sociedades “modernas” não podem ser assim linearmente descritas como “individualistas”, mas sim como referidas à “ideologia do individualismo”, em intensidade e formas que só a análise empírica pode determinar (DUARTE, 2003, p.175. Grifo nosso.)

Essas tensões entre “a dinâmica complexa do princípio da hierarquia” e “as tendências ou forças individualizantes” a que se refere Duarte são perceptíveis no sistema hierárquico da polícia militar. Embora os princípios da hierarquia e da

disciplina situem os sujeitos enquanto *pessoa*, nas situações de adoecimento, como será visto no cap. 3 (p.115-117), a instância militar *psi* atribui aos indivíduos singulares a responsabilidade por sua condição. Essa tensão aparece ainda no próprio caráter dual, ao mesmo tempo policial e militar, da polícia ostensiva brasileira.

À semelhança das categorias sociológicas da “casa” e da “rua” de DaMatta (1997), os domínios que compreendem “a caserna” e a “rua” no contexto militar são dispostos num *continuum* ideal cujos pólos representam paradigmas diferenciados ou “entidades morais, esferas de ação social, províncias éticas dotadas de positivities, domínios culturais institucionalizados” (DAMATTA, 1997, p.15). Como sugere R.R. da Silva (2011), a caserna representa uma visão de mundo emotiva e holística geradora de um *ethos* militar, de uma “cultura militar”. A rua, por outro lado, representa o *ethos* baseado “na ideologia moderna” individualista, que orienta as práticas policiais para decisões que respeitam as “liberdades individuais”.

2.3 Fronteiras identitárias

A hierarquia e a disciplina, além de princípios de ordenação e normalização, são também parâmetros de distinção entre os policiais militares e o restante da sociedade. A identidade militar é uma identidade *contrastiva*, i.e., suas “fronteiras” são delimitadas a partir do contraste hierarquizante com outros grupos identitários. No caso da Polícia Militar, as fronteiras identitárias são demarcadas a partir das diferenças e similitudes que estabelecem com os civis, o Exército e a Polícia Civil (NUMMER, 2005).

É possível afirmar que o contraste com o mundo dos civis, conforme asseverado, “baliza” o ingresso na ordem militar e a construção dessa “nova” identidade social. Enquanto a ordem militar é rigidamente organizada, moralizada, disciplinada e tida como exemplo a ser seguido, o mundo dos civis é frouxo, desregrado, permeado de vícios, imoral, sujo. Sob o ponto de vista militar, os civis ou “paisanos”, como são pejorativamente denominados, são hierarquicamente inferiores, e, por essa razão, não seriam considerados “pessoas”.

O contraste com o Exército, ao contrário, situa a instituição da Polícia Militar num patamar hierárquico inferior. Isso pelas três razões a seguir, de naturezas distintas.

1. *Legal* – as Polícias Militares estaduais são consideradas forças *auxiliares* do Exército (artigo 144, § 6º da Constituição Federal) e, por essa razão, segundo a legislação militar, não seriam consideradas militares propriamente ditas, porque não integradas às Forças

Armadas. Segundo o Estatuto dos Militares (GOIÁS, 1975), as Polícias Militares e o Corpo de Bombeiros são denominados militares estaduais e, assim como qualquer cidadão “em condição de convocação ou de mobilização para a ativa”, são classificados na categoria “reserva das Forças Armadas”. De maneira que tanto os civis em condição de convocação quanto policiais militares estaduais são considerados “militares em potencial” e não militares propriamente ditos. Enquanto forças auxiliares do Exército, as PM’s estaduais subordinam-se ao Ministério do Exército, responsável pelo “controle e coordenação” de suas atividades, o que abrange decisões sobre estruturas organizacionais, efetivo, ensino e instrução, regulamentos disciplinares e administrativos, entre outros.

2. *Intensidade do treinamento/Estética Militar* – o treinamento oferecido pelo Exército é mais rígido, exigindo maior disciplina por parte dos alunos (treinamentos-surpresa, alvorada mais cedo, mais pressão psicológica etc.) (NUMMER, *op.cit.*). A estética militar do Exército seria mais “genuína” e as Polícias Militares seriam instituições militares de “segunda categoria”: não estão diretamente ligadas ao poder nacional, não praticam os ritos militares com a mesma desenvoltura, são tidas pelo exército como “uma tropa largada”. (R. R. DA SILVA, 2011).

3. *Atribuições* – a instituição da polícia militar é uma instituição híbrida e não “pura” como o Exército, porque exerce dupla função, militar e policial. Sua relação direta com o mundo “poluído”³⁶ dos “paisanos” faz com que adquiram “posturas impuras”, não condizentes com a “estética militar” (*idem*).

O contraste com a Polícia Civil, por outro lado, é estabelecido devido à identidade também policial das PM’s e ao modelo disjuntivo da polícia brasileira. A oposição entre elas diz respeito aos diferentes papéis que exercem no chamado ciclo policial e às suas diferenças organizacionais. Enquanto à Polícia Militar compete executar com exclusividade o policiamento ostensivo fardado com o objetivo de

³⁶ As reflexões de Douglas (1991) são interessantes para esse sentido. Para ela, a impureza não é um fenômeno em si mesmo, pois “onde houver impureza, há sistema. [Essa interpretação] conduz-nos diretamente ao domínio simbólico.” (DOUGLAS, *idem*, p.50). A noção de impureza se refere à localização das coisas no interior de um sistema de classificação: o impuro está “fora de lugar”, ou melhor, não está no lugar apropriado que lhe foi socialmente definido. Ao mesmo tempo, a impureza constitui ofensa à ordem de um modelo sociocultural específico. Impuros são as pessoas, os animais, objetos e atitudes que não estão apenas fora de lugar, mas que *não deveriam* permanecer nessa condição. Será preciso então diferenciá-los e separá-los do restante do grupo (DOUGLAS, *idem*). Uma vez inserida na dimensão moral e no debate político, a impureza passa a ser sinônimo de perigo. Dessa forma, os conceitos de impureza e perigo revelam a existência de valores morais compartilhados coletivamente por um grupo, os quais orientam seus membros a lidar com as relações sociais que podem ameaçar a ordem social e os seus ideais de vida “boa”, “digna” e “correta.” (DOUGLAS, 1986, p.82).

preservar a ordem pública, a Polícia Civil é responsável pelo registro das ocorrências e pela investigação dos crimes. As duas organizações se distinguem em relação à estrutura, normas administrativas e operacionais, seu regime de disciplinas e de salário.

Ao contrário da Polícia Civil, a PM realiza seu trabalho em contato direto com a comunidade e com os riscos da *rua*. A visibilidade conferida pelo uso da *farda* transforma essa relação direta com a comunidade em via de mão-dupla: ao mesmo tempo em que *vigiam* e *judgam* os cidadãos são também vigiados e julgados por eles. A polícia civil, por outro lado, é resguardada dessa exposição direta pelo seu caráter civil e pela natureza eminentemente jurídica e investigativa que realiza. Essa baixa visibilidade do trabalho realizado pela Polícia Civil e a natureza mais “objetiva”, porque jurídico-legal, do seu trabalho acaba por torná-la menos vulnerável institucionalmente aos julgamentos condenatórios da opinião pública, o que transforma a Polícia Militar em bode expiatório para os problemas relativos à segurança pública.

É possível pensar, a partir da discussão proposta, que as relações da Polícia Militar com as categorias sociais que a circunscrevem – civis, militares do Exército e Polícia Civil – e em relação às quais ela define seu lugar social, singularizando-se, adquirem caráter eminentemente “fronteiriço”, vez que posicionam tanto a instituição quanto os indivíduos que a compõem num lugar social em que lógicas classificatórias distintas precisam ser continuamente negociadas. No caso dos Cabos e Soldados, essa característica é ainda mais acentuada, já que, incontestavelmente, são eles os indivíduos-policiais que cruzam cotidianamente essa linha simbólica que separa os mundos civil e militar, estando sempre situados “entre a caserna e a rua”.

2.4 A hierarquia na polícia militar brasileira

Na Polícia Militar brasileira, a pirâmide hierárquica é segmentada em duas classes qualitativamente distintas: a classe dos praças e a dos oficiais. Enquanto os primeiros estão posicionados na base da pirâmide hierárquica e são, fundamentalmente, encarregados das tarefas executoras, os segundos estão situados no topo e são encarregados das funções de direção, comando e chefia.

Dentro da estrutura da Polícia Militar brasileira, a hierarquia ordena as autoridades em níveis qualitativos diferentes: *postos* no caso dos Oficiais e *graduações* no caso dos Praças (GOIÁS, 1975). Dentro de um mesmo posto ou graduação, a

ordenação hierárquica se faz pelo princípio da *antiguidade*, i.e., a autoridade maior é conferida ao indivíduo com mais tempo de carreira.

Os chamados *círculos hierárquicos* (GOIÁS, 1975) delimitam os âmbitos de convivência entre os policiais de uma mesma categoria. Essas distinções em classes e círculos estão presentes na convivência diária da corporação: na delimitação dos espaços ocupados por uns e por outros (refeitórios separados, comida diferenciada, clubes recreativos separados, cursos formativos em locais distintos etc.) e pelas normas de comportamento e deferência adotadas entre as classes e os círculos hierárquicos (T.C. DA SILVA, 1998).

A tabela abaixo apresenta a relação de classes, postos e graduações, e a delimitação dos círculos hierárquicos:

Tabela 1 – A hierarquia da Polícia Militar brasileira

CLASSES		POSTOS	CÍRCULOS DOS OFICIAIS
CLASSE DOS OFICIAIS	Oficiais Superiores	Coronel Tenente-coronel	CÍRCULO DOS OFICIAIS SUPERIORES
	Oficial Intermediário	Capitão Major	CÍRCULO DOS OFICIAIS INTERMEDIÁRIOS
	Oficiais Subalternos	1º Tenente 2º Tenente	CÍRCULO DOS OFICIAIS SUBALTERNOS
CLASSES		GRADUAÇÕES	CÍRCULO DOS PRAÇAS
CLASSE DOS PRAÇAS	Praças Especiais	Aspirante-a-oficial Aluno-oficial	CÍRCULO DE PRAÇAS ASPIRANTES A OFICIAIS
	Praças Graduados	Subtenente 1º Sargento 2º Sargento 3º Sargento	CÍRCULO DE SUBTENENTES E SARGENTOS
	Cabos e Soldados	Cabo Soldado	CÍRCULO DE CABOS E SOLDADOS

Fonte: Construída a partir do Estatuto dos Policiais Militares do Estado de Goiás (GOIÁS, 1975)

Ao contrário da hierarquia militar do Exército brasileiro, que pressupõe, como assinala Leiner (1997), a possibilidade de ascensão a partir de uma situação inicial de igualdade formal de condições, na Polícia Militar, a dupla forma de ingresso, como

Soldado ou Oficial, opera, já de início, como apontado, uma segmentação excludente dos indivíduos.

Leiner (1997) defende a ideia de que a hierarquia no mundo militar não deve ser pensada como uma pirâmide, em que as posições hierárquicas seriam a única forma de posicionamento dos indivíduos, mas como uma relação vertical, que coloca cada indivíduo numa posição em relação à escala de subordinação dentro de um *sistema de posições* (LEINER, 1997)³⁷.

Outros critérios também são utilizados na definição das posições individuais nessa escala de subordinações. O sistema de méritos, que opera através de registros permanentes e individualizados de controle e classificação dos comportamentos, e o princípio de antiguidade, que define a posição de subordinação dos indivíduos de um mesmo posto ou graduação, são exemplos desses critérios classificatórios que atuam em ocasião das promoções.

Embora, formalmente, os critérios de promoção – antiguidade e merecimento – sejam os mesmos para ambas as classes, aqueles que ingressam na carreira como soldado dificilmente chegarão ao oficialato, não só pela maneira como os critérios para promoção operam na prática, mas, sobretudo, pela própria estrutura hierárquica piramidal que pressupõe um afinilamento quantitativo ascendente de posições.

Segundo o Plano de Carreira dos Praças da PMGO, instituído em 2006 através da Lei nº 15.704, as promoções podem se dar por antiguidade, merecimento, ato de bravura, por ocasião da passagem para a reserva remunerada e *post mortem*³⁸. Na maioria dos casos, as promoções ocorrem pelos dois primeiros critérios, antiguidade ou merecimento. O critério de antiguidade se refere ao tempo de permanência em uma mesma graduação ou posto e o de merecimento é baseado no mérito do candidato aferido pelo Teste de Avaliação Profissional (TAP) e pela chamada Ficha de Pontuação. O TAP é um conjunto de provas de conhecimento técnico-profissional e de normas regulamentares pertinentes à Corporação. A Ficha de Pontuação de Graduados (em anexo, p.131) calcula a média obtida pelo candidato em critérios positivos e negativos.

³⁷ Segundo Foucault (2005, 125), a disciplina “individualiza os corpos por uma localização que não os implanta, mas os distribui e os faz circular numa rede de relações”, tendo em vista a máxima eficiência e o controle sobre os corpos (FOUCAULT, 2005: 125).

³⁸ “Art. 9º A promoção por ato de bravura é aquela que resulta do reconhecimento de ato ou atos incomuns de coragem e audácia que, ultrapassando os limites normais do cumprimento do dever, se mostrem indispensáveis ou úteis às operações policiais e de bombeiros pelos resultados alcançados ou pelo exemplo positivo deles emanado.” (GOIÁS, 2006).

Os primeiros pontuam o número de cursos (formação, aperfeiçoamento, graduação e pós-graduação) e as médias obtidas pelo candidato nos cursos de formação e aperfeiçoamento; também elogios, medalhas, condecorações e a nota obtida no TAP; os segundos pontuam as condenações por crimes, repreensões, detenções e prisões disciplinares.

As vagas destinadas à promoção são computadas por ocasião da promoção do ocupante à graduação superior, agregação, passagem para inatividade, licenciamento e exclusão do serviço ativo, falecimento ou aumento do efetivo. Apenas três (3) candidatos podem concorrer, por meio dos chamados Quadros de Acesso (por antiguidade ou merecimento), a cada vaga aberta para promoção. Para o ingresso nos Quadros de Acesso é necessário ter cumprido, no mínimo, 07 (sete) anos como Soldado, 04 (quatro) anos de graduação como Cabo e 03 (três) anos em cada uma das respectivas graduações, 3º, 2º e 1º Sargento.

Segundo o art. 15 do Plano de Carreira do Policial Militar do Estado de Goiás, não poderá constar de nenhum Quadro de Acesso a Praça aquele:

- I – cujo comportamento esteja classificado como "insuficiente" ou "mau";
- II – que esteja respondendo a qualquer processo judicial:
 - a) na área penal; ou
 - b) na área cível, quando se tratar ilícito infamante, lesivo à honra e ao pudor policial ou bombeiro militar;
- III – preso preventivamente ou respondendo a Inquérito Policial Militar ou Inquérito Policial;
- IV – condenado a pena restritiva de liberdade, mesmo que beneficiada por livramento condicional ou suspensão condicional da pena;
- V – que esteja submetido a conselho de disciplina;
- VI – que tenha atingido o limite de idade para permanência no serviço ativo ou vá atingi-lo até a data da promoção;
- VII – agregado no desempenho de função de natureza civil;
- VIII – em gozo de licença para tratar de interesse particular;
- IX – que esteja na condição de desertor;
- X – incapacitado definitivamente para o serviço militar, segundo parecer da junta de saúde da Corporação;
- XI – considerado desaparecido ou extraviado.

Vê-se claramente que as promoções contemplam aqueles indivíduos com maior adesão aos princípios que norteiam a instituição e constituem mais um mecanismo regulatório de punição-recompensa.

Dessa maneira, de acordo com a legislação descrita, pelo critério de antiguidade, em teoria, um soldado levará, no mínimo, 20 anos de carreira para chegar à linha de acesso ao oficialato. Na prática, observa-se que poucos conseguem chegar a cabo. Os sujeitos entrevistados tinham entre 15 e 28 anos de polícia e poucos tinham atingido a graduação de cabo. Na prática, dada a estrutura piramidal da hierarquia militar, com

sorte, o ingresso como praça chegará ao posto de 3º Sargento perto do tempo mínimo de aposentadoria, 30 anos.

Nas situações de adoecimento mental, essa situação se complexifica, uma vez que os policiais que estão “passando pela Junta” não podem concorrer a promoções, como listado no art. 15, inciso X do Plano de Carreira. Essa situação torna-se ainda mais desprivilegiada no caso da inserção na área de psiquiatria, seja pelo tempo mais longo normalmente percorrido até a alta do paciente, seja pelo estigma que passa a ser vinculado ao sujeito pelos colegas e superiores (ver cap.3).

O critério por merecimento, como visto, opera através do sistema de méritos, que abrange, além da nota obtida no TAP, o comportamento do policial e o número de cursos que realizou. Somente em 2006, através da Lei nº 15.704, que institui o Plano de Carreira dos Praças, o Ensino Médio tornou-se obrigatório para o ingresso na Polícia Militar do Estado de Goiás. Antes disso, o plano de carreira dos praças era legislado pelo Estatuto dos Policiais Militares do Estado de Goiás, através da Lei nº 8.033 de 02 de Dezembro de 1975, e não há nele qualquer menção a pré-requisitos escolares para o ingresso como praça. Em 2008, através da Lei nº 10.303, torna-se obrigatório o curso superior para o ingresso na graduação de Soldado. Dessa maneira, deduz-se que os policiais com maior tempo de serviço, ingressos na instituição há mais de 10 anos, como é o caso dos sujeitos entrevistados, terão pouca ou nenhuma chance à promoção pelo critério de merecimento.

Em 2010, foi realizado o primeiro concurso para o ingresso como Soldado na PMGO com obrigatoriedade de curso superior. Essa mudança, de acordo com os autores do projeto, busca aprimorar os serviços prestados através da melhoria do nível intelectual e do preparo dos policiais militares. Todavia, na prática, de acordo com os oficiais entrevistados, esse requisito gera problemas de insubordinação das tropas, abalando os princípios estruturais da instituição. Conforme será visto, historicamente, a adoção do modelo militar pelas polícias brasileiras está intimamente ligado ao controle de possíveis insurgências das tropas contra os governos. Essas mudanças recentes, embora não tenham afetado de fato a estrutura militar que as informa, vêm, de algum modo, de encontro à forma com que tradicionalmente atuava o modelo, gerando contradições internas.

Se a hierarquia militar do Exército brasileiro, conforme apontam Castro (1990) e Leiner (1997), permite aos seus membros serem ao mesmo tempo situados enquanto *pessoas*, através do sistema de méritos (medalhas, elogios, condecorações), e enquanto

indivíduos, pela igualdade de condições que pressupõe, na hierarquia da Polícia Militar, especialmente pela desigualdade inicial instituída pela dupla forma de ingresso, a condição de *indivíduo* se enfraquece, reforçando uma desigualdade fundante entre as classes.

A tabela abaixo, construída a partir do efetivo da distribuição atual da PM/GO, exemplifica em números a estrutura piramidal da hierarquia militar da Polícia Militar do Estado de Goiás:

Tabela 2 – Efetivo da PMGO - 2012

POSTOS E GRADUAÇÕES	N	% Total
Coronel	40	0,3%
Ten-coronel	93	0,8%
Major	160	1%
Capitão	276	2%
1º Tenente	262	2%
2º Tenente	150	1%
Subtotal (oficiais) =	981	8%
Subtenente	287	2%
1º Sargento	572	5%
2º Sargento	1071	9%
3º Sargento	1553	13%
Cabo	2433	20%
Soldado	5273	43%
Subtotal (praças) =	11189	92%
TOTAL	12170	100%

Fonte: Construída a partir do efetivo da PM disponível no sítio eletrônico <www.pm.go.gov.br>. Acesso em: 12 jul. 2012

2.5 A relação entre praças e oficiais

Como dito, a relação entre praças e oficiais, baseada na oposição *nós-eles*, acompanha os praças ao longo de suas carreiras, balizando as condutas e as subjetividades tanto no exercício cotidiano das funções policiais quanto nas relações travadas dentro das corporações. Embora o grupo do *nós* não tenha fronteiras bem delimitadas e critérios unívocos, sendo, muitas vezes, situacional e condicionado às posições dos diferentes indivíduos dentro da escala de subordinação (NUMMER, 2005),

a oposição fundamental entre praças e oficiais se mantém como princípio estruturante das relações sociais internas no mundo militar e dessa cisão entre *nós* e *eles*.

Dentro da classe dos praças, há ainda a divisão entre, por um lado, soldados e cabos e, por outro, sargentos e subtenentes. De acordo com a Lei nº 8.033 de 02 de dezembro de 1975, que dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Militares do Estado de Goiás, a classe dos oficiais é preparada para o exercício de comando, chefia e direção das organizações policiais. Aos praças graduados, subtenentes e sargentos, é delegada a tarefa de auxiliar e complementar as atividades dos oficiais, “quer no adestramento e no emprego dos meios, quer na instrução e na administração, podendo, também, ser empregados na execução de atividades de policiamento ostensivo peculiares à Polícia Militar” (GOIÁS, 1975, Art. 36). Aos cabos e soldados é delegada, fundamentalmente, a tarefa de execução. O círculo dos sargentos e subtenentes atua, dessa maneira, como um grupo mediador entre o Comando e os elementos executores da PM.

É interessante notar que os trabalhos etnográficos sobre o processo de formação do policial militar abordam, em sua maioria, não os cursos formativos de praças, mas os de oficiais. É possível talvez atribuir essa discrepância ao próprio lugar atribuído pela instituição ao grupo de oficiais nas negociações com os pesquisadores. Em sua etnografia sobre o curso de formações de praças da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, Nummer (2005, p.19-24) conta que, durante as negociações com os oficiais para a realização do trabalho de campo, foi-lhe sugerido que abordasse não o curso de Soldados como pretendia, mas o curso de Oficiais, argumentando que os alunos-oficiais eram “outra realidade na corporação”. Por que essa insistência por parte das autoridades em se representarem a partir do grupo de oficiais e não do grupo de praças?

Responder essa questão é atentar para o lugar que os oficiais ocupam dentro da instituição. É possível afirmar que o grupo de oficiais, pela sua função de chefia e direção atribuída, é resguardado, de alguma maneira, da contaminação do ‘mundo impuro’ dos civis, o que lhe garante um lugar (mais) genuinamente militar quando comparado ao grupo dos praças. É ele que perpetua a ideologia militar que historicamente informa o trabalho policial ostensivo no Brasil: por ocasião dos cursos de formação, a internalização dos princípios da hierarquia e da disciplina é assimilada pelos oficiais na relação que estabelecem com os alunos-soldados ou aspirantes-a-oficial; e, após o curso, a estrutura militar é atualizada na relação de comando e subordinação estabelecida entre oficiais e praças no exercício cotidiano da função policial.

Esse papel atribuído ao oficialato talvez seja responsável pelo maior tempo de duração do Curso de Formação de Oficiais. Ao passo que os cursos de oficiais geralmente têm duração de três anos em regime de semi-internato, os cursos de praça se realizam em cerca de nove meses e não obrigam os alunos ao aquartelamento.

Diante disso, é possível indagar se não haveria uma diferença qualitativa na efetividade desta “conversão” entre o grupo dos praças e dos oficiais, especialmente pelo fato de que a formação dos últimos, além da maior duração, pressupõe o apartamento do mundo civil, o que não acontece com os primeiros. Embora não seja possível afirmar de forma conclusiva, é importante notar que, no caso dos oficiais, a cisão *nós-eles*, que divide cadetes (aspirante-a-oficial) e oficiais-professores durante os cursos de formação, não se estende, ao longo de suas carreiras, de maneira tão incisiva como ocorre com o grupo de praças, dado que, ao final do curso, os aspirantes necessariamente passarão a integrar o oficialato, ainda que no círculo de oficiais subalternos.

A solidariedade grupal e a reciprocidade estabelecidas entre os aspirantes durante as instruções militares como forma de resistência à brutalidade dos treinamentos transformam-se, posteriormente, no caso dos oficiais, num genuíno sentimento de *pertencimento* a uma coletividade maior, já que, ao final do curso, essa oposição *nós-eles* se enfraquece. O curso de formação, para esse grupo, funciona como genuíno ritual de passagem nos termos de Turner (2005;2008;1982) de um *status* social a outro, i.e., da condição civil para a condição militar, sendo que a característica de liminaridade própria aos ritos de passagem desaparece com a agregação dos aspirantes à condição de oficial.

No caso dos praças, os modos são outros. É possível indagar se o curto tempo de duração e o não isolamento em que se realizam os cursos de formação enfraquecem, em algum sentido, o poder de “conversão” dos indivíduos ao mundo militar. Tudo se passa como se o processo de socialização secundária de certa forma se estendesse, no caso dos praças, para além do período formativo e tenha de ser constantemente reiterado no cotidiano de sua relação com os oficiais, i.e., o tempo de *bicho* não cessa com o fim do curso formativo. Como sugere T.C. da Silva (1998), a forma de tratamento dispensado aos praças pelos oficiais “é percebida e representada por eles como sendo a do tratamento dispensado a um animal” (p.126). A continuidade dessa cisão entre *nós-eles* após o período de formação acaba por *fragmentar* o sentimento de *pertencimento* a uma coletividade maior.

Ao passo que o oficialato, porque realiza grande parte de suas atividades dentro do espaço simbólico dos quartéis, tende a reproduzir e a representar com maior fidelidade os princípios e valores do aspecto militar da instituição policial, os praças, em especial os soldados, cabos e sargentos, majoritariamente voltados para as atividades-fim da organização, tendem a distanciar-se desse modelo militar e adotar valores de “uma cultura policial das ruas” (MUNIZ, 1999).

E essa oposição *fragmenta* o sentido de pertencimento a uma coletividade maior à medida que instaura uma dicotomia ambivalente dentro da própria instituição: embora sejam todos pertencentes ao corpo militar, oficiais e praças não “jogam no mesmo time”. No exercício cotidiano de suas funções, os praças estão posicionados em um lugar social que os coloca de modo mais evidenciado em outra realidade que diz respeito à “cultura da rua”

No discurso dos sujeitos, as críticas à lógica opressora da cadeia hierárquica de comando assentam-se, muitas vezes, nessa diferença de “cultura” entre eles e seus superiores. Para eles, a lógica punição-recompensa prescrita pelos regulamentos disciplinares formais e informais que garante a obediência incontestável às ordens superiores mais atrapalha do que ajuda a realização dos “serviços” de rua. Ordens devem ser cumpridas e não questionadas. Sob pena de punição, a obediência incondicional às ordens dos superiores garante a manutenção da estrutura militar, impossibilita aos cabos e soldados a expressão do saber adquirido nas atividades de “rua” e acaba por rebaixá-los à condição de “marionetes”, relegando o seu saber, a sua experiência, o seu discernimento e a sua condição de “sujeito desejante” a uma região inapreensível ao Outro. No discurso dos sujeitos, sua subserviência aos policiais “de gabinete”, “do ar-condicionado” soa como uma contradição, já que são eles os que se arriscam cotidianamente nas atividades-fins da organização. Como assinalam os entrevistados:

“Todo policial velho é um perito. Ele tem experiência, ele tem bagagem. Ele pode não ter cursos disso, daquilo outro. Mas, ele é um perito. Ele sabe o que faz. É igual um pedreiro que trabalha há trinta anos de pedreiro. Ele é... ele só não tem diploma, mas ele já é um mestre de obras; ele pode ser até um engenheiro. Só que ele não tem o diploma. Assim é o policial – ele é um perito.” (Cabo, 23 anos de PM)

“Eles querem que você parece, que você seja perfeito. Um robocop. Isso você não é, você é de carne e osso. Um colega meu levou uma punição por causa de um picolé. Ele estava

chupando picolé no jogo, eles policiando o jogo comprou um picolé (?), passou um chefe e escreveu ele porque ele estava chupando picolé em serviço. Uai, cadê o bom-senso? Você tem um funcionário aí, ele está fazendo um lanche ali, no meio do serviço. Olha e dá uma punição. Ele atrapalhou o serviço dele? Não, o cara tá chupando o picolé, olhando e tal... tá atento, ah. Mas, só por causa de um picolezinho na mão, meteram a caneta nele. Eu acho isso ridículo. Aquele picolé deixou o cara mais profissional, menos profissional? Isso aí não é nada” (Soldado, 22 anos de PM)

“Eles querem que os oficiais sejam boçais. Tem um exemplo aí, tem esse major Araújo, que é político. Foi muito perseguido, caçado e tudo mais. Porque eu conheci ele pessoalmente, é um oficial muito educado. A educação dele é tanta que a gente ficava até sem jeito na presença dele. Ele, até puxar cadeira para o soldado sentar ele puxava. E ele perguntava, se você tivesse um problema ele resolvia. Então, um comandante igual este não é bem visto pelo alto escalão da Polícia Militar. Eles querem dominar pela pressão mesmo.” (Cabo, 23 anos de PM)

“O que leva - falar aqui no linguajar mesmo do povão- a tijolada nas costas é o policial que trabalha na rua.”(Soldado, 18 anos de PM)

“Olha, se a gente tivesse tranquilidade para trabalhar, confiança. Olha, “eu confio em você, soldado, você vai fazer o seu serviço. Eu vou te dar um voto de confiança”. Ele vai e trabalha e rende. Pra se falar “ eu estou de olho em você”, o cara, de medo da fiscalização, às vezes ele nem trabalha”. (Soldado, 17 anos de PM)

Ao tempo em que esse “lugar de fala” é barrado na relação com os oficiais, a subjetividade dos sujeitos acaba destituída do meio por excelência de mediação e negociação com o Outro. A palavra, como todo meio expressivo de poder nesse espaço, é também distribuída de modo hierarquizado. Como bem assinala Muniz (1999):

Na experimentação da vida aquartelada, parece haver pouco espaço para a adoção da palavra como um recurso estratégico de mediação ou como um artefato de livre circulação: a palavra é, via de regra, distribuída e sopesada de uma forma hierarquizada. As cotas e a permissividade que ordenam o “falar” e “o que se pode dizer” espelham a estrutura verticalizada das patentes. De certa maneira, a palavra costuma ser acionada como uma instância reativa, isto é, como um expediente de emissão tão-somente de respostas, seja na interação com os oficiais superiores, seja no contato com o cidadão (*Idem*, p.90).

No relato de um deles:

“Mas, em termo de hierarquia, nem sempre o avaliado não trata a gente como pessoa. Trata a gente como subordinado,

objeto dele. Se mandar você deitar, você tem que deitar. Se mandar você correr, você tem que correr. Entendeu? E hoje está até razoável. Primeiro era pior. Se eu tenho que conversar com o Coronel, eu chego lá e vou conversar com o Coronel. É evidente que a maneira correta é: eu vou no mais novo, falo com ele. No caso, vou no subcomandante e falo: “queria falar com o Coronel”. “O que você quer falar com ele?” Eu não posso falar para ele: “se eu falar para você, você resolve?” Eu tenho que contar o caso todinho para ele, o que eu quero. Aí, vai... “vai lá falar, então”. Aí, eu tenho que passar por outro, contar a mesma historinha para ele até chegar no tronco. Entendeu? Ou seja, se a pessoa não pode resolver não precisa saber (...) Aí, se pra mim falar com um, é desse modelo [que] tenho que chegar. Pra mim chegar na senhora aqui, eu tenho que chegar: “eu quero falar com a doutora Claudia”. “O que você quer com ela?”. “Eu sou da (?)” Aí, explico: “vou fazer uma entrevistinha com ela lá, assim, assim assado”. Aí, fala para o Tenente lá. “E o que então (?)”. Aí, eu chego: “tenente...” “o que você quer falar com ela?” É desse modelo que funciona. E por isto que eu falo, se não tivesse aí, não aguenta a pressão. E não é pouca mesmo.” (Soldado, 28 anos de PM)

Como relatado no capítulo anterior (“Problematizando a experiência de campo”), as desconfianças em relação à pesquisa, o medo de comprometer-se com o “dito” são expressões dessa censura hierarquizada imposta à palavra, transformada em temor com relação ao que pode ser dito *no* e *sobre* o trabalho e a instituição policial e a *quem*. Essa autocensura, que pouco a pouco vai sendo internalizada pelos meandros das relações hierárquicas, alcança, desse modo, outros contextos da vida dos sujeitos. A não-adesão à psicoterapia oferecida pela instituição ou fora dela e o fato de não se aprofundarem nas questões subjetivas implicadas nos processos de adoecimento, como relatado no cap.1, podem parcialmente ser atribuídos a essa autocensura à palavra e aos modos de expressão subjetiva. Colocado dessa maneira, o próprio ato de dizer pode ser encarado como uma resistência às imposições desse contexto intersubjetivo.

“(...) por isto que eu não gosto de estar falando muito. Porque se falar e eles descobrirem, vão abrir procedimento. Eu não tenho medo, porque, igual eu falei, eu já estou meio maluco mesmo. A Polícia já me deixou maluco. Aí eu nunca me calei. Assim, eu nunca pus a boca no trombone, impressa. Mas para os colegas eu falo. Só que eles têm medo. Vou servir assim de... vou causar um motim? Não. Mas, o que eu penso eu falo.” (Cabo, 23 anos de PM)

A continuidade dessa cisão entre *nós-eles* após o período de formação ao mesmo tempo em que *fragmenta* o sentimento de *pertencimento* a uma coletividade maior também hierarquiza e estabelece uma desigualdade nas relações sociais dos praças com seus Outros. Essas relações de desigualdade, quase sempre permeadas pela violência física e simbólica, são travadas, por um lado, dentro da própria corporação policial, com seus oficiais superiores, hierarquicamente privilegiados em relação a eles, e, por outro, com a ampla comunidade civil. Enquanto a desigualdade de suas relações com os oficiais é formal e rigidamente estruturada pela hierarquia militar, através de normas e mecanismos punitivos previstos pela legislação militar, a desigualdade entre eles e os civis, por seu turno, embora seja também regulada e formalizada pelas legislações cabíveis, é sujeita a outros fatores que faltam à primeira, dando margem, em alguma medida, ao agenciamento (positivo ou não) dos sujeitos-policiais.

Se o processo de formação da identidade militar instaura uma dicotomia entre civis e militares, colocando os primeiros, segundo a lógica militar, no lugar de “não-pessoas”, e se a relação entre essas duas categorias não está sujeita às prescrições e mecanismos que estruturam o campo militar – ou apenas está a partir da lógica corporativa, que prescreve punições militares a crimes e excessos cometidos contra civis –, então, além de serem considerados hierarquicamente inferiores, os civis pobres das periferias tornam-se alvos privilegiados da lógica opressora e violenta que orienta as ações e os comportamentos dos policiais militares. Se a autonomia individual é diminuída ou anulada nas relações com os oficiais, na relação com os civis o poder conferido pela instituição e arduamente conquistado pelos indivíduos-policiais encontra seu canal de escoamento nas práticas ilegítimas de violência. Como será visto no capítulo 3 (“Narrativas corporificadas: corpo, sofrimento social e masculinidade na polícia militar goiana”, p.83), a violência aparece como meio de expressão subjetiva nas situações de adoecimento. Na seção seguinte (p.74), os aspectos estruturais e sócio-históricos do fenômeno da violência policial serão abordados. Por ora, é preciso pontuar outros fatores históricos que melhor contextualizam a relação entre praças e oficiais e o lugar de onde os sujeitos pesquisados falam.

Os sujeitos entrevistados ingressaram na instituição há mais de 15 (quinze) anos, num período em que as discussões civis e políticas a respeito da segurança pública e do combate à criminalidade ainda não haviam efetivamente alcançado as agências e instituições policiais. As discussões sobre a reforma policial no Brasil, incitadas pela

greve das polícias militares no ano de 1997³⁹, passaram a questionar as consequências para a segurança pública da doutrina militar que rege a polícia ostensiva (militar) brasileira e o modelo dual de polícia.

Foi somente há pouco mais de uma década, em 1998, que o governo federal deu início a um projeto de estudo das organizações policiais. Em 2008, instituiu-se o PRONASCI – Plano Nacional de Segurança Pública e Cidadania⁴⁰, que, entre outros objetivos, propõe um conjunto de ideias para compor uma Matriz Curricular Nacional Padrão a ser utilizada como referência na formação dos policiais (FIGUEIREDO & ROSA, 2008).

Os intentos para a reforma policial, embora ainda não tenham conseguido afetar significativamente a doutrina militar que informa as instituições policiais ostensivas, têm timidamente conseguido influenciar o *modus operandi* da atuação policial, seja através da mudança nos currículos dos cursos de formação, seja através da regulamentação do

³⁹ A esse respeito, comenta Muniz (1999): “Como em uma espécie de efeito dominó, a chamada “revolta das praças”, deflagrada em Minas Gerais, acabou se espalhando por outros estados. Durante o período dos protestos, o país assistiu ao que para muitos parecia um episódio inacreditável ou algo sem precedentes na história: aqueles que representariam, na ponta, a autoridade do Estado, desafiavam o próprio Estado. Os PMs das mais baixas patentes (soldados, cabos e sargentos) “promoveram a desordem e a baderna” em vez de proverem a ordem; “quebraram a hierarquia e a disciplina” - exatamente os princípios que justificariam a adoção do modelo policial paramilitar; “desafiaram” o poder executivo representado pelo governador; tudo isso em nome da reivindicação por melhores salários. Os debates sobre o assunto nacional do momento estavam recheados de exclamações que deixavam transparecer que alguma coisa inusitada estava acontecendo: “os policiais apontaram suas armas contra o palácio do governo!” obrigando o Exército a “proteger a sede do poder executivo em Minas”. No dia 25 de junho de 1997, o Jornal do Brasil publica a seguinte manchete “Minas chama o Exército contra a PM - Rebelião da polícia por salário maior transforma Belo Horizonte em praça de guerra”. As opiniões mais exaltadas chegaram a classificar o episódio como um grave “atentado à ordem constitucional” ou como “um espetáculo autoritário e intransigente”. Nas conversas informais, muitos faziam apostas e “bolões” sobre quem ganharia a batalha nas ruas (caso ela se concretizasse), as PMs “rebeladas” ou o Exército “despreparado?”” (MUNIZ, 1999, p.48-49).

⁴⁰ Segundo Figueiredo & Rosa (2008), a proposta da Matriz Curricular Nacional Padrão não se restringe somente a um conjunto de conteúdos de ensino. Busca valorizar o uso crítico e criativo dos conhecimentos e apontar caminhos para o enfrentamento das situações cotidianas concretas vivenciadas pelos operadores da segurança pública. O processo formativo deve procurar contribuir para o aprimoramento das práticas e para a mobilização de conhecimentos teóricos acumulados, valorizando as vivências e o saber prévio de cada um. Propõe a formação especializada e continuada a ser implementada pelo poder público em articulação com a sociedade civil. Busca, por meio da formação, proporcionar o resgate e valorização da autoestima dos profissionais da polícia e o resgate da cidadania. O objetivo geral da Matriz Curricular Nacional é contribuir na construção da identidade profissional das policiais, de suas funções e competências específicas. Áreas de reflexão da proposta: ética, cidadania, direitos humanos, segurança pública e defesa social; sociedade, sua organização de poder e segurança pública; o indivíduo como sujeito e suas interações no contexto da segurança pública; diversidade, conflito e segurança pública.

policciamento comunitário e da instituição de procedimentos padronizados de abordagem, o POP (Procedimento Operacional Padrão)⁴¹.

Os entrevistados ingressaram na instituição num momento em que o regime *interno* da polícia era significativamente mais rígido que o atual. Como pode ser constatado em momentos das falas transcritas ao longo do trabalho, certo afrouxamento na disciplina militar é realidade perceptível para os entrevistados. Entretanto, é necessário questionar se essas mudanças afetaram significativamente o caráter da relação entre superiores e subordinados ou se afetaram somente a intensidade e a forma com que a desigualdade dessa relação se manifesta. E ainda: como essas mudanças afetaram a maneira como aprenderam a lidar com as situações vivenciadas nos trabalhos de rua e se as condições técnicas e operacionais da polícia militar as acompanharam.

Em sua pesquisa sobre o perfil social do Policial Militar do Estado de Goiás, realizada em 1996, Figueiredo (1996) aponta que, embora os pesquisados acreditassem que a formação recebida na instituição tenha sido suficientemente boa para o desempenho de sua função, foi no labor diário, na prática operacional, que os sujeitos desenvolveram suas potencialidades e de fato aprenderam como executar as tarefas ligadas à sua área de prestação de serviço. O aprendizado efetivamente se realizava nas relações cotidianas dos novatos com os policiais mais antigos, os chamados “praças velhos”, que repassavam o conhecimento adquirido ao longo de seus anos de trabalho na rua.

Talvez seja possível supor que, a despeito de seu caráter socialmente positivo, as mudanças recentes tenham ocasionado outros complicadores para os indivíduos ingressos num momento institucional anterior. O primeiro desses complicadores relaciona-se com as promoções, conforme dito, e o segundo, com a regulamentação, padronização e fiscalização das formas de atuação policial, que afetam significativamente o “poder” discricionário desses indivíduos nos trabalhos de rua. Esses dois complicadores são indissociáveis e estão, de todo modo, condicionados ao poder institucional de controle dos comportamentos individuais efetivado pela relação estabelecida entre eles e seus superiores, ou entre praças e oficiais.

⁴¹ Instituído em 2003 na PMGO, o POP (Policamento Operacional Padrão), em linhas gerais, busca padronizar e regular as abordagens policiais nas diferentes situações enfrentadas cotidianamente pelos policiais de rua. Busca diminuir os índices de disparo de arma de fogo, de intimidação e/ou advertência, bem como reduzir os elevados índices de letalidade, seja do cidadão ou do policial militar em operação.

Os policiais-sujeitos desta pesquisa aprenderam com os policiais mais antigos, os chamados “praças velhos”, a executar as tarefas ligadas à sua área de atuação, como apontam as pesquisas de Figueiredo (1996) acima. Com os mecanismos regulatórios das abordagens instituídos também pela adoção do POP, sua atuação passou a ser mais formalmente fiscalizada e regulamentada pela instituição. Tudo se passa como se os mecanismos regulatórios, que antes atuavam principalmente em sua relação com os oficiais no espaço da “caserna”, tivessem se enfraquecido e se estendido de modo mais acentuado para as relações travadas no espaço da “rua”, no qual os sujeitos têm um espaço maior de manobra. De qualquer modo, a relação com os superiores aparece como mediadora na regulação dos comportamentos, em âmbito interno ou externo, na execução de suas atribuições.

Sendo as promoções por merecimento quase impossíveis, conforme discutido, resta aos policiais ativos obtê-las por meio dos critérios de antiguidade ou ato de bravura, os quais estão diretamente condicionados às menções contidas em suas “fichas” individuais, mantidas e atualizadas pelos seus superiores.

Destarte, na vivência subjetiva desses policiais, os oficiais ainda encarnam as restrições e regulações instituídas pelo caráter total da instituição policial militar, cujas consequências estão imbricadas nas narrativas de adoecimento mental e no caráter de suas manifestações. A violência simbólica explícita ou velada das relações intersubjetivas que estabelecem com seus superiores ou a vivência institucional anterior desses sujeitos acaba talvez por influenciar suas interpretações a despeito das tímidas mudanças recentes.

2.6 Violência e Polícia Militar: o caso brasileiro

De acordo com a lei nº 8.125, de 18 de junho de 1976 (GOIÁS, 1976), que dispõe sobre a organização básica da Polícia Militar do Estado de Goiás, a polícia militar é uma força auxiliar do Exército e se destina à manutenção da ordem pública na área do Estado. Compete a ela executar, com *exclusividade*, o policiamento ostensivo com o objetivo de assegurar o cumprimento da lei, a manutenção da ordem pública e o exercício dos poderes constituídos. Sua atuação pode ser preventiva, quando presumida a possibilidade de perturbação da ordem, e repressiva, em caso de perturbação efetiva da ordem.

Muniz (1999) argumenta que as discussões sobre violência e criminalidade urbanas apontam inevitavelmente para as organizações policiais, às quais são delegados o direito e a função de manutenção da lei e preservação da ordem pública. Se, por um lado, a sociedade civil cobra da força policial resultados efetivos no enfrentamento da desordem, do crime e da violência, por outro exige a insubordinação ao estado de direito, ou seja, a produção de resultados efetivos sem a violação das garantias e direitos individuais. Essa tensão que oscila entre o exercício da coerção física e a produção de resultados que sejam ao mesmo tempo legais, produtivos e legítimos, i.e., marcados pelo consenso, é inerente ao surgimento das “forças comedidas” e expressa a condição de emergência da instituição policial como meio pelo qual o Estado garante/negocia sua governabilidade e expressa seu poder (MUNIZ, 1999; TAVARES, 1997)

Segundo Tavares (1997), a despeito de suas diferenças nacionais, duas características da organização policial perduram historicamente e estão intimamente ligadas à consolidação dos Estados-nação e das sociedades capitalistas: seu objetivo de proteção social (da ordem pública e da propriedade) e sua forma de expressão de autoridade. Enquanto meio de expressão de autoridade, as agências policiais são a incorporação mais concreta e cotidiana da autoridade governamental na vida dos cidadãos (MUNIZ, 1999) e, por consequência, os cabos e soldados são a incorporação capilar dessa correia de transmissão de poder. E, por sua função de preservação da ordem pública, certa forma de atuação da polícia resulta do tipo de Estado constituído e do tipo de ordem pública concebida. Conforme assinala Monjardet (2002, p.23), a polícia, enquanto instrumento do Estado, intervém quando (e da forma como) é ordenada, seja pelas instâncias que possuem autoridade sobre ela ou pelo sistema de valores partilhados.

A peculiaridade do caso brasileiro está no fato de que a ordem a ser mantida – o sistema de valores partilhados, nas palavras de Monjardet (*idem.*) – é marcadamente autoritária e hierarquizada, conforme aponta J. Silva (2001) e Bandeira & Suárez (2001), sendo suas relações sociais historicamente marcadas e permeadas pela violência física e simbólica. Segundo Tavares (*op.cit.*), a transição do sistema escravista para o sistema capitalista no Brasil redefiniu, sem eliminar, a utilização da coerção física nas relações entre os aparatos repressivos e a população. O período do Estado-Novo constituiu, nesse sentido, momento paradigmático dessa redefinição: nele, a atuação violenta da polícia aparece como “elemento fundante” na manutenção do poder do Estado totalitário. Nesse contexto, a violência não compõe somente, mas aparece como

centro de certo tipo de poder que foi consolidado nesse período. As práticas de tortura comuns durante a Ditadura Militar e durante o regime civil da Nova República atestam e dão prosseguimento às práticas violentas como forma de manutenção e exercício do poder no Brasil, que tem a polícia como principal disseminadora.

Em seu livro *Violência, poder e autoridade em Goiás*, Dalva Borges de Souza (2006) busca compreender, a partir do contexto histórico goiano, a permanência, na sociedade brasileira, de estruturas de interação social e tradições de sociabilidade de caráter violento, predominantes no mundo rural e atualizadas no processo de modernização e urbanização da região. Sugere que as novas formas de violência enfrentadas a partir da década de 70 não extinguiram as modalidades de violência predominantes na sociedade rural. Segundo a autora, a noção de violência estrutural (Habermas) permite perceber, no contexto goiano, os impedimentos ao desenvolvimento da comunicação, que abrem espaço às formas de violência interpessoal: “A violência estrutural, que impede a formação discursiva da vontade, deixando espaço para que a forma possível de expressão esteja vinculada ao corpo, favorece que se perceba melhor o *habitus* na sociedade brasileira” (SOUZA, 2006, p.32). Diante disso, a autora questiona: não seria também um pré-requisito do processo civilizador, além de condições econômicas favoráveis, brechas para o desenvolvimento da identidade, da autoestima, da percepção do outro como igual? E, nesse sentido, a marginalização em que vive grande parte da população brasileira não constituiria, ela mesma, a violência estrutural?

Partindo desse raciocínio, parece correta a suposição discutida na seção anterior de que, em alguma medida, o caráter desigual, autoritário e violento das relações entre oficiais e praças, à medida que destitui os últimos dos meios discursivos de mediação e negociação com o Outro, dá margem à expressão da vontade por meio de práticas ilegítimas de violência física e simbólica. Nesse contexto, o corpo aparece como veículo privilegiado de expressão e escoamento dessa violência, compreendida como “um dispositivo de excesso de poder.” (cf. TAVARES, 1997).

A relação entre violência, corpo e adoecimento mental será pormenorizada no próximo capítulo (p.102). Por ora, é preciso não perder de vista as implicações da adoção do militarismo pelas organizações policiais ostensivas brasileiras no entendimento da ligação entre violência e atuação policial e na contextualização do lugar social dos cabos e soldados, sujeitos desta pesquisa.

Os autores (J. SILVA 2001; BANDEIRA e SUÁREZ, 2001; ALBUQUERQUE e MACHADO, 2001) que discutem a dimensão simbólica e imaginária da identificação da PM com as Forças Armadas afirmam que, além de influenciar de maneira decisiva a construção identitária de seus membros, conforme se procurou mostrar, a ligação da instituição policial brasileira com a doutrina militar tem consequências salutares na atuação policial: por sua ligação mítica com o Exército, a segurança pública é tratada pela polícia em termos de segurança nacional. Em outras palavras, a segurança pública é tratada em termos de um inimigo a ser combatido, como uma questão de vitória e de derrota. Esse aspecto é bem exemplificado pelos depoimentos dos entrevistados:

“Porque, só a gente sabe o que é enfrentar quem está do outro lado: o marginal.” (Soldado, 21 anos de PM)

“Fala “tem que meter bala, mesmo”, porque eles metem bala no povo. Não quer saber; não é só na polícia, não. Então (...), mas isto é para a mídia ver que o que nós vivemos é uma guerra civil. Não aqui, mas São Paulo e Rio, é uma guerra civil – só a Dilma não vê. Aquilo ali, para eu que servi o Exército, existe duas leis no nosso país. Em tempos de guerra e em tempos de paz. A lei em tempos de guerra é corte marcial. Guerrilha é inimigo do Estado. O que aqueles traficantes estão promovendo não é uma guerrilha? Eles são inimigos de guerra! Eles são guerrilheiros! A lei para julgar aquele pessoal teria que ser a lei em tempo de guerra. “Ah, mas ele é do mesmo país, não tem como guerrear... é do mesmo país”. Tem sim! Porque é guerra civil. É guerra! Eles declararam guerra pro Estado. Eles criaram um estado paralelo... é uma guerra civil. Como é que você vai julgar um guerrilheiro daquele igual você julga um cidadão comum? Eles devem ser julgados como se fossem guerrilheiros que são. Portanto, corte marcial. Deixa isso aí ir um dia no Congresso e alguém votar isto. Traficante que trocaram tiro com a polícia vão ser julgados, então, com a leis de Guerra. Guerrilha. Condenação: corte marcial. É paredão. Porque, quem não vê que aquilo ali é uma guerra? Eles atiram em criança; eles atiram em cachorro; atiram em todo mundo. É igual aquele povo do Afeganistão, lá, do Oriente Médio. Não tá nem aí para a vida do oposto, não. Ou seja, a pena de morte é (?) para o trabalhador; para o bandido, não. Mas, uma hora, chega lá. Mas, vamos pensar no nosso Estado, por que a polícia aqui é cuidadosa, cautelosa? Porque não aconteceu o que acontece lá. Mas, com esse efetivo que nós temos aí, muito em breve, em questão de dez, vinte anos, vai ficar igual o Rio de Janeiro.” (Cabo, 23 anos de PM)

“Não estou discriminando, não. Mas, é... o negócio é: polícia e bandido. Se você me perguntar o que é o bandido: é o inimigo. E ele pode tentar contra mim qualquer hora. E eu vou estar

sempre esperando ele. Se ele não vir (?)... Por isto que, às vezes, a gente fala que o ser humano é ruim. A gente fala o ser humano, mas a gente entende que é uma realidade, que realmente pra quem está de fora não sabe. Mas, é uma guerra. O bandido sempre vai ser uma guerra, porque é um olhando para o outro e, se vacilar, o outro pega.” (Soldado, 18 anos de PM)

A farda do grupo operacional (de rua) da PM goiana (Figura 2) também torna visível essa herança militar que reveste a atuação policial no Brasil. As semelhanças com a farda usada pelo Exército brasileiro são inegáveis: sua cor cinza remete à ideia de camuflagem (tornar-se invisível ao “inimigo”) para o asfalto e as estruturas de concreto do ambiente citadino; seu modelo é próprio às situações e locais intempestivos de guerra: o coturno e a calça por dentro protegem os pés e a perna da água, das cobras e insetos; os inúmeros bolsos destinam-se à armazenagem de objetos e alimentos em situações de longa exposição a locais remotos e rústicos etc.

Figura 2 – Farda do grupo operacional da PMGO



Fonte: Portal da PMGO.

Disponível em: <<http://www.goiatubaonline.com.br/noticias/rotam-e-pm2fazem-apreensao-de-drogas-na-capital/>> Acesso em: 22 de ago de 2012.

Historicamente, segundo Muniz (1999), a criação das organizações policiais no Brasil foi concomitante ao processo de institucionalização do próprio Estado brasileiro, numa época marcada pela crise de governabilidade provocada pela abdicação de Pedro

I⁴². Não cabe aqui entrar em detalhes sobre esse período. Entretanto, é preciso assinalar que a militarização das forças públicas no Brasil veio como resposta ao caráter incipiente da autoridade pública do Estado e do receio quanto à fidelidade de suas ferramentas de controle, representadas principalmente pelas instituições policiais da época. Como assevera Muniz (1999):

A profissionalização da polícia e a sua transformação em uma burocracia eficaz passava pelo aprimoramento do modelo paramilitar já adotado desde a criação da Guarda Real. A isto se somava a necessidade de afastar os agentes da lei do universo de onde saíram e que deveriam passar a policiar. Mostrava-se pertinente aos olhos das autoridades restringir as praças à sua vida na caserna. O argumento era claro: o afastamento da convivência social reduziria as influências contestatórias e as oportunidades de corrupção (*idem*, p.55-56).

A disciplinarização das tropas nos moldes militares foi a saída encontrada para subordinar ao Estado os agentes públicos incumbidos da tarefa de preservação da ordem. Em outras palavras, a adoção do modelo militar pelas polícias militares veio pela necessidade estatal de policiar aqueles que policiavam a sociedade, dado que esses indivíduos eram provenientes do próprio segmento social contra o qual a organização policial era chamada a atuar: “ ‘os pobres sem patrão’, os ex-escravos, os descendentes de escravos, os mestiços, os artesãos, e os biscateiros (...) os capoeiras, os estrangeiros, os negros forros e os portugueses de poucas posses (...)” (MUNIZ, 1999, p.55).

A separação e o isolamento requeridos para as formações militares iniciou a dicotomia que separa de modo hierarquizante o grupo do *nós* (militares) contra *eles* (civis), que acompanha a internalização da identidade policial militar até os dias de hoje.

Entretanto, os intentos reformistas que timidamente vêm conseguindo afetar o *modus operandi* do fazer policial ostensivo no Brasil, como discutidos (p.72-74), também representam uma ameaça à estrutura militar. Isso porque, se defendem uma maior aproximação entre a polícia e a comunidade, como propõe o chamado “policiamento comunitário”, também buscam melhorar a formação intelectual e a remuneração dos policiais militares “de linha”, que atuam em contato direto com as comunidades. Essas medidas abalam as condições de perpetuação da estrutura militar, que pressupõe tanto a separação hierarquizante entre o mundo “civil” e o “militar” quanto tropas obedientes e subservientes.

⁴² Cf. MUNIZ, 1999; R.R. DA SILVA, 2011; LIMA, 2003; MENDEZ, 2012 E SOUZA, CIBELE, 1999.

Diante disso, não é difícil perceber o aspecto irônico e crítico da *charge* abaixo, em que se explicitam o poder ideológico e político da militarização da polícia e a separação entre civis e militares.

Figura 3 – O poder ideológico e político da militarização das polícias



Fonte: desconhecida.⁴³

O Brasil guarda ainda outras peculiaridades organizacionais que se refletem nos resultados alcançados no combate à criminalidade e nas condições de trabalho do policial. Segundo Silva Filho (2003), o Brasil é o único país cujas funções policiais de preservação da ordem e de investigação de crimes são disjuntivas ao ponto de serem necessárias duas organizações diferentes para seu exercício, as polícias civil e militar. Conforme dito, as duas organizações se distinguem em relação à estrutura, normas administrativas e operacionais, regime de disciplinas e salário. Essa distinção presente no modelo dual de polícia brasileiro, como discutido ao longo deste capítulo, é talvez uma das responsáveis pela ineficiência dos resultados alcançados, dados o alto custo de

⁴³ Essa *charge* foi retirada do perfil de um usuário da rede social Facebook (www.facebook.com). Infelizmente, o formato do *site* não permite que um *link* leve a uma postagem específica. A pesquisa feita na *internet* a partir do nome deduzido da assinatura do autor da *charge* não levou a nenhum *site* específico.

sua manutenção estrutural, a grande complexidade de seu gerenciamento e os problemas operacionais que acarreta.

O acúmulo de funções dos policiais militares, que são inteiramente responsáveis pelo policiamento ostensivo fardado, somado à ineficiência do modelo organizacional brasileiro para o controle da criminalidade lançam dúvidas sobre a aplicabilidade do trabalho policial frente à realidade brasileira, estruturalmente marcada por uma violência difusa.

Porto (2001), a partir de uma pesquisa sobre representação da legitimidade policial em Brasília, aponta ainda outros fatores que criam um círculo vicioso na atuação policial e ameaçam sua legitimidade. Se, por um lado, a atuação policial violenta constitui resposta às demandas sociais de eficiência e competência policiais, sendo a polícia muitas vezes usada como “solução” para questões sociais, por outro a legitimidade da ação policial é ameaçada ou inviabilizada na medida em que há a recusa da população às formas violentas de resolução de conflitos. Esse círculo vicioso, por sua vez, descortina outro aspecto importante: o processo de vitimização da polícia como instituição e dos policiais como cidadãos. Na busca dos responsáveis pela violência da atuação policial, a culpa recai em homens e mulheres comuns que integram a instituição policial, transformados em alvos da própria violência que combatem:

É improvável que em algum lugar do mundo morram tanto policiais assassinados; e que existam tantos policiais paraplégicos; e que existam tantos ex-policiais expulsos, na rua da amargura ou definitivamente na senda do crime, e que existam tantos policiais ou ex-policiais nas prisões (como presos). É improvável também que em algum lugar do mundo haja tantos órfãos de policiais; nem tantas viúvas de policiais; nem tantas mães de polícias sem seus filhos. Tudo sem contar o estresse, o alcoolismo, os casos de psiquiatria e o elevado número de suicídios (SILVA, J., 2001, p.78-9).

* * *

Conforme apontado em sua introdução, este capítulo buscou situar o grupo de cabos e soldados em relação ao contexto institucional e social mais amplo no qual a instituição da polícia militar se insere. Embora tenha sido pautado no diálogo com a literatura teórico-empírica produzida sobre a polícia, as discussões propostas foram balizadas pelos conteúdos apontados nas narrativas de adoecimento dos sujeitos-entrevistados. Sua construção entendeu que o sofrimento vivenciado pelos sujeitos nas situações de adoecimento é indissociável dos contextos sociais em que é dramatizado, i.e., pertence tanto ao domínio psicofisiológico quanto ao domínio moral, sociocultural e político.

Como assinala Alves (1994), as estruturas cognitivas que dão sentido às enfermidades mentais devem ser compreendidas à luz de seus microprocessos sociais subjacentes e resultantes das condições sociais específicas de sua produção (ALVES, 1994). Enquanto o primeiro capítulo buscou explicitar as condições sociais em que as narrativas de adoecimento foram produzidas, este segundo capítulo buscou delinear os fatores imbricados na vivência subjetiva dos cabos e soldados e na construção de seus corpos: sua posição hierárquica subalterna, o caráter totalizador da ordem militar, a brutalidade dos dispositivos disciplinares, o relacionamento formalmente desigual e opressor travado com seus superiores-oficiais, os imponderáveis de sua função executora, a violência da ordem a ser mantida etc.

No próximo capítulo, à luz do cenário construído por este segundo capítulo, serão discutidos os pontos nevrálgicos das narrativas de adoecimento mental dos cabos e soldados: o caráter compulsório dos encaminhamentos à Junta Militar de Saúde, a masculinidade e as representações do corpo, a violência como linguagem expressiva e conciliatória, o estigma incorporado às situações de adoecimento, entre outros.

3 NARRATIVAS CORPORIFICADAS: CORPO, SOFRIMENTO SOCIAL E MASCULINIDADE NA POLÍCIA MILITAR GOIANA

3.1 O sistema de saúde da PMGO

O Hospital da Polícia Militar (HPM) é parte da rede de programas de assistência social ao Policial Militar do Estado de Goiás oferecida pela Fundação Tiradentes (FT)⁴⁴. A FT é uma entidade sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, que atua na formulação, execução e avaliação de serviços, programas e políticas de assistência social aos policiais militares, pensionistas e seus dependentes. Em suas diversas unidades operacionais, são oferecidos serviços e programas de assistência nas áreas de saúde (médica, odontológica, psicológica e farmacêutica), habitação, educação e de assistência social, cultural e espiritual⁴⁵.

Apesar de sua autonomia administrativa e financeira e de sua instância decisória superior (Conselho Curador) ser composta por representantes da sociedade civil, dos oficiais, praças e da gerência de saúde⁴⁶, em última instância, conforme delibera seu Estatuto, é assegurado ao Subcomandante Geral da PMGO e ao Diretor Presidente da Fundação Tiradentes, que também compõem esse Conselho, lugar de maior peso decisório na entidade, à medida que lhes cabem a escolha e a nomeação dos demais integrantes dessa instância superior. Portanto, a Fundação Tiradentes está sujeita às deliberações e direcionamentos da instituição da polícia militar.

⁴⁴ A sede oficial da Fundação Tiradentes está localizada na Avenida Contorno, nº 2185, Setor Central, Goiânia-Goiás.

⁴⁵ Embora a Fundação Tiradentes tenha sido oficialmente fundada em 2003, as políticas de assistência social ao policial militar da PMGO foram instituídas em 1966 por meio da criação do Centro de Assistência Social da PMGO. Desde 1982, o suporte financeiro de suas atividades é assegurado principalmente pelos recursos arrecadados pelo Fundo de Assistência Social (FAS), através do recolhimento de 5% do pagamento de policiais militares ativos e inativos e pensionistas da PMGO, entre outros (*Site* da Fundação Tiradentes. Disponível em: <<http://www.fundacaotiradentes.org.br/instituicao.html>> Acesso em: 13 Jul, 2012).

⁴⁶ Conforme estabelecido em seu Estatuto (2006), o Conselho Curador é composto por sete integrantes: o Sub Comandante Geral da PMGO, o Diretor Presidente da Fundação Tiradentes, um representante da Gerência de Saúde da PMGO, um representante dos Oficiais da PMGO, um representante das praças da PMGO e dois representantes da comunidade externa.

O prédio do HPM está localizado num espaço físico comum, que acomoda o complexo de saúde da Fundação Tiradentes. Os atendimentos médicos especializados⁴⁷ e os serviços laboratoriais são auxiliados por uma equipe multiprofissional composta por profissionais (civis e militares) das áreas de biomedicina, enfermagem, farmácia, nutrição, psicologia e serviço social. Fazem parte do complexo de saúde: o HPM, o Centro Odontológico, o Laboratório de Análises Clínicas, o Laboratório de Próteses, o Centro de Reabilitação e Inserção Social (Cris) e o Centro de Saúde Integral do Policial Militar (CSIPM).

Figura 4 – Hospital da Polícia Militar (HPM) – vista frontal



Fonte: Site da Fundação Tiradentes.

Disponível em: <<http://www.fundacaotiradentes.org.br/hpm/informacoes-hpm.html>>. Acesso em: 27 de jun. 2012.

O atendimento psiquiátrico oferecido pelo HPM é exclusivamente *pericial*, o que significa que o *tratamento* em si não é oferecido pela instituição militar. O papel da área de psiquiatria do HPM restringe-se à elaboração de laudos médicos periciais sobre a condição psiquiátrica do paciente no momento da consulta. A avaliação da “condição” de saúde mental do paciente é feita em conjunto pelos profissionais das áreas psiquiátricas e psicológicas. Tanto os laudos psiquiátricos quanto as avaliações psicológicas auxiliam e fornecem aportes legítimos às decisões pragmáticas, em âmbito institucional, sobre questões como duração e necessidade de afastamento das atividades

⁴⁷ As especialidades médicas oferecidas no HPM, além da psiquiatria, são: cardiologia, endocrinologia, dermatologia, medicina do trabalho, infectologia, oftalmologia, ginecologia, ortopedia, radiologia, neurocirurgia, otorrinolaringologia, reumatologia, clínica geral, gastroenterologia, pediatria e urologia.

do paciente, realocação de função, proibição ou concessão de porte de arma, aposentadoria por invalidez etc.

Muitos são os caminhos que levam os policiais à área psiquiátrica da Junta Médica do HPM. Segundo os profissionais da saúde, a procura voluntária pelo serviço é rara. Na maioria dos casos, os sujeitos são encaminhados para avaliação psicológica pelo Comandante de sua unidade ou através das avaliações anuais realizadas no efetivo da PMGO pelo Centro de Saúde Integral do Policial Militar (CSIPM)⁴⁸.

Não foi possível, conforme apontado no capítulo 1 (p.43), obter dados estatísticos precisos sobre os encaminhamentos, mas, segundo a psicóloga-chefe do Departamento de Psicologia do HPM, em reportagem divulgada pelo jornal *on-line Route News*⁴⁹, de janeiro a novembro de 2009, o departamento atendeu cerca de dois mil policiais militares, 90% encaminhados por seus superiores ou por profissionais de saúde e 10% procurando o serviço por vontade própria.

Comumente, os comandantes de unidades encaminham o policial para o serviço de saúde mental do HPM em duas situações: quando o policial se envolveu numa *ocorrência* de risco, em que houve “troca de tiros” ou óbito de colegas policiais ou pessoas envolvidas na ocorrência e quando ele apresenta comportamento classificado como “incompatível” pelo comandante de sua Unidade.

“(...) o segundo tipo de encaminhamento da unidade é quando esse policial não se envolveu em nenhum tipo de ocorrência, mas está apresentando um comportamento diferente, incompatível, né? Seja, por exemplo, dependência química ou então começou a ficar muito agressivo, isolado, né? Então, esse tipo de encaminhamento é relativamente comum.”
(Tenente-Coronel – Quadro de Saúde/Psicologia)

Ao ser encaminhado para a área da Saúde Mental, o policial é submetido a uma avaliação psicológica através de uma entrevista de anamnese e/ou testes psicológicos. A avaliação psicológica decide ou não pela necessidade do encaminhamento para tratamento psiquiátrico. Ao contrário do serviço de psiquiatria, o departamento de

⁴⁸ O Centro de Saúde Integral do Policial Militar (CSIPM) foi instituído em 2008 com a finalidade de desenvolver e implementar uma política de saúde pautada na prevenção, controle e monitoramento anual do estado clínico, físico, psicológico, nutricional e social de todo o efetivo da PMGO. Os policiais são submetidos anualmente a uma série de exames médicos e laboratoriais, atendimento nutricional, odontológico e fonoaudiológico, além de entrevistas com assistente social e psicólogo. (*Site da Fundação Tiradentes. Disponível em: <<http://www.fundacaotiradentes.org.br/programas/assistencia-a-saude/csipm.html>>* Acesso em: 12 jul. 2012.).

⁴⁹ Disponível em: <<http://routenews.com.br/index/?p=701>>. Acesso em: 22 mai 2012.

psicologia do HPM oferece tratamento psicoterápico. Contudo, a sua adesão não é compulsória. O paciente tem o direito de realizá-la na instituição, fora dela ou não realizá-la. Neste último caso, o sujeito deve assinar um Termo de Responsabilidade no qual afirma estar ciente da orientação quanto à importância do tratamento, assumindo inteira responsabilidade pelas consequências de sua não-adesão.

Ao contrário dos consultórios psicológicos do HPM, o espaço em que são realizadas as consultas psiquiátricas não é individualizado - os médicos atendem os pacientes numa sala comum. Suas mesas são separadas somente por uma divisória baixa, que impossibilita qualquer privacidade durante as consultas. Normalmente, as consultas psiquiátricas são muito rápidas, sua duração não ultrapassando cinco minutos.

De qualquer maneira, independente do tratamento seguido, os policiais militares que “estão passando pela Junta” são submetidos periodicamente a avaliações de caráter pericial, que busca acompanhar e controlar sua situação clínica para deliberar acerca das providências institucionais de caráter pragmático a serem tomadas. Normalmente, esse acompanhamento é feito de três em três meses até a alta do paciente.

Uma vez inserido na Junta de Saúde, o sujeito se vê numa situação extraordinária dentro da instituição. Dependendo da situação clínica apontada pelo laudo pericial, ele pode perder o seu porte de arma, ser realocado para funções administrativas, afastar-se de suas funções por tempo determinado ou ser aposentado por invalidez. Além disso, enquanto estiver “passando pela Junta”, o policial não pode concorrer às vagas abertas para promoção de patentes.

Portanto, na prática, nos casos de adoecimento mental, cabe à Junta de Saúde do HPM, composta por profissionais das áreas de Psicologia e Psiquiatria, o poder de determinar: a “entrada” do sujeito na Junta, ou seja, a *necessidade* do tratamento, através da classificação em transtornos e doenças mentais dos sintomas apresentados pelo sujeito; do diagnóstico adequado à sua condição clínica; e, como consequência, das providências administrativas e institucionais julgadas adequadas a cada caso individual.

A fala seguinte de um dos entrevistados desenha bem o campo simbólico de forças atuantes no contexto institucional no qual estão inseridos os policiais militares que passam pela área de Saúde Mental da Junta de Saúde do HPM:

“Bom, às vezes o que acontece é o seguinte (...) desacordos ocorrem (...) a área de saúde mental que é mais subjetiva, né!? Não porque os instrumentos sejam subjetivos, mas a saúde mental é subjetiva. Muitas vezes acontece, por exemplo, do

psiquiatra assistente civil...ele quer dar, por exemplo, 120 dias de afastamento contínuo. Então, isso aqui na Junta, os psiquiatras que atuam na Juntas, que são civis também, mas contratados, eles não acatam. Porque a gente acredita que tanto tempo longe sem nenhum controle é prejudicial (...) às vezes, a gente fica sem saber se o policial está realmente seguindo aquele tratamento. Ou então acontece da gente não concordar com o diagnóstico que vem, principalmente quando já é um diagnóstico de CIDs de doença mental mesmo, como psicose e esquizofrenia, né? Então, a gente tá diante do policial e está percebendo que não é compatível com o quadro. Isso às vezes causa uma dificuldade, mas a Junta ainda é soberana, né!? Então, o encaminhamento final de quantos dias (...) esse policial vai ficar afastado é da Junta.” (Tenente-Coronel – Quadro de Saúde/Psicologia)

Nos trechos destacados, é possível perceber elementos significativos desse campo de forças: a) as contradições acerca da suposta “objetividade” dos saberes que informam os domínios *psi*; b) o reconhecimento de possíveis desacordos entre diagnósticos classificatórios oriundos de contextos sociais diferentes; como consequência disto, c) o caráter volátil, e, por isso, *socialmente informado*, das classificações e diagnósticos dos chamados transtornos ou doenças mentais; e d) a “soberania” dos sentidos atribuídos ao fenômeno do adoecimento mental pela instância médico-psiquiátrica atuante na instituição militar⁵⁰.

A forma de atuação da instância psiquiátrica da polícia militar, à semelhança da própria instituição militar, atua como um poder disciplinador das condutas de seus membros. Esses dois poderes, articulados entre si, complementam-se. Enquanto o poder psiquiátrico é essencialmente corretivo, ou suplementar, nas palavras de Foucault (2006), o poder disciplinador do campo militar tem caráter totalizador, atua pela apropriação exaustiva do corpo, do tempo, gestos e comportamentos do indivíduo.

Pela maneira como as coisas se dão, vê-se claramente que essas duas instâncias de poder, militar e psiquiátrico, concorrem tanto na *definição* quanto na *produção de*

⁵⁰ É interessante assinalar que, embora a psiquiatria seja socialmente reconhecida como especialidade médica, a definição dos fenômenos por ela estudados está longe de manter-se dentro do modelo “sinais-diagnóstico-tratamento”, que apoia a eficácia curativa da medicina científica de base biológica. Os sintomas remetem antes a um estado do que a uma doença no sentido somático. Daí a falta de homogeneidade e continuidade das classificações e diagnósticos psiquiátricos, em que imperam antes a empiria e a descrição do que a explicação ou o conceito. Segundo Birman (2000), a psiquiatria, de Pinel a Esquirol, encontrava causas morais para os distúrbios mentais, quando eram as causas físicas as procuradas. Disso resultou o afastamento decisivo da psiquiatria dos cânones do saber médico à medida que o tratamento moral era sua base terapêutica. Entretanto, os avanços atuais da psicofarmacologia e da neurociência acabaram por legitimar a psiquiatria no campo da ciência à medida que conferiram tratamentos “eficientes” a partir de explicações orgânicas às enfermidades psíquicas. (ROUDINESCO, 2000; BRAUNSTEIN, 1980; BIRMAN, 2000).

sentido atribuído aos comportamentos e atitudes dos sujeitos classificados como desviantes⁵¹. Os sentidos construídos no encontro entre essas duas instâncias, ao tempo em que exercem influência nos discursos, comportamentos e sentimentos do sujeito frente às suas experiências subjetivas, também atuam na *produção da realidade* mesma do fenômeno.

3.2 *Ethos* policial-militar, adoecimento mental e sofrimento social

Conforme visto, a socialização secundária a que são submetidos os indivíduos que ingressam nas academias formativas da Polícia Militar visa à incorporação de um *habitus* próprio às instituições militares⁵². O *habitus* compreende tanto um *ethos*, i.e., um sistema de valores em estado prático, quanto uma *hexis* corporal, posturas e atitudes (disposições) adquiridas pelo indivíduo.

Como visto, a incorporação do *habitus* militar está diretamente associada à internalização dos princípios totalizadores da *hierarquia* e da *disciplina*, que, juntos, norteiam tanto as ideologias e práticas quanto as posturas e disposições propriamente *corporais* dos indivíduos que dele partilham. Enquanto a hierarquia segmenta, organiza e situa os indivíduos, as relações e as condutas através do sistema piramidal de patentes, a disciplina regula a forma e a intensidade dessas relações, assegurando a obediência à hierarquia e a transformação dos corpos para as funções policiais⁵³.

⁵¹ Braunstein (1980), em sua crítica às classificações psiquiátricas, sublinha que a psiquiatria classifica seus sujeitos em função do desvio em relação ao que é considerado normal, em relação ao que a sociedade espera deles. O diagnóstico psiquiátrico, ao contrário do diagnóstico de uma lesão ou doença física feito pela medicina de base biológica, não atua sobre um objeto que já está ali, palpável. Os objetos da psiquiatria são criações do próprio campo da psiquiatria e as suas classificações atuam sempre a partir de uma demanda que lhe é exterior, seja ela do futuro sujeito classificado ou do conjunto social. As classificações são produtos históricos, temporais, submetidos a pressões que emanam de outros processos históricos.

⁵² O conceito de *habitus* de Bourdieu (1998) é definido como um sistema de disposições duráveis, inconscientes, que, “enquanto estruturas estruturadas e estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes”. (BOURDIEU, 1998, p. 32).

⁵³ Embora se refira a um sistema de disposições duráveis, estruturantes da maneira de pensar e agir dos indivíduos, o caráter eminentemente mediador e unificador de práticas sociais da noção de *habitus* permite teorizar o “lugar” dos agentes sociais ou sujeitos históricos, possibilitando a mediação teórica entre indivíduo e sociedade ou entre estruturas e sujeitos históricos. Além disso, conforme assinala Csorda (2008), esse caráter mediador e gerador de práticas do conceito de *habitus* abre frestas a respostas criativas aos constrangimentos sociais, oferecendo uma análise da prática social em termos de necessidade transformadora.

À semelhança do conceito de *habitus*, as noções de *experiência de adoecimento* e *sofrimento social* propostas por Kleinman (1995) e Das *et. al.* (1997) buscam articular os domínios individuais, intersubjetivos e socioculturais envolvidos nos processos de adoecimento mental. O sofrimento enquanto categoria da experiência, para esses autores, pertence tanto ao domínio psicofisiológico quanto ao domínio moral, sociocultural e político, sendo que processos psicossomáticos são transmissores e receptores de códigos culturais. O sofrimento visto como *sofrimento social* é, portanto, uma categoria ativa da experiência humana. Para Kleinman (*idem*), a experiência pode ser teoricamente pensada como

o meio intersubjetivo de transações sociais em mundos morais locais. É o resultado da interação de categorias culturais e interações sociais com processos psicofisiológicos tais que um mundo mediador é constituído. Experiência é o fluxo vivenciado desse meio intersubjetivo. Nos termos de Pierre Bourdieu (1989), é a matriz social da qual o *habitus* é estruturado e na qual estados mentais/corporais são compartilhados em estrutura, relações sociais. Ainda, em termos práticos, esse mundo mediador é definido pelo que está vitalmente em jogo para grupos e indivíduos. Enquanto preservação da vida, aspiração, prestígio e desejo, podem ser estruturas compartilhadas de relevância para *condições humanas* ao longo das sociedades e o que está em jogo em situações cotidianas difere (muitas vezes dramaticamente) devido à elaboração cultural, idiosincrasia pessoal, particularidades históricas e especificidades da situação. O que está em jogo em cenários de vida é usualmente disputado e indeterminado” (KLEINMAN, 1995, p.97. Tradução nossa, grifos do autor.)⁵⁴

Dessa maneira, a ideia de experiência está intrinsecamente ligada à maneira como sujeitos socioculturalmente localizados compreendem e se engajam ativamente nas situações com as quais se deparam ao longo de sua vida. O corpo, para essa perspectiva, surge como a própria condição da experiência. É lócus no qual as várias dimensões da vida são inscritas e tornadas apreensíveis aos outros: as experiências passadas, os projetos e esforços concretos para o futuro, as construções identitárias. A subjetividade como consciência se apresenta, dessa maneira, sempre corporificada.

O caráter peculiar do sistema hierárquico pelo qual a ordem militar se sustenta, o caráter das relações de poder e de sentido travadas em seu contexto e os corpos

⁵⁴ No original: “the intersubjective medium of social transactions in local moral worlds. It is the outcomes of cultural categories and social interacting with psychophysiological processes such that mediating world is constituted. Experience is the felt flow of that intersubjective medium. In Pierre Bourdieu’s (1989) terms it is the social matrix out of which habitus is structured and where shared mental/bodily state in turn structure social interactions. Yet, in practical terms, that mediating world is defined by what is vitally at stake for groups and individuals. While preservation of life, aspiration, prestige, and the like may be shared structured of relevance for *human conditions* across societies, that which is at stake in daily situations differs (often dramatically) owing to cultural elaboration, personal idiosyncrasy, historical particularities and the specifics of the situation. That is at stake in life settings, then, is usually contested e indeterminate” (KLEINMAN, 1995, p.97).

disciplinados que produz implicam determinadas construções discursivas que dão sentido à enfermidade. Os indivíduos constroem seus discursos sobre o adoecimento *a partir* ou *através* das relações que estabelecem com os outros e da forma como estes interpretam e se posicionam perante a situação de ruptura que necessariamente acompanha os episódios de doença.

Nesse sentido, pergunta-se: como pensar os significados atribuídos ao adoecimento mental em corpos construídos no/pelo sistema hierárquico-militar para o desempenho da função policial, vez que esses corpos constituem terreno de identidade e masculinidade? Como pensar a liminaridade das situações de doença nesses contextos? Ou ainda: o adoecimento mental desses sujeitos pode ser visto como uma forma de resistência ou de posicionamento às imposições do contexto militar e da função policial? Ou, do contrário, de que maneira os valores e preceitos militares se impõem à maneira como os signos do adoecimento são vivenciados pelo sujeito?

Conforme sugerido no capítulo anterior, com as devidas ressalvas, é possível afirmar que as narrativas dos cabos e soldados seguem um “modelo” semelhante, o que aponta para o caráter eminentemente *social* dos fenômenos de adoecimento. Em linhas gerais, as narrativas não se aprofundam discursivamente nas sensações emocionais, subjetivas, implicadas em sua “entrada na Junta”; os sujeitos não estão familiarizados com os diagnósticos psiquiátricos sobre suas “doenças”; os relatos sobre o adoecimento são indissociáveis de sua condição de militar e das especificidades das funções policiais que desempenham; mencionam, mas jamais entram, nos pormenores de algumas situações vivenciadas durante o exercício da função policial.

Esse modelo semelhante e o contexto em que as narrativas foram construídas colocam em pauta a ligação intrínseca que se estabelece entre os sentidos e as causas atribuídas pelos cabos e soldados aos processos que os levaram à Junta de Saúde com o contexto institucional da PM e suas atribuições profissionais; com a maneira pela qual os traços visíveis de seu comportamento são classificados e tratados pela instituição de saúde militar; e com as consequências pragmáticas ruptivas implicadas em sua entrada na Junta. Tanto a estrutura ideológica do campo militar, que informa sua identidade social e seu posicionamento social institucional e amplo, quanto a maneira compulsória com que passam a ser situados como “adoecidos” pela instância militar de saúde estão imbricados na maneira como eles significam esse processo.

Sem perder de vista o contexto no qual as narrativas foram construídas, o fato de não se aprofundarem nas sensações subjetivas implicadas em suas perturbações físico-

morais (ou doença mental, como classificada pela instância *psi*) e de sempre relacioná-las à sua condição militar e ao exercício cotidiano de suas atribuições executoras sugere a existência de um terreno comum de experiência que implica uma construção social do corpo em que certo estilo de masculinidade é valorizado e tido como apropriado ao trabalho policial de rua. Além disso, como colocado no capítulo anterior, a recusa em falar sobre aspectos subjetivos relaciona-se também com a distribuição hierárquica da fala nesse contexto.

Por outro lado, o fato de também não se aprofundarem em algumas situações vivenciadas nos trabalhos de “rua”, no confronto com o mundo civil, sugere a existência de uma *ética* institucional que valoriza a discricção e o fechamento institucional. Essa “ética do segredo”, conforme sugere Santos (2001), a despeito de suas razões pragmáticas, evidencia o encontro ambíguo entre o mundo fechado da polícia militar e o mundo dos civis, apontando não somente para dois espaços simbólicos, a caserna e a rua, ou a região da frente e a região de trás, que se sobrepõem não sem conflitos nas práticas cotidianas dos policiais militares, mas também para um acentuado desequilíbrio de poder entre a instituição da PM e os grupos civis.

É preciso atentar para o significado que o não-dito ocupa nesse contexto. Orlandi (2005 *apud* SILVA, O.S.F., 2008, p.48) sublinha uma nova prática de leitura em Análise do Discurso que

[...] consiste em considerar o que é dito em um discurso e o que é dito em outro, o que é dito de um modo e o que é dito de outro modo, procurando escutar o não-dito naquilo que é dito, como uma presença de uma ausência necessária [...] porque [...] só uma parte do dizível é acessível ao sujeito, pois mesmo o que ele não diz (e que muitas vezes ele desconhece) significa em suas palavras.

O não-dito não é palavra, mas faz parte do discurso. Uma vez que é impossível ao discurso abranger uma enunciação completa, o não-dito constitui e funda o discurso. O não-dito perpassa, ultrapassa, é subsidiário ao dito, e, desse modo, acrescenta-se a ele e o complementa. (SILVA, O.S.F., 2008).

3.3 O corpo fardado

Em suas narrativas, a dimensão biológica do corpo serve como metáfora representativa do caráter totalizador da instituição militar: “*não sei explicar isso não, isto (a polícia militar) está impregnado no sangue da gente*”. A dimensão interior do corpo biológico (sangue) é evocada metaforicamente como lócus no qual a instituição

da PM e as funções a que se presta aparecem inscritas no indivíduo de modo perene e total. Em suma, nessa metáfora, a *persona* militar aparece interiorizada, representando um papel vital e assimilada a todas as dimensões da vida.

“(Durante o curso de formação) ralava o dia inteiro. Trabalhava em tudo quanto é festa de pecuária. É divertido, pra quem gosta. Por isto que eu falo: polícia não é dinheiro. É pra quem tem ela no sangue. Se tiver a polícia no sangue compensa. Agora, se não tiver, não adianta entrar não. Tem muitos que pensam assim: eu vou entrar, porque vai facilitar para eu fazer uma faculdade. A maioria desses meninos que entra hoje é pra isso. Só para formar.” (Soldado, 22 anos de PM)

“Deu trinta ano (sic), eu vou comprar uma chacrinha e vou embora. De boa, sossegado. Sangue de polícia, nunca vai sair. Tá na veia, mesmo. Mas sou uma pessoa comum, normal.” (Soldado, 28 anos de PM)

“Eu sou uma pessoa que muitas vezes tenho vontade de sair com minha esposa pra ter uma vida social normal – sentar num bar, ir numa seresta, ir no cinema. Mas às vezes eu fico preocupado, porque eu tenho que sair armado. Se eu deparar com uma situação, eu sou policial, eu vou envolver a minha família em alguma coisa. Porque a gente que tem no sangue, você não aguenta sem intervir!” (Cabo, 23 anos de PM)

“Porque por mais que seja um policial ruim, corrupto, tranqueira, na hora de uma situação dessa, ele vai lembrar que ele é policial. Independente da índole dele. Ele vai agir como um policial. Ele vai saber agir como um policial. Não sei explicar isto não. Isto vai impregnando no sangue da gente.” (Cabo, 23 anos de PM)

Essa metáfora pode ainda ser estendida para as razões que muitas vezes levam esses sujeitos a ingressar na carreira de policial militar. Embora as alegações mais comuns para o ingresso na PM sejam pela “falta de opção” ou pela “estabilidade da profissão”, muitos alegam que a Polícia Militar é herança de família, está no “sangue da família” ou que a têm como “vocação”.

“Tenho um irmão que é sargento também, que está se aposentando. Então, a família tem bombeiro, tem policial e gente... que gosta. É tradição.” (Cabo, 18 anos de PM)

“Meu pai já falecido era policial que nem eu. Meu irmão mais velho dos filhos também. A polícia tá no sangue da família, é assim.” (Soldado, 23 anos de PM)

“O meu filho mais velho lá passou lá na Guarda de Aparecida, ligou pra mim e eu não sei se eu fico alegre (...) Mas que testar para polícia, que ser policial de qualquer jeito, igual o pai.” (Cabo, 23 anos de PM)

“Meus tios, meu pai, meus irmãos. Nós é quatorze irmão, nove é polícia. Tudo PM. Só meu pai que era civil. Nós... mas minha mãe não queria que a gente entrasse na polícia, não. Quem fez entrar nessa, mais forçado, foi meu tio.” (Soldado, 28 anos de PM)

Ao passo que a *persona* militar aparece metaforicamente inscrita na dimensão interior do corpo (sangue), a farda enquanto traço visível é o signo exterior principal desse campo social, capaz de representar os princípios norteadores dessa ordem. Ao tempo em que funciona como símbolo demarcador de identidade e diferença nas relações intrainstitucionais e na relação com os civis, também funciona como extensão metonímica dos corpos disciplinados. “A *competência* (de um policial militar) *se vê através da farda*”, assinala um dos interlocutores de Santos (2001). A farda torna visíveis os princípios fundamentais da ordem militar: o princípio organizador da *hierarquia*, pelas insígnias e medalhas, demarcadoras dos postos, graduações e méritos do policial, e pelas cores e modelos diferenciados, demarcadores das funções (de rua, administrativas, de saúde, etc.); e da *disciplina*, pela padronização e regulamentação dos modelos das fardas e das ocasiões (tempo e espaço) apropriadas ao uso de cada uma e pela forma adequada de sua apresentação e asseio.

No relato dos momentos críticos de seu processo adoecimento, alguns entrevistados enfatizaram esse caráter metonímico que a farda possui na sua vivência. Do mesmo modo que funciona como uma extensão de seus corpos militares, da *persona* social formada pela instituição, funciona como extensão da própria instituição e do que ela passa a representar para eles nos momentos ruptivos que acompanham os adoecimentos e nas explicações sobre os processos que os levaram à Junta de Saúde. O principal interlocutor desta pesquisa, o Cabo Marcos⁵⁵, construiu uma metáfora bastante reveladora sobre o que a farda representava para ele no momento mais crítico de seu

⁵⁵ Nome fictício.

adoecimento, anterior ao início de seu tratamento com um psiquiatra civil e a sua entrada na Junta.

Após o gravador ser desligado, uma conversa trivial sobre o calor daquele dia o remeteu novamente ao assunto “polícia militar”. Ele dizia que a farda em si era “muito quente” e que trabalhar sob o sol forte com ela era muito “estressante”, não só pelo seu tecido espesso, feito com fibras de poliéster, que garante maior resistência as adversidades, mas também por serem obrigados a utilizar uma camiseta por baixo dela. Além disso, há também a chamada “cobertura”, que cobre a cabeça, mais os coturnos. Prosseguiu fazendo gestos no próprio corpo, dizendo que a farda apertava a cabeça, o pescoço, a cintura, os tornozelos e os pés, numa alusão metafórica ao aprisionamento *total* que a instituição imprimia aos sujeitos através do controle dos corpos. Mais tarde, nesse mesmo dia, enquanto ajudava sua mulher Paula⁵⁶ a lavar a louça do jantar, ela me disse que, no momento mais “pesado” e “estressante” de seu marido, ele “não conseguia nem vestir a farda”, que era um “sofrimento” ter de colocá-la. Segundo ela, bastava a imagem de uma viatura de polícia para que o marido ficasse “estressado” e “nervoso”. As definições nativas sobre as categorias “estresse” e “nervoso” são salutares para o entendimento dos significados que imprimem aos adoecimentos e serão discutidas ainda neste capítulo, numa seção específica (p.107). Por ora, é preciso salientar que o mal-estar que a farda causa estende-se, sobretudo, aos aspectos militares da instituição representados de modo paradigmático por ela.

Outro entrevistado faz uma alusão semelhante ao “peso” da farda durante os trabalhos de rua.

E o maior causador do estresse para mim, num ponto de vista, se você for observar, é o tempo. Por isto que nós gosta de trabalhar à noite. Porque quando você trabalha de dia, que nem igual... essa farda, ela parece um forno. Igual... você já passou uma roupa bem quente e vestiu ela? Ainda usa essa aqui por baixo. Esquento também. Então, o que acontece? O pouquinho que você fica no sol, você já está... já sua. É muito quente. Então, o que acontece? Você fica com aquilo quente, a roupa quente o dia todo, vai te causando aquele, vamos supor... mal-estar, né? (Soldado, 23 anos de PM)

⁵⁶ Nome fictício.

Se nos remetermos à fala do interlocutor de T.C da Silva (1998), “soldado é (tem que ser) superior ao tempo,”⁵⁷ é possível notar a contradição que carrega o trecho transcrito e como ela afeta os sujeitos cujos corpos são disciplinados para suportar qualquer adversidade. O significado do “tempo” nessa metáfora remete à ideia de que o soldado tem de aprender a controlar as dores físicas, o cansaço, o desconforto e seguir executando as ordens, de dia ou de noite, sob o sol ou a chuva. Se, para o entrevistado, o maior causador do estresse é o “tempo”, e do soldado exige-se que seja “superior” a ele e que as ordens sejam cumpridas independentemente das vontades individuais, sucumbir a esse mal-estar é como mostrar-se aquém do ideal de *pessoa* nesse contexto.

As classificações de *pessoa* no espaço interno da instituição militar atuam também de modo informal a partir de outras classificações, que, embora possuam caráter mais volátil, individualizam os sujeitos e influenciam suas relações sociais⁵⁸. Conforme me informou um dos entrevistados, “QBU” e “13” são as denominações de “doido” dentro da PM. QBU remete ao código utilizado pelos profissionais do SAMU

⁵⁷ Em seu artigo “‘Soldado é superior ao tempo’: da ordem militar à experiência do corpo como locus de resistência” (1998), T.C Silva analisa as representações do corpo construídas por um grupo de PM’s que trabalharam no Desastre Radiológico de Goiânia, ocorrido em 1987, e que dez anos depois passam a reivindicar como causa de seus distúrbios físicos e psicológicos o contato que tiveram com a radiação à época do Desastre. A frase “soldado é superior ao tempo” remete à fala de um dos entrevistados sobre o caráter da relação estabelecida entre oficiais e praças e levanta elementos importantes sobre os corpos militares disciplinados. Eis o depoimento: “*Na polícia existe este preconceito dos oficiais frente aos praças. Tudo é diferente. Se a gente chegar lá e falar assim: oh! Eu estou passando mal, não tem jeito de ir trabalhar hoje. Eles não estão nem aí. Se for o oficial que estiver passando mal, ele só fala: eu tenho que sair. E ele sai. Se eles [os oficiais] mandam a gente realizar um serviço e a gente não tem como realizar do jeito que eles queriam, eles não querem nem saber. Igual lá no Depósito de Rejeitos Radioativos, a agente andava de baixo de chuva de lá pra cá. E lá fazia frio porque é alto. Eles falavam: não, você tem que fazer, soldado é superior ao tempo. E sempre teve isso dentro da polícia: Soldado é superior ao tempo, segundo os oficiais. Eles estão pouco se lixando pra nós. Nós somos apenas uma máquina, ou um animal que eles soltam no pasto. Ali a gente pega chuva, sol, desde que não saia do pasto. Assim, se fica no pasto tudo bem. A mesma coisa é o soldado (...)*” (SILVA, T.C. da, 1998, p.126-127)

⁵⁸ A. J. Silva (2002), em sua dissertação sobre a socialização da Polícia Militar de Goiás, para a qual foram realizadas observações de campo junto a praças e soldados da PM/GO, sugere que, dentro de um mesmo nível hierárquico, há uma variação de comportamento em relação à instituição e à atuação profissional que resulta numa classificação de tipos. Embora possua caráter informal e volátil, essa classificação atua individualizando os sujeitos e influenciando suas relações sociais. O autor distingue quatro tipos: o *caxias*, o *moita*, o *rambo* e o *praça velho*. Em linhas gerais, é chamado *caxias*, como o próprio termo sugere, aquele policial que, pelo bom comportamento e ficha limpa, desfruta de maior simpatia junto aos superiores e desconfiança por parte dos colegas, que temem ser delatados por ele por qualquer infração cometida. O *moita* é caracterizado por sua regularidade e discrição. Geralmente não se destaca, passa despercebido por seus superiores. O *rambo*, ao contrário do *moita*, busca mostrar serviço, aparecer. São aqueles policiais que revelam um desejo intenso de combater o crime e os criminosos. Segundo o autor (op.cit.), esse grupo, ao tempo em que contribui para as estatísticas de combate ao crime, engrossa os casos de violência policial e de abuso de autoridade. Finalmente, o último grupo é o *praça velho*, formado por aqueles que atingem um alto grau de conhecimento prático tanto no trabalho com a comunidade quanto no trato com seus superiores. O termo alude à quantidade de tempo de serviço e a esperteza para safar-se de situações desfavoráveis, utilizando-se do *jeitinho brasileiro*, que é incorporado às suas práticas cotidianas.

quando vão atender chamados envolvendo “doente metal” e 13 é classicamente o número do azar, do mau agouro.

Como marcadora de identidade e diferença, a farda os diferencia do mundo dos civis de modo amplo. O desconhecimento dos civis da organização hierárquica da PM, i.e. dos níveis, postos e graduações, e dos símbolos de diferenciação, insígnias e medalhas ostentados pelas fardas, atribui aos PM’s uma identidade social comum, partilhada por todos (MUNIZ, 1999). De modo geral, tudo se passa como se, para os civis, os indivíduos fardados fossem indiferenciadamente pertencentes ao grupo dos PM’s. De fato, em sua relação com seus Outros civis, os PM’s sempre se comportam como um grupo coeso, a despeito das tensões, conflitos e desigualdades internas.

O trabalho cotidiano dos PM’s da linha de frente se realiza justamente na diferença situacional estabelecida entre o corpo-fardado dos policiais e os corpos (no plural) dos Outros civis, alvos de sua atuação. Os traços classificatórios desses corpos postos em relação identificam os “personagens” dos “enredos” dramatizados na rua: os traços visíveis corporificados apontam o “herói”, “o bandido” e a “vítima”. A vigilância e a desconfiança características dos policiais têm como alvo os traços visíveis desses corpos civis e na reação que a farda neles suscita. Como assinala Oliveira (2010), a partir de sua experiência de rua (ou o “saber das ruas”), adquirida no “trabalho de campo”, os policiais classificam os corpos com referência às representações sociais disponíveis. Segundo eles, o bandido possui uma maneira específica de andar, de falar, de se vestir e traz o olhar marcado pela desconfiança. O corpo do trabalhador, por outro lado, apresenta um aspecto mais ordeiro na maneira de falar, de andar, nos gestos realizados, nas roupas usadas, na mão calejada. Além dos trajes e dos modos de agir, os entrevistados assinalam que a própria reação da pessoa à polícia a torna “suspeita” e alvo de uma abordagem:

“Ou ele está muito tranquilo ou ele treme.” (Soldado, 22 anos de PM)

“O traje. Está um sol de rachar, o cara com um blusão. É motoqueiro ou não? Mesmo se for, está suspeito. Ele está com um embrulho na mão, ele está com um carro. Olha para o carro, a placa está velha, tá arranhada, o carro está batido; pode ser furtado, o cara correu. Você arrisca: “ah, esse aqui”. Às vezes, o cara reclama porque foi abordado. Você puxa, o cara tem três, quatro passagens. Está de prisão preventiva. Você vai tirando das ruas.”(Cabo, 21 anos de PM)

“O ladrão, costume dizer que ele tem uma marca registrada: o cinismo. Ele é cínico. Quando ele vê polícia [“risadinha”], ele é cínico. O ladrão acostumado com policial ele não treme. Ele debocha, ele ri, você vê o sorriso do cara. Olha os trajés. Aí, você dá a volta no quarteirão, ele pensa que você foi embora. Quando ele descuida, você chega de uma vez e pega.”(Soldado, 23 anos de PM)

“Você desconfia. Desconfia. Quando a pessoa te vê, ele modifica o hábito. Pode ir direto nele.” (Soldado, 28 anos de PM)

“Por exemplo. Eu estou aqui sentado, conversando, se vem uma viatura eu começo a arrumar a roupa. É sinal de que eu estou armado. É lógico que eu vou... vai, o primeiro a ser abordado. Entendeu? Ou então, eu estou vendo uma viatura ali, eu viro pra cá.” (Soldado, 28 anos de PM)

Nessa relação, enquanto representantes da instituição, a visibilidade conferida pelo uso da farda institui no indivíduo que a ostenta um controle corporal autoimposto que o impele a fazer valer seu papel como representante da instituição, “dar o exemplo”, em detrimento de qualquer desejo, aspiração ou desconforto individual. Como sugere o interlocutor de T.C. da Silva (1998), “soldado é superior ao tempo”, ao cansaço, à fome etc.

“Então, você vê que o cara tá na farda, fica mais visível, né? Você vê o defeito do cara uniformizado. Numa multidão, você vê o povo lá... agora você vê um cara fardado lá, desse jeito escorado... “ah é um preguiçoso”. Você está sem farda, você iria ver o cara escorado ou fumando? Porque às vezes eu estou ali fumando, e não é proibido fumar no serviço. E eu fico assim, fumo o cigarro, olhando, disfarço. Olhando ali. Fica com vergonha! Depois você dá uma viradinha. Dá uma disfarçadinha, que menino é curioso, fica vendo. Não que é proibido. Mas você mesmo se discriminando. Tô fardado, o que eu estou fazendo? Tá sentado, às vezes está cansado. Quando você vai à sala, todo mundo olha em você primeiro, não quer saber se você passou o dia inteiro trabalhando e está cansado, tá passando mal... você tem que levantar e dar o lugar. Dá o exemplo. Você acostuma com estas coisas. O resto, tava em pé. “Você não está cansado, não, filho?” (...).”Não. Eu estou cansado de ficar sentado”. (...) Mas, isso é normal, foi só para dar um exemplo.”(Cabo 23 anos de PM)

Do mesmo modo que a organização em *círculos hierárquicos* e a classificação desigual dos *postos e graduações* na PM, i.e., das pessoas, delimitam a ocupação dos espaços, as marcações de tempo e as normas de comportamento e deferência nas relações, a classificação social do corpo dos civis utilizada pelos policiais nos trabalhos de rua diferencia e hierarquiza as *pessoas*, a forma de tratamento a elas dirigida, os espaços ocupados por umas e por outras e o horário (tempo) dessa ocupação.

“Mas, parece que conheço o jeito da pessoa. Isso, com o tempo, você vai (aprendendo)... E é difícil andar em Goiânia, principalmente à noite. A gente já sabe onde os mala fica. Então, você chega e aborda.” (Cabo, 21 anos de PM)

A própria demarcação identitária instaurada pela dicotomia fundamental entre militares (o grupo do “nós”) e civis (‘paisanos’), esse grande Outro genérico, que coloca os segundos num patamar inferior, já aponta para o caráter desigual instituído pelo princípio (extensivo e generalizador) da hierarquia. As classificações dos corpos-civis utilizadas pelos PM’s “na rua” atribuem valores diferenciados a cada indivíduo e ensejam formas diferenciadas de tratamento a cada categoria de *pessoa*. Enquanto os corpos dos “bandidos”, associados a certa classe social, são passíveis de maus-tratos, de violência física, verbal e simbólica, as autoridades civis (governadores, políticos, magistrados, etc.) são tratadas com deferência e respeito.

Conforme sugerido no capítulo 2 (p.77-80), a violência policial no Brasil pode ser parcialmente atribuída à doutrina militar que informa a instituição policial e sua atuação e ao caráter marcadamente autoritário e hierarquizado da *ordem* a ser mantida, cujas relações sociais são historicamente marcadas e permeadas pela violência física e simbólica. Como assinala Tavares (2010), as práticas violentas não atingem todos da mesma maneira, estão inseridas numa rede de dominação e exclusão que, para além dos determinantes econômicos e políticos, perpassa várias dimensões da vida social – de classe, gênero, etnia, etc. – e alcançam a própria instituição policial. Embora qualitativamente distintas, as diferentes formas de violência, como um ato de excesso, estão presentes de modo acentuado no exercício de cada relação social (de poder) travada cotidianamente pelos cabos e soldados da PM. De um lado, no exercício das relações de poder com a população civil, no cotidiano dos trabalhos na “rua”, e de outro,

nas relações institucionais estruturalmente hierarquizadas travadas com seus superiores no espaço da “caserna”.

Em nível intrainstitucional, a ideologia militar que informa o trabalho policial no Brasil, à semelhança da ordem social que a sustenta, torna autoritária e violenta a desigualdade já formalmente contida na estrutura hierarquizada própria às instituições militares. Essa desigualdade estrutural entre os indivíduos e o caráter autoritário e arbitrário (violento) de sua relação com seus superiores oficiais aparecem como fatores-chave nas narrativas dos cabos e soldados de seus processos de adoecimento mental. Isso porque alcançam dimensões subjetivas fundamentais desses sujeitos, interferindo de modo decisivo, embora qualitativamente distinto, nas relações com seus (outros) pares: com seus colegas policiais, com os civis (tanto no exercício policial quanto no convívio extraprofissional), com sua família, amigos, vizinhos etc.

Essa desigualdade estrutural entre os indivíduos inseridos na instituição militar deve ser encarada, antes de tudo, como uma relação desigual entre homens, dado o contexto marcadamente masculinizado em que é dramatizada. Autores que estudam masculinidades contemporâneas (KIMMEL, 1998; GREIG, 2001; COCCHETTO, 2004; ALMEIDA, 1995 e OLIVEIRA, 2010) e sua vinculação com a violência concordam ao menos em dois pontos fundamentais: a) que a identidade masculina hegemônica está em crise, e que, b) para compreender a vinculação entre masculinidade e violência, é necessário atentar para o caráter socialmente construído da masculinidade – tal como os estudos feministas fizeram a respeito da construção do feminino – e ao contexto concreto no qual ela se localiza.

Embora os estudos que tratam da vinculação entre masculinidade e violência tenham como preocupação central a violência nas relações entre homens e mulheres, suas reflexões sugerem que a análise estrutural da conexão entre homem e violência em termos de relações patriarcais de poder vem sendo complementada pela reflexão acerca da ligação entre o aprendizado de comportamentos violentos e os processos de construção e afirmação de masculinidades, em que as relações hierárquicas de poder e dominação entre os próprios homens possuem também importância central.

Conforme sugere Kimmel (1998) e Greig (2001), a masculinidade deve ser pensada no plural, em termos de masculinidades hegemônicas e subalternas, o que pressupõe o reconhecimento da heterogeneidade do grupo de pessoas referidas como “homens” e a existência de uma hierarquia não só entre homens e mulheres, mas também entre os próprios homens.

Na instituição da Polícia Militar, de modo diverso de outros contextos, a desigualdade entre os homens é formalizada e estruturada pelo princípio da *hierarquia*, e o caráter dessa relação, pelo princípio da *disciplina*. Nesse contexto, a farda ou o corpo-fardado, enquanto traço visível de classificação, torna explícita, em nível institucional, essa desigualdade formal. Enquanto a farda dos praças leva as insígnias, símbolos demarcadores de diferença, nos braços esquerdo ou direito, aludindo às funções executoras, “braçais”, as insígnias dos oficiais são posicionadas nos ombros, denotando autoridade e funcionando como símbolo representativo de uma masculinidade superior. Se a competência de um policial militar se vê através da farda, “*a maior competência estava nos ombros*”, reiterou o interlocutor de Santos (2010).

Abaixo seguem as insígnias distintivas das classes, postos e graduações e uma foto retirada do sítio eletrônico da PMGO que representa bem essa desigualdade formal (corporalmente perceptível) entre os homens. É possível notar uma série de aspectos: a construção dos corpos (peitos estufados, ombros retos, homogeneidade/similaridades nas posturas) dos praças e o contraste em relação ao corpo do oficial (Capitão), posicionado à frente da tropa, numa postura mais imponente:




Figura 5 – Os corpos-fardados de praças e oficiais da PMGO








Fonte: Portal da PMGO






Disponível em: <https://picasaweb.google.com/116246809752203415812/FormaturaEPMVNivelPra_cas?authuser=0&authkey=Gv1sRgCNI_2m6iI5LDSGg&feat=embedwebsite#5727634755200297042>. Acesso em: 20 ago 2012.

Figura 6 – Insígnias distintivas de Classes, Postos e Graduações

Oficiais Superiores		
		
Coronel PM	Tenente-coronel PM	Major PM

Oficial Intermediário	Oficiais Subalternos	
		
Capitão PM	Primeiro-tenente PM	Segundo-tenente PM

Praça Especial	Praça
	
Aspirante PM	Subtenente PM

Praças graduados da Polícia Militar				
				
1° Sargento PM	2° Sargento PM	3° Sargento PM	Cabo PM	Soldado PM

Fonte: Wikipédia

Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Pol%C3%ADcia_Militar_do_Estado_de_Goi%C3%A1s>. Acesso em: 05 de jun. 2012.

Do mesmo modo que as insígnias, as medalhas funcionam como signos diferenciadores dos sujeitos portadores de uma mesma patente e remetem à superioridade do “valor” de uns sobre os outros, seja por bravura ou pela formação intelectual. As medalhas que representam os méritos do sujeito, conforme discutido no capítulo 2 (p.62-64), atuantes especialmente em ocasião das promoções, são capazes de promovê-los a um patamar hierárquico superior aos colegas de mesma patente. A estrutura hierárquica das polícias militares brasileiras (pela dupla forma de ingresso, como soldado ou como oficial) e a maneira como o sistema de méritos atua por ocasião das promoções transplantam para o mundo militar não só a estratificação socioeconômica da sociedade brasileira, mas também reafirmam os valores hegemônicos de masculinidade, reiterando de modo decisivo a desigualdade (formal) dos homens inseridos nesse contexto. Ademais, essa forma de controle garante a reprodução dos princípios seculares da hierarquia e da disciplina e, com isso, a própria reprodução da instituição.

3.4 Uma relação entre homens: oficiais e praças

Ainda que de modo contraditório e fragmentário, a relação de dominação e violência simbólica (entre homens) que os superiores oficiais e o grupo de sargentos e subtenentes estabelecem com os cabos e soldados no uso dos poderes conferidos pelos princípios da hierarquia e da disciplina surge como ponto nodal em suas narrativas de adoecimento. Isso porque capaz de articular as dimensões subjetivas e intersubjetivas da vida desses sujeitos (tanto no trabalho quanto fora dele) envolvidas nos processos de adoecimento, sem perder de vista os contextos objetivos (micro e macropolíticos) atuantes na instituição militar e no trabalho policial.

É nessa relação de dominação entre homens que outros aspectos críticos do “ofício policial” e da própria condição de trabalho oferecida pela instituição se encontram. É, sobretudo, através dela que a instituição garante a prestação do serviço a que se destina (a manutenção da ordem) e o controle sobre as tropas, a despeito dos problemas operacionais e das condições de trabalho oferecidas. Ao descontentamento manifestado na falta de diálogo entre comandante e comandado, superior e subordinado, soma-se a falta de capacidade técnica (equipamentos, viaturas), as escalas de serviço irregulares como resposta à falta de efetivo, a falta de apoio em momentos de dificuldade etc.

Nessa relação de dominação entre homens, o controle coletivo sobre os corpos, que garante o funcionamento institucional, encontra na violência física ou simbólica sua forma de expressão. Os entrevistados interpretam os mecanismos de punição-recompensa prescritos pelo Regulamento Disciplinar e efetivados pelos superiores-oficiais em termos de situações humilhantes e desonrosas para eles, porque capazes de rebaixá-los à categoria de “criminosos”, já que as faltas graves são suscetíveis de punição com prisão. Além disso, esses mecanismos de punição-recompensa ocorrem, muitas vezes, em meio a outros homens, tornando pública essa situação humilhante de violência simbólica.

“Você é tratado como um criminoso, como você pôde ser visto. E, às vezes, você não consegue um atestado para justificar (falta no serviço). Isso força o policial até mentir, porque ele vai no médico e pede um atestado. Mas, às vezes, ele faltou o serviço por algum problema outro qualquer, que todo mundo tem um dia na vida. Só que, se não levar papel, não justifica. Olha, você vai passar por um procedimento, tem uma sindicância, vai ser ouvido. Pessoas vão ser ouvidas. E por causa de um serviço, eles vão te... você vai tirar quanto de um serviço? Vai pegar uma detenção aí de vinte dias, por exemplo. Você acha que, por causa de um dia, eu vou perder vinte? É justo isto? Uma prisão... Hoje, (?) não é prisão. O cara não vai para a cela. Mas, tá lá na sua ficha. Ou, às vezes, te deixa detido como prisão, aquela coisa toda. Vamos supor, a coisa mais grave é prisão, mesmo. Vão ficar na cela” (Cabo, 23 anos de PM)

“Aqueles caras velho, que... se você for atravessar a rua você tem que [faz o gesto de colocar as mãos nas costas] é padrão da Academia. Agora, você me fala: O que é isso? Não é uma babaquice? Teve um aluno lá que tropeçou e quebrou o braço. Ele estava com o braço para trás, tropeçou e quebrou o braço. E fala “não” para ver ... Isso que eu queria chegar, que a Polícia é isso aí! Eles inventam umas coisas. Aquilo é para humilhar o ser humano.” (Soldado, 28 anos de PM)

O mecanismo de controle dos comportamentos individuais através do registro em “fichas” individuais abriria brechas, segundo eles, para perseguições, personalismos e injustiças dentro da PM. Desde que cabe aos superiores a tarefa de manutenção e atualização desses registros, eles teriam a liberdade de beneficiar uns em detrimento de outros e, assim, teriam poder sobre suas individualidades e sua situação dentro da instituição. Independentemente da veracidade ou não dessas afirmações, isso demonstra que o grupo de oficiais assimila, de algum modo, a lógica opressora do militarismo

expresso nos Regulamentos Disciplinares e, no uso de suas prerrogativas, tem poder de decisão sobre o devir de suas carreiras.

“Eu não lembro bem, não. Mas, tem alguns anos, já. Não tem muita coisa, não. Tem tipo uns dez anos aí que a Polícia deu uma mudada, nos últimos dez anos. Melhorou! Mas, tem muito que melhorar aí... Mascarou! Mascarou. Que a gente não tinha direito de defesa. O policial chegava, punia você e acabou. Se ele falasse: “você vai ficar no quartel hoje, não vai para sua casa, vai ficar sábado e domingo detido, porque você errou, não cumpriu a ordem”, você ficava. E hoje num... pra ele fazer isto, ele tem que abrir um procedimento, uma sindicância. E você tem direito de se defender; você tem que, na maioria das vezes, se defender, de advogado e tudo. Mas você acaba sendo punido no final...Porque quem dá o parecer final não quer saber. Pune. Às vezes, abre a sindicância só por abrir. Às vezes, eles largam pra lá. Mas, se quiser punir, pune, com sindicância e tudo. Eu já passei por umas duas ou três situações de provar a minha inocência e não adiantou nada. Fui punido, a mesma coisa. Aí você tem que recorrer... punição administrativa que existe no regulamento da Polícia. Chega de repressão até prisão. Na época foi uma falta a um serviço extra, não remunerado, na época. E, por um motivo pessoal, eu não pude ir. E eu estava de folga! Fui escalado, faltei essa escala e peguei quatro dias de detenção. Era um outro batalhão. Eu fiquei quatro dias sem comer na minha casa por causa disto. E, nesses quatro dias, eu tirava o serviço e voltava para o quartel. Tirava o serviço e voltava para o quartel. Quer dizer, uma coisa sem cultura. Era melhor que descontasse no meu salário. Mas eles não tinham amparo legal, porque eu não tava trabalhando na hora de folga. Então, não tinha como eles fazerem isto. Se fosse o caso...Aí, eles arruma um jeito de te punir de outra forma, te persegue. A gente vai ficando esperto. A gente vai vendo que o sistema é desse jeito, aí a gente vai aprendendo a lidar com isto. A gente vai se com(?) dessas coisas. Porque eles gostam de colocar “bodes”. Por exemplo, a puniu. Então, eles vão ver que o cara fez besteira e não vão fazer nada. Vão ficar na mão.” (Cabo, 23 anos de PM)

De maneira que, muitas vezes, os indivíduos sentem-se injustiçados pelas punições julgadas arbitrárias. Não compreendem, de fato, como a lógica militar pode contribuir positivamente para suas funções policiais. Como desenvolvido no capítulo 2 (p.68-69), para eles, o “regime interno da polícia” mais atrapalha do que ajuda na realização de suas funções policiais. Contudo, a cobrança por resultados e o trabalho bem feito não vêm acompanhados de um retorno por parte da instituição:

“Questão de horas. Lá a gente, a escala padrão da Polícia. Eles falam muito em padronizar, em fazer as coisas bonitinho.

Funciona. Só que quando é pra deveres; quando é pra... obrigações, né? Quando são os deveres, eu tô aqui atrapalhando... benefício. Quando é para cobrar de mim. Eu tenho que fazer tudo certo. Na hora que eu preciso de um benefício, é na hora que dá certo. Eu tenho licença-prêmios vencidas. Tem gente aí que está decretada para aposentar continua trabalhando. Já venceu o tempo, continua trabalhando até publicar a aposentadoria. Na Polícia é assim, ela não quer saber. Manda. Você faz e acabou. Você entra na Justiça, eles recorrem. Eles te perseguem depois. Essa coisa toda.” (Cabo, 23 anos de PM)

“Quando eu entrei na polícia, tinha um cara aposentando, ele me falou: “a polícia você só vai ser punido pelo que você não deve”. Da vez que eu estava fazendo um serviço, que eu estava de folga... uma vez passaram no Posto, cismaram que eu estava dormindo no Posto. Quer dizer, cismando que eu estava dormindo já me puniam naquela época. Então, pra você ver quanto é fácil para punir você, né? O cara, o oficial não chegou e perguntou por que o Posto estava fechado. Ele não perguntou. Eu tinha explicação. Não é explicação; eu tinha justificativa. Não...! Ele preferiu punir. Não quer saber. Era assim. Eles acham que com isso vão me segurar, servir de exemplo para os outros. Isso é besteira! Pega ninguém para bode, não! Eu errei? Tem que (?), se eu tiver devendo... isso... mas, quando a gente não está devendo e ser punido, é horrível.” (Cabo, 23 anos de PM)

“Não tem nada a ver, porque prá pegar, mexer com marginais na rua, eu acho que ensinar o cara a marchar e prestar continência não tem nada a ver com lidar com o crime, não. Uma coisa que estressa a pessoa. O cara vai pra rua e desconta com, no cidadão.” (Soldado, 28 anos de PM)

“Militar é Militar. Polícia é Polícia. Você chega em uma Delegacia de Polícia, o delegado está lá com seus agentes, com o bandido. As ordens são essas, pronto! Você chega em um quartel, o seu comandante, quando tem educação, quando não tem, grita com você no meio do povo: “Vai.” Falta de educação, só fala em punir, punir.. E não sei, da Polícia Civil tem as diferenças deles, mas a educação é outra coisa. O tratamento do superior com o subordinado é mais humano. Se você vai ser penado... mas não os seus “brios”, né? Não vai ficar gritando com você. E eles usam o regulamento o tempo todo contra você. “Tá previsto, se você não fiz isto aqui”. Você tem que tá cumprindo ordens absurdas, né? Porque... então, você, apesar de estar bem velho, já sabendo como lidar com isto, mas ainda é desconfortante. Não é bom! Eu acho que todo comandante, todo chefe tinha que tá na frente do serviço para ver o que o soldado passa. E, às vezes, a pessoa já entra como oficial, né?

Às vezes, ele passou por aquilo uma vez ou outra e tá lá em cima no seu ar-condicionado. E não quer saber. Ele quer resultados! Mas ele não sabe a que preço! A que custo! Quem

trabalha é quem está na rua. Quem está no ar-condicionado lá não trabalha. (Soldado, 21 anos de PM)

“Eu era apaixonado pela Polícia Militar. Era eu aqui e Deus lá em cima. Depois fui vendo que nada disso compensava. É passageiro. É bobeira. Não tem valor. Ninguém aqui dá valor. Se você faz dez coisas, nove coisas certas e uma errada, esquece os nove, sempre vão para o lado do errado. Então, não compensa mesmo!” (Soldado, 17 anos de PM)

O paradoxo do modelo dual de polícia à brasileira e as práticas violentas que informam as relações intra e extrainstitucionais parecem contribuir significativamente para o sofrimento desses sujeitos. Essa situação fronteiriça institui uma ambivalência dificilmente conciliável para eles, ao mesmo tempo em que a negação do mundo civil, do qual originalmente faziam parte, é imprescindível no processo de construção de sua identidade militar: seu trabalho se realiza justamente nesse mundo. Sendo o mundo “de fora” uma extensão do mundo “de dentro”, faz-se necessária uma negociação contínua com duas lógicas distintas sobrepostas, mas igualmente opressoras. No mundo de “fora”, o Outro civil ocupa posições diversas”: ora é o inimigo a ser combatido, ora a vítima a ser salva, às vezes mostra-se agradecido pelo serviço prestado ou crítico dele. É aquele a quem se vigia e por quem se é vigiado. No mundo de “dentro”, vivencia-se uma situação paradoxal em que os “seus” são também os “outros” - o grupo do *nós* também oprime, vigia, discrimina. Ao tempo que suas individualidades são suprimidas pela instituição, influenciando outras esferas de suas vidas, a *culpa* e a responsabilidade pelos erros cometidos, seja no exercício policial, seja nas situações de adoecimento, são atribuídas ao indivíduo, isentando a instituição e a ideologia militar que as informam.

Tudo se passa como se esse lugar fronteiriço destituísse esses indivíduos da segurança de um lugar de “valor” bem demarcado. Sua posição oscila sempre de acordo com a situação que vivenciam. Esse lugar de indefinição os coloca numa posição em que precisam sempre responder a vários senhores, seja à sociedade civil, seja à instituição militar. Nesse contexto, a violência aparece como linguagem conciliatória e como meio de expressão subjetiva. E o corpo como veículo dessa linguagem.

O aprendizado da violência como linguagem está presente desde o princípio nas relações travadas entre eles e os oficiais. É por meio de práticas violentas que seus corpos são construídos para o exercício policial e seu lugar de *pessoa* na instituição assimilado e reproduzido. É também por meio dessa linguagem de violências que o poder de atuação sobre o corpo do outro, se expressa, seja na relação com os oficiais,

seja na relação com os civis. Se, no mundo da caserna, as práticas violentas asseguram e expressam a desigualdade formalizada entre os homens, na rua, como discutido no cap.2 (p.71), elas também se tornam meio de resistência e empoderamento. Segundo Greig (2001), pensar em masculinidades no plural

sugere que as ligações entre identidade de gênero e violência na vida dos homens são complicadas pelas relações de poder entre homens ao longo das linhas de classe econômica, status social, raça / etnia, sexualidade e idade. A violência não é apenas usada por homens para reivindicar e reafirmar seus privilégios sobre as mulheres, mas é fundamental na aplicação e resistência à hierarquia de poder intragênero entre homens (GREIG, *idem*, p.6. Tradução nossa.)⁵⁹.

3.5 Adoecimento mental, masculinidade e violência

Nas situações de adoecimento, a violência em excesso aparece quase sempre como “sintoma” distintivo que demarca a linha que separa os ajustados dos desajustados. Os comportamentos “*incompatíveis*” a que se refere o profissional de saúde (p.85) são representados no imaginário dos policiais e na fala dos sujeitos nos termos de “surtos” em que o sujeito comete atos de violência que fogem do padrão do legítimo. Esses atos podem ser dirigidos contra os civis ou contra os próprios oficiais.

Houve um dia especial durante o trabalho de campo bastante elucidativo nesse sentido. Segue a baixo o relato (em itálico) construído a partir das anotações do diário de campo:

Naquele dia em especial, a recepção do HPM estava mais cheia do que o usual. Por sorte, cheguei antes do horário de abertura da recepção. Já havia cerca de dez pessoas esperando na porta. Pelas conversas que se desenrolaram antes da abertura das portas, pelo clima leve que pairava no ar e pelo aspecto jovem e saudável das pessoas, foi possível perceber que havia algo diferente. Esperei até que todos entrassem, pegassem sua senha e se acomodassem. Resolvi sentar perto de um grupo animado de jovens policiais que prosseguia uma conversa iniciada do lado de fora. Conversavam sobre a defasagem no efetivo da polícia, sobre um teste que haviam feito, sobre a mudança do Comandante Geral. Em algum momento, a secretária disse em voz alta que quem quisesse pegar o pedido de exame não precisava de senha. Foi aí que entendi o porquê de a Junta estar tão cheia naquela manhã: havia a eminência de uma promoção. As pessoas que haviam passado na prova escrita (TAP), “na caneta”, tinham que se submeter a uma bateria de testes de saúde e a uma prova de aptidão física.

⁵⁹ No original: “suggests that the links between gender identity and violence in men’s lives are complicated by relations of power between men, along lines of economic class, social status, race/ethnicity, sexuality and age. Violence is not only used by men to claim and reassert their privileges over women, but is instrumental in enforcing and resisting the intra-gender hierarchy of power among men” (GREIG, 2001, p.6).

Ao contrário dos dias “normais”, muitos estavam ali para atestar quão saudáveis eram. As risadas e a agitação daquele dia contrastavam com o clima tenso e a apatia dos dias “normais” na recepção. De repente, a recepcionista diz em voz alta para que todos ouçam: “Pessoal, não pode entrar armado aqui! Todos que tiverem com suas armas, devem ir lá fora e se desarmar”. O grupo que conversava ao meu lado começou a comentar sobre o que a recepcionista havia dito: “não precisa de arma, não!, Deus me livre atirar num polícia”. “Não precisa de arma pra surtar, não!”. Um deles começou a contar, jocosamente, o episódio de um PM de nome Armando⁶⁰. Eis a história: Armando estava tomando conta de um posto e falou para o Capitão que queria ir ao banheiro do quartel, fazer o “número 2”. O Capitão não permitiu que ele deixasse o posto. Armando, então, desobedeceu às ordens e caminhou rumo ao quartel. Pegou uma sacola plástica e defecou dentro dela, enquanto filmava a ação com a câmera de seu celular. O filme, alegou Armando, serviria como prova à corregedoria, caso fosse punido por ter abandonado o posto. Segundo o rapaz que narra a estória, o tal Armando amarrou o saco plástico na cintura e ficou desfilando com ele pelo quartel.

Esse relato elucida pontos fundamentais envolvidos no contexto de adoecimento. O primeiro deles relaciona-se ao contexto inusual em que a estória é contada e por quem é contada. É possível perceber na situação social relatada, o contraste entre duas categorias de *pessoa* nesse contexto: aqueles cujos corpos são saudáveis, adaptados, compatíveis à ordem militar e que estavam ali fazendo valer seus privilégios, i.e., concorrendo às promoções por merecimento; e aqueles desviantes, inadaptados ao contexto, que precisam ser “corrigidos” ou “tratados” pela instância (disciplinar) médica. De todo modo, a instância médica serve como aporte regulador para ambas as categorias - para os primeiros, serve para legitimar sua adaptação; para os segundos, para corrigir sua inaptidão. A estória é narrada pelos primeiros, que representam os segundos a partir de seu lugar específico. O relato é contado de modo a afastá-los desse lugar outro e construir, a partir daí, um contraste que os salvasse desse lugar estigmatizante. A estória em si narra uma situação de surto de um subordinado contra um comandante numa situação corriqueira dentro do contexto: a ordem do comandante para que o subordinado continuasse no posto, sendo o supostamente “superior ao tempo” o que segurasse sua vontade de ir ao banheiro. Todavia, a violência simbólica da ordem do comandante é respondida com outro ato de violência simbólica, a partir da mesma linguagem expressada no ato de descontrole do subordinado contra a arbitrariedade e o caráter absurdo e desrespeitoso da ordem. Contudo, a interpretação dada a esse ato de “resistência” é feita em termos de um comportamento inapropriado.

⁶⁰ Nome fictício.

Outra estória de “surto” narrada por um dos entrevistados é também elucidativa desses e outros fatores:

“O último, surtou um cabo e atirou num sargento dentro do Quartel. Segundo a informação, ele abordou um cidadão. Isso é o que dizem. Disse que ele abordou um cidadão na rua lá. E subtraiu dele um cartão de crédito. Isso foi o que o cidadão chegou falando. E o cidadão chegou lá nesse tenente e falou pra ele, que ele (o cabo) tinha sido pego e tomado dele o cartão de crédito, e já estava usando. O tenente não... o procedimento correto, quando isso acontece, um trem desse não foi flagrante. O policial comete um deslize. Faz assim, um PM vai julgar para saber a procedência, se é verídico ou não a acusação, entendeu? Aí, sim. Se for realmente comprovado, ele é devidamente punido, certo? Devidamente punido ou excluído, porque a pessoa... eu detesto ladrão fardado. A paisana eu já não gosto. Eu sou a favor. O cara roubou tem que ir pra rua. Só que aí, em vez dele (o tenente) falar para o cabo: “cabo, eu queria conversar com você assim, assim, assado. Chegou uma denuncia a esse respeito, e eu vou abrir um procedimento”.., seria o certo. Claudia! Na frente do (?) que era amigo dele, ele teve a coragem de chamar o cabo de ladrão. Que tinha roubado, não sei o quê, não sei o quê... “Eu não roubei. Eu sou evangélico. Eu não mexo com isto, não. Eu não peguei nada desse cidadão aí não”. Aí, ficou aquele bate-boca. Ele falou: “eu vou para rua trabalhar, que é melhor”. Naquele momento lá, ele desceu e surtou. Ele desceu mais um polícia, assim, sentou, assim lá assim (dramatiza a situação corporalmente)... “Quer saber de uma coisa, o negócio do crente pra mim já era. “Me dá uma cerveja para mim aí.”. O cara deu a cerveja para ele. Ele tomou a cerveja. Aí, falou pro polícia, vou resolver esse trem agora. Subiu, foi lá para o quartel de volta. Chegou, o tenente estava sentado lá. Aí ele chegou, só o “chapelé” ta, ta, ta (tiros) sentou o prego nele. Foi em Aparecida, na oitava, onde eu trabalhava... Aí, deu um surto no tenente e ele “taa” também. Ele está preso”. (Soldado, 18 anos PM)

O sujeito que narra essa estória foi entrevistado no primeiro momento do campo, quando minha relação com os entrevistados era fortemente mediada pela instituição. No começo da entrevista, perguntei se estava de retorno à psiquiatria. Ele negou, alegando que o problema dele era no olho, que havia perdido o porte de arma porque não conseguiu enxergar o desenho (projetivo) que a psicóloga havia lhe apresentado e que devido a isso estava trabalhando no administrativo.

A negação de sua inserção na área psiquiátrica e o fato de relatar uma estória de surto de um “outro” que não ele revela, do mesmo modo que o relato anterior, a aversão e o estigma de ser enquadrado na categoria de “doido” ou na categoria daqueles cujos corpos não suportam a pressão que são chamados a suportar e se descontrolam em atos

impulsivos. Ademais, essa situação revela o caráter relacional das perturbações físico-morais, desde que as dimensões “físicas” e “psicológicas” são indissociáveis nos momentos de aflição (DUARTE, 2003).

A estória em si narra mais uma vez a violência como resposta a uma situação desrespeitosa, humilhante, no caso a de acusar o outro de ladrão na frente de um conhecido. Independente da veracidade ou não dessas estórias, elas demonstram que, no imaginário dos policiais, os “surto” são algo comum e próximo e se manifestam como uma reação a uma situação desrespeitosa, humilhante, absurda, embora comum nesse contexto, por meio da linguagem da violência.

Conforme asseverado, os sujeitos entrevistados parcamente entravam em detalhes sobre as situações que os levaram até a Junta de Saúde. Do mesmo modo que os narradores das estórias, eles tentavam se distanciar da categoria de “doidos”, atribuindo a outro essa caracterização:

“Pensei que você era psiquiatra. Porque a senhora estava mexendo com doido lá. Eu ainda falei para a minha mulher: “eu acho que ela é psiquiatra”. A senhora está fazendo só em cima do pessoal doido da polícia. Doido, não. Estressado. Porque usa esse linguajar “doido”, porque a gente é claro. A gente brinca muito. Mas a coisa não é bem assim. Não é brincadeira, é muito sério.” (Cabo, 23 anos de PM)

“Não sei quem foi que me falou que um débil mental matou, não sei se foi os filhos ou se foi os pais. Matou quem mais amava. Depois ele acordou do surto psicótico, o pessoal falou para ele que ele tinha matado. Ou seja, ele matou as pessoas que ele mais amava.” (Soldado, 28 anos de PM)

“Hum. Eu vou te contar uma história daquele HPM ali. Um policial como eu, com os mesmos problemas que eu tinha hoje, ele chegou numa sexta-feira, se consultou na Junta Médica, se trancou dentro de um carro e se suicidou lá mesmo, naquele pátio. Conhecia de vista. Parecia ser uma pessoa tranquila.” (Soldado, 21 anos de PM)

“Então, essa profissão nossa tá bom. “Bom” entre aspas. E aqui cria verdadeiros psicopatas. Eu conheço alguns, trabalhei com alguns... que eram pistoleiros, que matavam. Outros matavam por prazer; outros torturavam.” (Soldado, 28 anos de PM)

O corpo construído pela ordem militar, como discutido, está associado a traços distintivos de certa masculinidade tomada aqui como hegemônica: virilidade,

resistência, força. A máxima que sugere que soldado deve ser superior ao tempo expressa bem esse ideal de corpo e de *pessoa* nesse contexto. Nas situações de adoecimento mental, em que há um descontrole do corpo, os indivíduos passam a ser enquadrados pelos colegas e até por eles mesmos, como visto, na categoria pejorativa de QBU ou doidos.

De outro lado, a categoria “*estresse*” é evocada pelos adoecidos para caracterizar as sensações que os levaram à Junta. Embora a definição dessa categoria nativa também remeta a um estado de descontrole do corpo, a um “*quando eu vi, já tinha feito*”, ela toma feições mais legítimas e menos estigmatizantes no contexto. Isso por uma série de razões: é senso comum caracterizar o trabalho policial como um dos mais estressantes; sua definição não se restringe ao campo da psiquiatria, ou não necessariamente passa por esse campo; sua causa é quase sempre atribuída a fatores externos aos indivíduos (pressão no trabalho, problemas financeiros, sobrecarga de atividades etc.) e não a causas emocionais, internas; é um mal característico da sociedade contemporânea, i.e., todos estão sujeitos a ele; apesar disso, é eminentemente atribuído aos homens e não às mulheres. De certo modo, atribuir ao *estresse* a causa de um estado de descontrole ou salvação de serem caracterizados como “fracos” e está em conformidade com o ideal de masculinidade do contexto militar.

Conforme colocado no começo deste capítulo (p.90), de modo geral os sujeitos não estão familiarizados com os diagnósticos médicos sobre seu estado. Isso pode ser atribuído tanto ao modo compulsório como os encaminhamentos e os tratamentos são conduzidos pela instância militar *psi* quanto pela necessidade de elaborarem seu adoecimento em termos minimamente aceitáveis, em conformidade com o contexto mais amplo de suas vivências e que sejam capazes de afastá-los dos estigmas que carregam outras classificações, como depressivo, “doido”, psicopata, bipolar, categorias indissociáveis do campo psiquiátrico.

A causa do estresse no discurso dos entrevistados é, de modo geral, atribuída ao dia-a-dia da profissão, da tensão da rua, do relacionamento difícil com os superiores, das escalas irregulares que os obrigam a estarem sempre prontos para uma convocação, de ter que lidar com “gente” etc. Os fatores externos ao sujeito são sempre os responsáveis.

“É o trabalho, a rotina, sabe? Vai indo assim e chega um ponto que a pessoa estoura. O estresse do serviço, né? Nem a farda

eu queria vestir mais, queria desaparecer...já tava puto com a situação no serviço, a cobrança toda. A hierarquia é pesada, a disciplina, o regime, a gente tem que obedecer e não tem papo. Pior é que... é que não dá condição de desenvolver essa ordem deles.” (Soldado, 18 anos de PM)

“E... estou bem melhor. Tô bem melhor. Mas isso tudo é por causa da profissão. A profissão é isso aí. Mexer com gente, mexer com problema, você tem que estar no seu melhor, porque você tem que ter paciência. Você está vivendo com problema e você tem que resolver e não criar outro. Mas isso é a gente, não consegue controlar. Chega a necessidade aí, tem que tomar remédio mesmo.” (Cabo, 23 anos de PM)

“É por causa do serviço mesmo, da rotina. Com certeza tem relação assim com o trabalho, a cobrança dos superiores, a carga-horária, a rotina da rua, que é muito estressante. Essa coisa de mexer com gente é uma dificuldade só.” (Soldado, 22 anos de PM)

É, é retorno na psiquiatria. Eu tive internado parece que foi 30 dias, mas faz muito tempo que eu venho relutando, como diria, porque desde 2006 que já era pra mim ter internado. Porque, na verdade, o sintoma já vem mais pra trás, porque o médico...como diz, o stress, de serviço...aí o stress veio. Na verdade, eu nunca senti... como é que é aquele nome que a gente fala? (Depressão!?) Eu nunca senti depressão. Se eu senti, não me atinge. Eu noto assim, que(???) causa alcoolismo, né? Eu faço parte do grupo de alcoolismo da PM e, desde de 2006, que eu venho...já vem bem pra trás, porque eu trabalhava à noite. É o stress do serviço de dia. Porque o stress dá o que...essa parte mesmo já causa um stress. A gente trabalha de dia, o dia todo no sol, quente demais. Você já fica agitado e aquilo lá vai causando... com o tempo causa a doença. (Soldado, 17 anos de PM)

“O que causa maior, o estresse meu, o que seria... é... vindo por aí, o estresse na polícia causa (?): você mexer com gente, tem isso” (Soldado, 17 anos de PM)

“É por causa do trabalho. Porque ela causa adrenalina. E você que trabalha na rua, você vive na adrenalina. Aquela adrenalina. Você já... até, por exemplo, uma vez eu estou na minha moto, estou andando devagarzinho... se eu dou uma acelerada nela, a adrenalina já sobe. E em mim, assim... sei mais ou menos, já sobre a adrenalina. Quer dizer, aí eu tenho que tentar controlar a adrenalina. Baixa a velocidade, pra adrenalina voltar. Porque se acelera (?) vai todo, aí você acelera.” (Soldado, 23 anos de PM)

“Você perde. Não tem efetivo, não tem vaga. É só dois de cada vez, tem gente que nunca tirou e “pe, pe, pe” e você vai

“ficannnd...” quer dizer, vai estressando, vai estressando... “ah comandante, eu tenho vinte anos que não tiro férias no mês de Julho”. “Não, mas você vai tirar em Agosto.” Entendeu?” (Cabo, 23 anos de PM)

Os sujeitos relatam que, ao longo dos anos, a exposição prolongada aos fatores causadores do estresse vai se acumulando ao ponto de não terem mais controle sobre seus atos e seus corpos e de passarem a não mais “se reconhecer” neles. Nesse momento, todos ao redor, família, civis, oficiais, tornam-se alvos em potencial desse descontrole latente ou expresso em atitudes violentas:

Só que eu aprendi a lidar com isto. Eu me controlo. Mas eu tive vontade de matar um comandante uma vez. O psiquiatra falou: “você tem vontade de se suicidar?” Eu falei: “ não. Mas de matar os outros é sempre. Mas de me matar, não”. Aí, eu falei pra ele. E ele ficou preocupado. Mas vontade é uma coisa que dá e passa. (Cabo, 23 anos de PM)

“Uai. Eu... (?) a vida inteira com estresse. Só que eu já estava perdendo o controle. Quer dizer, eu já pra arrumar a mão “num”; jogar um objeto em outro. Sem motivo. Quer dizer, já... quando eu vi já tinha feito. Aí, eu: “não, tem alguma coisa errada. Eu não estou conseguindo controlar nem os meus reflexos.” (Soldado, 21 anos de PM)

“Porque, às vezes, eu chegava numa ocorrência e, se a pessoa falasse algo errado, eu já estava prendendo a vítima. Cheguei numa ocorrência ali... o negão já tinha ido embora, eu já ia saindo. Aí a mulher: “vocês não pegam ninguém, não trabalha direito”. E eu já fui lá, meti a algema na vítima. Fiz um TCO dela por desacato. Podia ter largado pra lá, né? Apesar de que ela estava bebendo, no bar bebendo, jogando sinuca, e discutindo com o bêbado. Ela está errada, não está? Mas eu estou acostumado a este tipo de situação, isso (?). Eu voltei lá e falei: “se a senhora continuar, se a senhora insistir, eu vou fazer um TCO da senhora.” “Ah, faz se você quiser!” Peguei ela, marrei, e saí rastando, joguei na viatura e levei. Quer dizer, eu já estava prendendo as vítimas da ocorrência.” (Cabo, 23 anos de PM)

“Não. Eu já batia demais em gente, torturei. Já fiz muita coisa ruim na hora do estresse. Você entendeu? Eu não vou dizer que eu sou um santo, não. Mas o sistema me fez assim. O sistema me moldou assim. Eu já estava querendo fazer justiça com as próprias mãos. Eu já estava tomando as dores das pessoas. E você na sua profissão não pode tomar dor de vítima. Se você fizer isto, você acaba com a sua profissão. Porque aí você já está levando pro lado pessoal... Se você tem uma briga com uma pessoa e eu vou lá tomar a sua dor... ele provocou a

situação. Eu estou lá ser profissional, imparcial. Eu vou lá resolver o problema, imparcial. Eu não vou dar razão para ninguém. Eu já estava tomando as dores das vítimas. E vítima nem sempre é vítima. Isto já estava prejudicando a minha carreira.” (Cabo, 23 anos de PM)

“E eu, porque muitas coisas, eu ouvi pouca gente falar. Mas é como se você fosse um médico monstro. Um dia você está bem, um dia você é um santo, outro dia você é um demônio. E você não consegue controlar. Você fala: “quem sou eu hoje?” Não sei. De repente, um xingamento, uma situação, uma ocorrência de maior gravidade, você fugiu do controle da situação. Aí, isso, se o chefe entrar na frente, você passa em cima dele; quem tá na frente você passa em cima! As vezes, chegou a um ponto de certos colegas tinham medo de trabalhar com gente igual eu. Mas, aí... eu nunca fui assim. Aí a necessidade de procurar ajuda.” (Cabo, 28 anos de PM)

“Ah, esse regime seu, acho que eu ia sofrer essa carga toda. E se eu fosse descarregar... os estresse que às vezes eu sofria dentro de casa não era por causa da educação dele. Era porque o meu momento não era bom. Maseu já danava ali, já asía tudo de perto.” (Soldado, 22 anos de PM)

“Estressa a família, às vezes grita, fala alto. Às vezes está estressado. Depois a gente arrepende. Vê que esta errado, pede desculpa.” (Soldado, 22 anos de PM)

São comuns no discurso as afirmações de um “eu” anterior, modificado por sua entrada na polícia e pela exposição prolongada a situações vivenciadas na rua e no espaço da “caserna”. A inserção *total* na instituição e os mecanismos de ressocialização utilizados no espaço da “caserna” empreendem uma “mortificação do eu” (GOOFMAN, 1974; NUMMER, 2005), cuja brutalidade modifica, de modo decisivo, mas não sem conflitos, esse “eu” anterior. Os sujeitos atribuem sempre à instituição e ao trabalho que exercem a “culpa” pelo seu sofrimento.

“Porém, a polícia acabou. Hoje, eu não consigo mais voltar a ser o que eu era. Tenho vontade, mas eu não consigo.” (Soldado, 17 anos de PM)

“Eu não vou dizer que eu sou um santo, não. Mas o sistema me fez assim. O sistema me moldou assim.” (Cabo, 23 anos de PM)

De modo contrário, a instância militar *psi* atribui aos indivíduos a responsabilidade pelos seus adoecimentos. Embora reconheçam que o trabalho policial seja bastante desgastante (pelos riscos eminentes, pela exposição contínua à violência etc.) e que a instituição não oferece condições adequadas de trabalho (efetivo reduzido, escalas irregulares, etc.), tendem a tomar essa realidade como dada e atribuir aos componentes psíquicos individuais a responsabilidade pelas situações de adoecimento.

“Então, a minha impressão, a gente percebe isso com bastante clareza, eu, pelo menos, consigo ter essa leitura. Duas coisas que pesam muito, assim: tem o militar que ele é problemático. Pessoa é problemática, como tem no meio civil também. Esse, ele não vai se ajustar em nenhum lugar. Ele sempre vai ter problema. Aí, é muito individual isso. Ou porque ele está insatisfeito, ou porque ele transfere problemas pessoais dele, afetivos e descarrega tudo isso no trabalho. Que aí não é por ser militar, porque se ele tivesse, isso eu acredito que ocorra em qualquer órgão público, pessoas que alguma insatisfação transfere ali, não está satisfeito, não se ajusta. Que aí entra, inclusive, esse contexto de, que o ser humano se compara. Então, assim, se ele, uma situação importante, se ele tem um vizinho que tem mais dinheiro que ele, ele vai querer, ele faz dívida, aí ele vai querer ter um carro novo, porque a esposa acha que tem que ter um carro novo. Aí, enfim, aí ele faz dívida, ele compromete, um problema puxa outro problema. Isso não é por ser militar. Isso eu acho que em todo órgão vai ter esse tipo de pessoa. Uma pessoa que realmente não consegue se adaptar ali, não está satisfeita. E, às vezes, na Junta, a gente vê isso: ele não está satisfeito, mas ele não quer sair, porque ele não quer perder o salário dele. Então, fica sempre com conflito. E uma outra situação, que aí sim eu acho que tem a ver com o militar, mas não com o militarismo, não sei se, eu vou tentar te explicar, que é o seguinte: depende do comandante. Porque existem militares e militares, como existe empregados e empregadores. Existem bons empregados e existem bons patrões e existem maus empregados e maus patrões. Então, quando você tem uma unidade em que o comandante é uma pessoa boa, ele é uma pessoa que tenta, mesmo dentro de uma hierarquia, fazer uma coisa correta, justa, eu acredito que isso gere menos problema.” (Tenente-coronel – Quadro da Saúde/Psiquiatria)

“Eu acho que é bem ampla as causas. Primeira coisa que a gente tem que diferenciar é que não é simplesmente por ser uma profissão estressante. A gente então percebe que, além disso, dessa noção que a gente já tem, né, que a profissão policial militar é uma das mais estressantes, mas tem o fator individual, tem aqueles que possuem válvulas de escape mais bem instrumentalizadas, vamos dizer assim, né, já tem algo interno, uma resiliência, um controle emocional maior que faz com que eles consigam lidar com essas situações do dia-a-dia e

não adoecerem. Agora já tem uma parcela que, infelizmente a gente não tem pesquisa pra isso, né, pra dizer em números estatísticos, mas tem uma parcela de policiais militares que já tem uma fragilidade interna maior. Isso se soma com o fato da própria profissão de escala, que às vezes é mais estressante, ou hoje que tem a escala virtual, que seria tipo a hora-extra, que muitos pra agregar mais dinheiro ao salário acabam fazendo de uma maneira indiscriminada. Então, esse excesso de trabalho combinando com algo que já é interno de uma dificuldade vai agravando, né, os casos e trazendo maior possibilidade de adoecimento.” (Tenente-coronel – Quadro da Saúde/Psicologia)

Tudo se passa como se não coubesse a eles a tarefa de crítica ao contexto institucional, sociocultural e econômico nos quais estão inseridos, como se não pudessem, de algum modo, a partir das informações que dispõem e do poder de intervenção que lhes é atribuído, contribuir para uma mudança efetiva desse contexto. De maneira que acabam reiterando em seus discursos e em suas intervenções o contexto opressor que já reconhecem como causador do sofrimento social desses sujeitos. De todo modo, é possível perceber nas falas acima que, ao contrário dos sujeitos entrevistados, a instância militar *psi* resguarda a estrutura militar ou o militarismo da responsabilidade pelo sofrimento dos sujeitos, centrando a responsabilidade dos processos de adoecimento ora nos sujeitos individuais, sejam eles oficiais ou adoecidos, ora nos imponderáveis das funções policiais.

Por sua atuação pragmática e seus instrumentais (teóricos) fisicalistas de interpretação, a instância militar *psi* acaba atuando como um poder disciplinar complementar (FOUCAULT, 2006), buscando ajustar o sujeito às demandas institucionais e reiterando seu lugar de poder-saber (FOUCAULT, 2005; 2006) disciplinador. Entretanto, é preciso singularizar sua atuação específica nesse contexto, uma vez que influencia decisivamente no modo como esses sujeitos veem a si mesmos e são vistos pelos seus pares.

Como colocado no início deste capítulo (p.87-88), nas situações de adoecimento, as instâncias militar e psiquiátrica concorrem na definição, na produção da realidade do adoecimento e no sentido atribuído aos comportamentos e atitudes classificados como “inapropriados”. Com isso, destacaram-se duas ordens sobrepostas imbricadas nos processos de “adoecimento mental”: a lógica subjacente à construção do corpo militar e as relações intersubjetivas e o contextos sócio-histórico que a engendram, já discutidos;

e as consequências pragmáticas que a inserção na Junta acarreta à vida desses sujeitos e o caráter compulsório dessa inserção classificatória.

Esse segundo ponto se refere aos sentimentos dos sujeitos frente às restrições impostas por sua inserção na Junta de Saúde, indissociáveis do caráter eminentemente masculinizado da sociabilidade militar. Como dito, uma vez inseridos na Junta, esses sujeitos se veem numa situação institucional extra-ordinária: não podem concorrer a promoções, perdem seu porte de arma, são alocados para funções internas, i.e., administrativas e estão sujeitos às classificações estigmatizantes dos colegas e superiores. Até a sua alta da Junta e mesmo depois disso, pelo estigma que passa a acompanhá-los, esses sujeitos são considerados inaptos para exercer as funções que até então lhes eram atribuídas: o trabalho de rua. Todos os entrevistados desta pesquisa exerciam, antes de sua inserção na Junta, as atividades-fins da organização policial e, no momento em que foram entrevistados, estavam restritos às funções administrativas (internas) e destituídos (provisoriamente) de seu porte de arma.

De modo geral, embora se queixassem da falta de condições de trabalho e da relação com os superiores, os entrevistados alegavam “gostar muito” da adrenalina e da contribuição social das atividades de rua que exerciam.

“Ela (a mulher dele) fala pra mim... que (é) pra mim passar logo... marcar outro teste, porque ela gosta de me ver trabalhando na rua. Eu também gosto é de rua. Ela: “não, vê se você marca o teste para você lá”. (Soldado, 18 anos de PM)

“Gosto! Nossa, eu gosto de serviço de polícia. A adrenalina. Eu, igual eu falei para você... igual, eu estou afastado, eu sinto muita falta, né? Você acostuma na rua. Você vai trabalhar de escritório ou técnico, você sente falta da rua. Então, eu gosto muito do serviço, do que eu faço eu gosto.” (Soldado, 21 anos de PM)

É possível afirmar que a atividade na rua e toda a dinâmica indissociável dela (o perigo e riscos eminentes, o caráter interventivo, seu *modus operandi* etc.), na qual passam grande parte do seu tempo de serviço (diário e acumulado), tornam-se sua *razão de ser* tanto em termos institucionais quanto para além deles. Como mencionado (p.54-57), a lógica total da instituição acompanha o indivíduo em todas as situações de sua vida. Mesmo estando fora de serviço, a lógica que orienta sua ação policial inevitavelmente é referência em outras situações de sua vida, de modo positivo ou não:

mesmo estando à paisana, os vizinhos sabem que é policial; individualmente, ele e sua família podem ser alvos potenciais de retaliação por parte dos “bandidos” e “criminosos” etc. Uma vez privado dos instrumentos (porte de arma e permissão para a intervenção de rua) que o fazem quem é, ele parece perder sua *razão de ser*. Como se o poder conferido pela instituição e conquistado à custa de muito esforço e abdição lhe fosse privado, deixando-o desprevenido e exposto aos perigos eminentes do “ofício policial”.

Em suas próprias palavras:

“Agora eu tenho que passar aí por alguns testes, pra... porque meu porte de armas foi recolhido, pra eu conseguir ele de volta. Se eu não conseguir, não passar nos testes psicológicos, eu vou continuar com restrição, trabalhando desarmado. Fardado e desarmado. Ou seja, vou ser um alvo fácil. Eles nem te encostam. Fica aquela coisa, você fica um “pra nada”, né? Você fica lá trabalhando no expediente, desarmado, no administrativo. Não serve pra nada. Você perde o seu tempo e faz a polícia perder o seu tempo.” (Cabo, 23 anos de PM)

“É horrível você andar fardado sem arma. É melhor ficar sem farda, né?” (Soldado, 17 anos de PM)

Essa situação os torna, de algum modo, impotentes, castrados, porque retiram-lhes os meios de empoderamento conferido pela instituição, i.e., o *status* masculinizante, viril, do policial militar, atribuído pelo lugar de representantes do poder do Estado. Como sugere um dos entrevistados, “*Eles (a Junta) que, no termo militar, ‘me mataram’*”, ou seja, fizeram-no ainda mais suscetível e exposto às mazelas de seu lugar social fronteiriço. O desejo de “*dessa vez (nessa consulta), recuperar o porte de arma e voltar pras ruas*”, repetidas vezes expressado pelos sujeitos durante as entrevistas, demonstra o despreparo das instâncias *psi* para lidar com os contextos sociais mais amplos envolvidos na questão do adoecimento.

O caráter compulsório da inserção na Junta, ao invés de contribuir para o bem-estar físico-moral acaba por intensificar ainda mais o sofrimento. Como assinala DAS *et al.* (1997), o sofrimento, enquanto *sofrimento social*, é resultado do poder político, econômico e institucional atuando nas pessoas e de como essas formas de poder influenciam a resposta aos problemas sociais.

O conceito de sofrimento social permite tratar a saúde como uma questão social e intersubjetiva, indissociável das relações humanas travadas no meio social, e

desconstruir os discursos alienantes (médico, político, etc.) que atribuem ao indivíduo sofredor a responsabilidade por problemas decorrentes de processos eminentemente sociais. Os autores (*op.cit.*) argumentam que as respostas dadas a problemas de violência social autorizadas por análise estritamente racional-técnica dos processos sociais, ainda que pragmaticamente eficientes, acabam por intensificar o sofrimento. A causa disso está no efeito moral, econômico, negativo e muitas vezes imprevisível de políticas e programas que buscam normalizar patologias sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O argumento central deste trabalho é de que os significados atribuídos pelos cabos e soldados da PMGO ao sofrimento que vivenciam nas situações de adoecimento não podem ser compreendidos fora dos contextos microssociais e das relações intersubjetivas travadas com seus pares. Os princípios organizadores da hierarquia e da disciplina que norteiam as relações de poder e de sentido no contexto militar e os corpos disciplinados que produzem implicam determinadas construções discursivas que dão sentido à enfermidade. Os indivíduos constroem seus discursos sobre o adoecimento *a partir* ou *através* das relações que estabelecem com os outros e da forma como estes interpretam e se posicionam perante a situação de ruptura que necessariamente acompanha os episódios de doença.

Como discutido no cap.2, no processo de “conversão” desses indivíduos à identidade militar, a internalização dos princípios da hierarquia e da disciplina só se torna possível através do controle coletivo sobre os corpos individuais, acompanhado de uma espécie de *supressão* ou *repressão* das individualidades em favor de uma coletividade maior, a partir da qual o indivíduo, tornado *pessoa*, passa a se situar e ser situado. Nisso reside o caráter totalizador da instituição policial militar.

Nesse processo, a internalização desses dois princípios é efetuada na relação que oficiais e alunos-soldados estabelecem durante os cursos de formação. É nos termos dessa relação primeira, baseada na obediência incondicional às ordens dos superiores, que toda a estrutura militar e o trabalho de “conversão” dos sujeitos efetivamente se realizam e se sustentam. A desigualdade e intensidade dessa relação acabam estabelecendo uma oposição *nós-eles*, que acompanha o indivíduo ao longo de sua carreira, balizando as condutas e subjetividades tanto no exercício cotidiano das funções policiais quanto nas relações travadas dentro das corporações e fragmentando o sentimento de pertencimento a uma coletividade maior.

Ainda que de modo contraditório e fragmentário, a relação de dominação e violência simbólica (entre homens) que os superiores-oficiais estabelecem com os cabos e soldados no uso dos poderes conferidos pelos princípios da hierarquia e da disciplina surge como ponto nodal nas narrativas de adoecimento. Conforme sugerido no capítulo 2, a violência policial no Brasil pode ser parcialmente atribuída à doutrina militar que informa a instituição policial e sua atuação e ao caráter marcadamente autoritário e hierarquizado da *ordem* a ser mantida. Assim, as relações sociais são historicamente

marcadas e permeadas pela violência física e simbólica. Embora qualitativamente distintas, diferentes formas de violência, como um ato de excesso, estão presentes de modo acentuado no exercício de cada relação social (de poder) cotidiana dos cabos e soldados da PM: de um lado, no exercício das relações de poder com a população civil, no cotidiano dos trabalhos na “rua” e, de outro, nas relações institucionais estruturalmente hierarquizadas com seus superiores no espaço da “caserna”.

Em nível intrainstitucional, a ideologia militar que informa o trabalho policial no Brasil, à semelhança da ordem social que a sustenta, torna autoritária e violenta a desigualdade já formalmente contida na estrutura hierarquizada própria às instituições militares. Essa desigualdade estrutural entre os indivíduos e o caráter autoritário e arbitrário de sua relação com seus superiores oficiais alcançam dimensões subjetivas fundamentais desses sujeitos, interferindo de modo decisivo, embora qualitativamente distinto, nas relações com seus (outros) pares: com seus colegas policiais, com os civis (tanto no exercício policial quanto no convívio extraprofissional), com sua família, amigos, vizinhos etc.

O aprendizado da violência como linguagem está presente desde o princípio nas relações entre eles e os oficiais. É por meio de práticas violentas que seus corpos são construídos para o exercício policial e seu lugar de *pessoa* na instituição é assimilado e reproduzido. É também por meio dessa linguagem que o poder de atuação sobre o corpo do outro se expressa, seja na relação com os oficiais, seja na relação com os civis. Se, no mundo da caserna, as práticas violentas asseguram e expressam a desigualdade formalizada entre os homens e, na rua, elas se tornam meio de empoderamento, nas situações de adoecimento elas aparecem como linguagem de resistência.

Nas situações de adoecimento, a violência em excesso aparece quase sempre como “sintoma” distintivo que demarca a linha que separa os ajustados dos desajustados e como meio de expressão subjetiva. As histórias sobre “surto” policiais quase sempre narram situações em que a violência aparece como resposta a ordens arbitrárias e humilhantes impostas pelos comandantes aos seus subordinados. A análise dos contextos, dos termos em que essas histórias são narradas e por quem, apontou para o caráter fortemente estigmatizante das situações de adoecimento mental no contexto militar: tanto os indivíduos julgados “saudáveis” quanto os “adoecidos” atribuíram sempre a um outro, que não ele, as classificações estigmatizantes do campo psiquiátrico, como “doido”, “depressivo” etc.

Diante disso, os entrevistados evocam a categoria “*estresse*” para caracterizar as sensações que os levaram à Junta. Embora a definição dessa categoria nativa também remeta a um estado de descontrole do corpo, a um “*quando eu vi, já tinha feito*”, ela toma feições mais legítimas no contexto, e menos estigmatizantes, porque em conformidade com os ideais de pessoa e de masculinidade próprios ao contexto militar.

Esses ideais servem ainda como pano de fundo para explicar o papel que a instância militar *psi* passa a representar na vida desses sujeitos e de que modo ela contribui para intensificar ainda mais o sofrimento nas situações de adoecimento. Para além de suas consequências pragmáticas, a inserção na Junta de saúde acaba retirando a razão de ser policial, destituindo os sujeitos de seus únicos meios possíveis de expressão subjetiva e empoderamento social.

De modo ambíguo, a violência enquanto linguagem aparece tanto como razão que leva ao adoecimento como meio de resistência e subversão ao caráter opressor do contexto militar. Como bem assevera o cabo Marcos⁶¹, principal interlocutor dessa pesquisa:

“Vai ter policial que vai falar pra você: “não, isso [adoecer] é para os fracos. Isso é para os casos de quem tem problema, isso é muito bobo. A polícia é linda e maravilhosa.” (...) Ele é, vamos dizer, vascaíno doente, né? Ele torce para a Ditadura. Ele torce...quer dizer, ele é um subserviente. É aquele “capachão” mesmo. Aquele que o chefe manda, ele morre, mas quer cumprir a ordem. Por mais absurda que seja, e não interessa quem está abaixo dele. Ele quer ralar a turma. Então, ele é doente. “Cara, você é doente”; você é doente...” (Cabo Marcos)

Os sentidos que adquire o termo *juízo* no título deste trabalho, “*Manda quem pode, obedece quem (não) tem juízo*”, representa pelo menos duas conotações possíveis para as situações de adoecimento mental no contexto militar. Enquanto uma delas sugere o ponto de vista institucional, no qual a não adesão aos princípios da hierarquia e da disciplina, paradigmaticamente representados pela relação superior-subordinado, é passível de ser tratada também em termos de doença mental, ou de um *senso* individual equivocado, a outra remete a um posicionamento de resistência, em que o termo *juízo* passa a significar julgamento, crítica, apreciação, reflexão.

Os episódios de doença, como afirma Alves (2004), levam à reflexão das posições dos indivíduos no meio social à medida que constituem rupturas no curso

⁶¹ Nome fictício.

normal da vida. Por outro lado, enquanto mecanismo de ajustamento, as narrativas são sempre uma tentativa de dar coerência a acontecimentos e sensações que desorganizam um mundo tido como suposto, dado, tal como ocorre nas situações de adoecimento mental dos cabos e soldados. A elaboração de narrativas pode ser considerada, nos termos da abordagem processualista de Turner (2008; 2005), um momento limiar do processo dramático, no qual se tenta escrutinar, refletir, assentar as emoções e dar um sentido coerente aos acontecimentos. A liminaridade caracteriza as situações que se situam nas margens ou na periferia da vida ordinária. É um estado marcadamente interestrutural, que permite vislumbrar aspectos da estrutura a partir de um ponto de vista inusitado, revelador; é o momento mais autoconsciente do processo.

Nas narrativas de adoecimento mental dos cabos e soldados, a situação institucional extra-ordinária, liminal, ruptiva, decorrente de sua inserção na Junta de Saúde, permite a eles um olhar mais autoconsciente e, por isso, mais crítico, de aspectos antes irrefletidos da estrutura militar. Dada a distribuição hierárquica da palavra, o próprio ato de dizer, de construir narrativas, já se afigura como um ato subjetivo de resistência, de oposição, ao cerceamento *total* e ao caráter opressor e excludente da instituição policial militar.

Por outro lado, como uma situação liminar, a construção de narrativas nos episódios de doença procura legitimar acontecimentos inusitados com vistas à reinserção do indivíduo na estrutura ou no curso normal de vida. Todavia, essa reinserção pode não acontecer caso a construção de sentido proposta pelas narrativas não seja social/intersubjetivamente legitimada. As narrativas são ou procuram ser simbolicamente eficazes (LÉVI-STRAUSS, 2003). Desse modo, o caráter disciplinador, essencialmente corretivo da instância militar *psi*, vez que assegura a reiteração da estrutura nas suas interpretações e destitui os sujeitos de meios efetivos de agenciamento e mudança social, torna vítimas aqueles que efetivamente a fazem funcionar, intensifica seu sofrimento e cristaliza suas desigualdades.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, C. L. de; MACHADO, E. P. O currículo da selva: ensino, militarismo e *ethos* guerreiro nas Academias Brasileiras de Polícia. *Capítulo criminológico*. Vol. 29, nº4, dez, 2001. Disponível em: <<http://www.revistas.luz.edu.ve/index.php/cc/article/viewFile/163/159>>. Acesso em: 20 mai. 2011.

ALMEIDA, M. V. de. *Senhores de si: uma interpretação antropológica da masculinidade*. Lisboa: Fim de Século Edições, 1995.

ALVES, P. C. O discurso sobre a enfermidade mental. In: ALVES, P.C. e MINAYO, M.C.S. *Saúde e doença: um olhar antropológico*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1994. pp.91-99.

AMADOR, F. S. *Violência policial: verso e reverso do sofrimento*. Santa Cruz do Sul, RS: EDUNISC, 2002.

AUSTIN, J.L. *Como hacer cosas con palabras: palabras e acciones*. Barcelona: Paidós, 1990.

BANDEIRA, L. & SUÁREZ, M.. Ordem pública, discriminação e repressão. In: OLIVEIRA, D. D. de. *et al. Violência policial: tolerância zero?* Goiânia: Editora da UFG, 2001. pp.129-150.

DUBOR, P. Estrutura Psicótica. In: BERGERET, J. *et al. Psicopatologia – teoria e clínica*. 9ª Ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

BIRMAN, J.. *Mal-estar na atualidade: a psicanálise e as novas formas de subjetivação*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

BRAUNSTEIN, N.. *Psiquiatria, teoria del sujeto, psicoanálisis (hacia Lacan)*. 5. ed. México: Siglo Veintiuno, 1986.

BOURDIEU, P.. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: ed. Bertrand Brasil, 1998.

BRETAS, M. L.. *A Guerra das Ruas. Povo e Polícia na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional/Ministério da Justiça, 1997.

BRUNER, E.. Ethnography as Narrative. In: TURNER, Victor; BRUNER, Edward. M. *The Anthropology*. Urbana e Chicago: University of Illinois Press, 1986.

CALLIGARIS, C.. *Introdução a uma clínica diferencial das psicoses*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

CASTRO, C.. *O espírito militar: um estudo de antropologia social na Academia Militar das Agulhas Negras*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

CECCHETTO, F.R. *Violência e estilos de masculinidade*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.

CERQUEIRA, C. M. N. e DORNELLES, J. R. W.. *A Polícia e os Direitos Humanos*. Coleção Polícia Amanhã 1. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora, 1998.

COSTA, A. T. M. *Entre a lei e a ordem*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.

CSORDAS, T. J.. Introduction: The body as representation and being-in-the-world. In: CSORDAS, T. J. (Org.) *Embodiment and experience: the existential ground of culture and self*. Cambridge: Cambridge University Press. 1994. pp.1-24.

_____. The body career in Anthropology. In: MOORE, Henrietta L. (Org.) *Anthropological theory today*. Cambridge: Polity Press. 1999. pp. 172-205.

_____. A Corporeidade como um paradigma para a Antropologia. In: *Corpo/significado/cura*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008. pp. 101-146.

DAMATTA, R.. *A casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DAS, V.; KLEINMAN, A.. LOCK, M.. Introduction. In: *Social Suffering*. Berkeley: California University Press. 1997. pp. I-xxvii.

DOUGLAS, M.. *Pureza e Perigo: ensaio sobre as noções de poluição e tabu*. Tradução de Sônia Pereira da Silva. Lisboa: Edições 70, 1991.

_____. *Risk Acceptability According to the Social Sciences*. New York: Russell Sage Foundation, 1986 (Social Research Perspectives: occasional reports on current topics; 11).

DUARTE, L.F.D. *Da vida nervosa nas classes trabalhadoras urbanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1986.

_____. A outra saúde mental, psicossocial, físico-moral. In: ALVES, P.C. & MINAYO, M.C.S. (orgs). *Saúde doença: um olhar antropológico*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1994. pp.83-90.

_____. Indivíduo e pessoa na experiência da saúde e da doença. *Ciência e saúde coletiva [on line]*. 2003, vol.8, n.1, pp. 173-183.

DUMONT, L.. A hierarquia ; teoria das “varna”. In: *Homo hierarchicus: o sistema de castas e suas implicações*. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 2008. pp.117-140.

DURHAM, E.R. A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas. In: CARDOSO, Ruth (org.). *A aventura antropológica: teoria e pesquisa*. São Paulo: Paz e Terra, 1988. pp.17-38.

FIGUEIREDO, I.F. & ROSA, J.C.L.. *Reformulação do curso de formação de praças ante a nova exigência legal*. Monografia (Curso de Especialização em Gerenciamento de Segurança Pública) – Polícia Militar do Estado de Goiás/Academia de Polícia Militar. Goiânia, 2008.

FIGUEIREDO, U.S. de. *O perfil social do policial militar do Estado de Goiás*. Monografia (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais) – Polícia Militar do Estado de Goiás/Academia de Polícia Militar. Goiânia, 1996.

FOUCAULT, M.. *O poder psiquiátrico*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

_____. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

_____. A constituição histórica da doença mental. In: FOUCAULT, Michel. *Doença mental e psicologia*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.

_____. *História da loucura na idade clássica*. São Paulo: Perspectiva, 2007.

FREUD, S. Neurose e Psicose. [1924]. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Vol.XIX. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. A perda da realidade na neurose e na psicose [1924]. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Vol.XIX. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

GEERTZ, C.. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1989.

GLUCKMAN, M.. Análise de uma situação social na Zululândia moderna [1940]. In: FELDMAN- BIANCO, B. (org.) *Antropologia das Sociedades Contemporâneas. Métodos*. São Paulo: Global, 1987, pp. 227- 344.

GREIG, A. Political connections: men, gender and violence. *Working Paper* n. 1., 2001. Disponível em <http://www.engagingmen.net/files/resources/2010/Caroline/Political_Connections_-_Men_Gender_and_Violence.pdf> Acesso em 12 de jul. 2011.

GOOD, B. J. *Medicine, rationality and experience: an anthropological perspective*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

GOFFMAN, E. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

_____. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1980.

GOIÁS (Estado). Lei nº 8.033, de 02 de dezembro de 1975. Dispõe sobre o Estatuto dos Policiais-Militares do Estado de Goiás e dá outras providências. *Assembleia legislativa do Estado de Goiás*. Disponível em: <<http://www.pm.go.gov.br/PM/index.php?link=35&t=24&id=31634>> Acesso em: 12 dez. 2010.

_____. Lei nº 8.125, de 18 de junho de 1976. Dispõe sobre a organização básica da Polícia Militar do Estado de Goiás e dá outras providências. *Assembleia legislativa do*

Estado de Goiás. Disponível em: <<http://www.pm.go.gov.br/PM/index.php?link=35&t=24&id=31637>> Acesso em: 12 dez. 2010.

_____. Ato 405/09 FUND. de 30 de Junho de 2009. Dispõe sobre o Estatuto da Fundação Tiradentes. *Ministério Público do Estado de Goiás*. Disponível em: <<http://www.fundacaotiradentes.org.br/instituicao/7-estatuto.html>> Acesso em 20 jul. 2012.

_____. Regulamento Geral de Benefício da Fundação Tiradentes. *Fundação Tiradentes*. Disponível em: <http://www.fundacaotiradentes.org.br/instituicao/8-regulamento-geral-de-beneficios.html>. Acesso em 25 de ago. de 2012.

_____. Lei nº 12.608, de 17 de abril de 1995. Extingue os Quadros de Oficiais e Praças Policiais Militares Femininos e dá outras providências. *Assembleia Legislativa do Estado de Goiás*. Disponível em: <http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/leis_ordinarias/1995/lei_12608.htm>. Acesso em: 15 de jul. de 2012.

KIMMEL, M.S. A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas. In: *Horizontes antropológicos*. Corpo, doença e saúde. Ano 4, n.9. Porto Alegre: outubro de 1998. pp.103-118.

KAPLAN, H.I.; SADOCK, B.J.; GREBB, J.A.. *Compêndio de Psiquiatria – Ciências do Comportamento e Psiquiatria Clínica*. 7^a. ed. Porto Alegre: Ed. Artes Médicas, 1997.

KLEINMAN, A.. *Patients and Healers in the Context of Culture*. Berkeley: University of California Press, 1980

_____. *The illness narratives: suffering, healing & the human condition*. USA: Basic Books, 1988.

_____. *Writing at the margin: discourse between anthropology and medicine*. Berkeley: University of California Press, 1995.

JARDIM, D.F.. Antropologia em campos *up*. In: SCHUCH, P. *et aliae. Experiências, dilemas e desafios do fazer etnográfico contemporâneo*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2010.

LACAN, J. De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose [1966]. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

_____. O Seminário. Livro 3: *As psicoses*. Trad. Aluisio Menezes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

LEIRNER, P. de C. *Meia volta volver*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

LÉVI-STRAUSS, C.. A eficácia simbólica. In: *Antropologia Estrutural*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003. pp.215-236

LIMA, R. K. de. “Direitos civis, estado de direito e ‘cultura policial’: a formação do policial em questão. In: *Revista Brasileira de Ciências Criminais*. São Paulo: SP, 2003.

Disponível em <
http://www.necvu.ifcs.ufrj.br/arquivos/texto%204%20direitos%20civis%20estado%20de%20direito_roberto%20kant%20de%20lima.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2012.

_____. *A Polícia da Cidade do Rio de Janeiro. Seus Dilemas e Paradoxos*. Rio de Janeiro, Editora Forense, 1995.

_____. Polícia e exclusão na cultura judiciária. *Tempo Social. Revista de Sociologia da USP*. V.9, nº 1, 1997.

MAUSS, M. O ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: MAUSS, M. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003. pp. 183-314.

MENDES, M.B.. Militarização da segurança pública no Brasil: a polícia militar e os cenários de sua construção histórico-cultural. Disponível em: <
http://www.pm.rn.gov.br/contentproducao/aplicacao/sesed_pm/arquivos/artigos/militariza%C3%A7ao_da_seguran%C3%A7a_publica_no_brasil__a_policia_militar_e_os_cen%C3%A7oes_de_sua_constru%C3%A7ao_historico-cultural%5B1%5D.pdf>. Acesso em: 20 de abr de 2012.

MONJARDET, D.. *O que faz a polícia: sociologia da força pública*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

MASCARENHAS, R.B. *As condições e organização das atividades profissionais do policial militar de Goiás e as repercussões em sua saúde mental*. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2009.

MUNIZ, J. *Ser policial é, sobretudo, uma razão de ser: cultura e cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro*. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto Universitário de Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

NUMMER, F. V.. *Ser polícia, ser militar: o curso de formação na socialização do policial militar*. Niterói, RJ: EdUFF, 2005.

OLIVEIRA, J. H. de. O corpo como significado ou o significado do corpo: poder, violência e masculinidade da polícia militar. *Vivência*. nº 35, 2010, p101-117.

PAIXÃO, A. L.. “O ‘problema da polícia’”. In: *Violência e participação política no Rio de Janeiro*. IUPERJ (Série Estudos, 91), agosto de 1995, p. 11.

_____. "A Organização policial em uma área metropolitana". *Dados*. Rio de Janeiro. *Revista de Ciências Sociais*, v.25, nº 1, 1982.

PORTO, M. S. G.. Violência e segurança: a morte como poder. In: OLIVEIRA, D. D. de. *et al. Violência policial: tolerância zero?*. Goiânia: Editora da UFG, 2001. pp. 29-52.

ROUDINESCO, E.. *Por que a psicanálise?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

SANTOS, E. C. dos. *Etnografia do 13º Batalhão de Polícia Militar*. (Monografia – Bacharelado em Ciências Sociais – Hab. em Antropologia). Instituto de Ciências Sociais/ Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília. Brasília, 2001.

SCHUCH, P.; VIEIRA, M.S.; PETERS, R.. (Orgs). *Experiências, dilemas e desafios do fazer etnográfico contemporâneo*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2010.

SCHUCH, P.. Antropologia com grupos *up*, ética e pesquisa. In: SCHUCH, P. *et aliae*. *Experiências, dilemas e desafios do fazer etnográfico contemporâneo*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2010.

SILVA, A. J. *Praça Velho: um estudo sobre a socialização policial militar*. 2002. 115 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

SILVA FILHO, J. V. S. *Segurança pública: a violência no Brasil requer ações concretas*. São Paulo: Instituto Fernand Braudel, 2003. Disponível em: <http://www.braudel.org.br/paper34a.htm> Acesso em: 12 jun. 2011.

SILVA, J. Violência policial e ideologia dos algozes-vítimas. In: OLIVEIRA, Dijaci David de *et al.* (orgs.). *Violência policial: tolerância zero?* Goiânia: Editora da UFG, 2001. pp.69-84.

SILVA, T. C da. Soldado é superior ao tempo. In: *Horizontes antropológicos*. Corpo, doença e saúde. Ano 4, n.9. Porto Alegre: outubro de 1998. pp. 119-144.

SILVA, R. R. da. *Entre a caserna e a rua: o dilema do pato – uma análise antropológica da instituição militar a partir da Academia de Polícia Militar D. João VI*. Niterói, RJ: Editora da UFF, 2011.

SILVA, O.S.F.. Os ditos e os não-ditos do discurso: movimentos de sentido por entre os implícitos da linguagem. In: *Revista Faced*. n.14, Salvador: jul./dez. 2008. p.39-53

SOUZA, C. de. História da Polícia Militar de Goiás. In: *O Anhanguera*. Goiânia: Polícia Militar do Estado de Goiás, ano I, nº. 1, 1999.

SOUZA, D. B. de. *Violência, poder e autoridade em Goiás*. Goiânia: Editora da UFG, 2006.

STEIL, C.A.; MURILLO, L.F.R. Apresentação. In: CSORDAS, T. J. *Corpo/significado/cura*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008. pp. 9-14.

TAVARES DOS SANTOS, J. V.. A arma e a flor: formação da organização policial, consenso e violência. *Tempo Social*. Revista Sociológica. USP, São Paulo, 9(1): 155-167, maio de 1997.

TURNER, V.. *Floresta de símbolos: aspectos do ritual Ndembu*. Niterói, RJ: EdUFF, 2005.

_____. *Dramas, campos e metáforas: ação simbólica na sociedade humana*. Niterói, RJ: EdUFF, 2008.

_____. *From ritual to theatre: the human seriousness of play*. New York: Perform Arts Journal, 1982.

VAN GENNEP, A.. *Os ritos de passagem*. Petrópolis: Vozes, 1978.

VÍCTORA, C.; OLIVEN, R.G.; MACIEL, M.E.; ORO, A.P. (Orgs). *Antropologia e ética: o debate atual no Brasil*. Niterói, RJ: EdUFF, ABA, 2004.

ANEXO - Ficha de Pontuação de Graduados

NOME/GRADUAÇÃO:			RG:
OPM/OBM:		PERÍODO DE OBSERVAÇÃO:	
FUNÇÕES DESENVOLVIDAS NO PERÍODO:			
PONTUAÇÃO POSITIVA			
Nº ORD	ESPECIFICAÇÃO	QTD.	PONTOS
1	Média final em cursos de formação e de aperfeiçoamento		
2	Curso de graduação		
3	Curso ou estágio de atualização profissional – 60 h/a		
4	Elogio por ação meritória		
5	Medalha Tiradentes e Dom Pedro II		
6	Medalha de mérito		
7	Medalha de Tempo de Serviço		
8	Condecorações pela Corporação, co-irmãs ou Forças Armadas		
9	Anos de efetivo serviço		
10	T A F MB ()	EX ()	-
11	Seleção Específica	-	
SUBTOTAL 1			
PONTUAÇÃO NEGATIVA			
Nº ORD	ESPECIFICAÇÃO	QTD.	PONTOS
1	Condenação por crime doloso		
2	Condenação por crime culposo		
3	Prisão disciplinar		
4	Detenção disciplinar		
5	Repreensão		
SUBTOTAL 2			
TOTAL (Subtotal 1 menos Subtotal 2)			
OUTRAS INFORMAÇÕES:			
<hr/> <hr/> <hr/>			
DATA: ____/____/____			
Nome e Assinatura do Avaliador			
RESERVADO A CPP:			
1 - CONCEITO: Pontuação Final: _____			